



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,  
REALIZADA NO DIA VINTE DE FEVEREIRO  
DE DOIS MIL E DEZASSETE**

----- No dia vinte de fevereiro de dois mil e dezassete, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às nove horas e trinta minutos, tendo-se verificado as seguintes faltas:--  
Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Loba Carlos Alberto Pereira Gama Henriques (justificada) -----

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros José Augusto Henriques Mota (justificada) -----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito:-----

**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:**-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente ao Voto de Saudação aprovado, sobre os 40 anos das Primeiras Eleições Autárquicas e entrega do PJI do PCP sobre a Proteção dos Direitos individuais e comuns à Água.-----

– A Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões remeteu via postal Plano de Atividades e Orçamento do exercício de 2017.-----

– O Exmo. Sr. Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural referente ao assunto: Portaria nº233-2016 de 29 de agosto, que procedeu à alteração da Portaria nº 134-2015, que regula os Fundos da Medida 8.1.4, no âmbito do PDR 2020.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente à Divulgação da pergunta sobre a não renovação da comissão de serviço de diretores de museus, palácios e monumentos dependentes da DGPC.-----

– O Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração do centro Hospitalar Tondela Viseu remeteu via postal ofício no qual dá conhecimento da formalização da Candidatura a Centro de referência para a área de Oncologia de Adultos: Cancro do reto e Cancro Hepatobiliar/Pancreático.-----

– O Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção Instalação de uma Unidade de Radioterapia no Centro Hospitalar Tondela Viseu, informa ainda que o assunto foi transmitido ao Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Saúde.-----

– O Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção sobre a requalificação do IP3 e a urgente ligação a sul de Viseu de uma via rodoviária com perfil de autoestrada, informa ainda que o assunto foi transmitido ao Gabinete do Exmo. Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.-----

– O Grupo Parlamentar do CDS/PP remeteu email no qual acusa a receção da Moção, Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e que a mesma foi apresentada ao Exmo. Sr. Deputado do CDS/PP eleito pelo círculo eleitoral de Viseu.-----

- O Exmo. Sr. Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- A Associação Nacional de Municípios Portugueses remeteu email no qual lamenta profundamente a morte do seu anterior Secretário Geral, Artur Trindade e informa que o funeral se realiza dia 24 pelas 15h30, na Igreja Matriz de Mira de Aire.-----
- A Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral remeteu email no qual acusa a receção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- O Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- O Município de Viseu remeteu em mão documento referente a “Declarações - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.-----
- O Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- O Grupo Parlamentar do CDS/PP remeteu email no qual acusa a receção da Moção Pela requalificação do Estabelecimento Prisional de Viseu e pelo fim da sua sobrelotação aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- O Exmo. Senhor Chefe da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção referente à clarificação de questões relacionadas com a Radioterapia aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- A Assembleia Municipal do Montijo remeteu email no qual acusa a receção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- A Assembleia Municipal da Pampilhosa da Serra remeteu email no qual acusa a receção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “os Verdes” remeteu email no qual acusa a receção da Moção Pela requalificação do Estabelecimento Prisional de Viseu e pelo fim da sua sobrelotação aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2016.---
- O Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção Pela requalificação do Estabelecimento Prisional de Viseu e pelo fim da sua sobrelotação aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- O Gabinete de Sua Excelência o Presidente da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção Pela requalificação do Estabelecimento Prisional de Viseu

e pelo fim da sua sobrelotação aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– O Exmo. Sr. Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor., aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– O Grupo Parlamentar do CDS/PP remeteu email no qual acusa a receção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– A Assembleia Municipal de Almada remeteu email no qual acusa a receção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– O Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, remeteu via postal para conhecimento, Projeto de "Alargamento e Remodelação das Instalações da Urgência Polivalente do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.-----

– A Assembleia Municipal de Arouca remeteu email no qual acusa a receção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo remeteu email referente ao Convite para a Reunião Geral da ANAM que se realizará em 25 de março 2017 pelas 10H00.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 20 fevereiro de 2017.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017.-----

– O Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção “Dia Internacional das Migrações” aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017.-----

– Gabinete do Diretor Geral da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção Pela requalificação do Estabelecimento Prisional de Viseu e pelo fim da sua sobrelotação aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município.-----

– O Exmo. Sr. Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017.-----

– O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” remeteu email no qual acusa a

recepção da Moção “Dia Internacional das Migrações” aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– O Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu remeteu via postal projeto de “Alargamento e Remodelação das Instalações da Urgência Polivalente do Centro Hospitalar Tondela Viseu – EPE.-----

– A Exma. Sra. Deputada Municipal Elsa Maria da Costa Lemos remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente ao assunto: Política de Descentralização- Declaração Política da Deputada Paula Santos.-----

– A CPCJ de Viseu remeteu via email no qual apresentou pedido de audiência na Assembleia Municipal.-----

– A Assembleia Municipal da Marinha Grande remeteu email no qual acusa a recepção da Moção Pela Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e Outros, “Designando-os por Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente à resposta do Governo à Pergunta sobre a Não renovação da comissão de serviço de diretores de museus, palácios e monumentos dependentes da DGPC.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email no qual agradecem o envio da Moção “Dia Internacional das Migrações” aprovada nesta Assembleia Municipal e informam que o Grupo Parlamentar temo o Projeto de Resolução n.º 586/XIII) entregue na Mesa do Parlamento e que aguarda oportuno agendamento acerca do mesmo tema.-----

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:**-----

– Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----

– Foram remetidas em mão bem como via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Deliberações aprovadas bem como as respetivas Certidões referentes à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia 19 de Dezembro de 2016.-----

– Foi remetido via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara cópia do teor do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António de Jesus Rodrigues Bispo aprovado por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– Foi remetido via postal a Sua Excelência o Presidente da República, Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Sua Excelência o Ministro da Economia Dr. Manuel Caldeira Cabral a Moção Ligação a Sul por uma via rodoviária com perfil de autoestrada, aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes o Parecer do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais.

– Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes Plano de Atividades e Orçamento do exercício de 2017 da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes email do Grupo Parlamentar do PCP referente ao Voto de Saudação aprovado, sobre os 40 anos das Primeiras Eleições Autárquicas e entrega do PJI do PCP sobre a Proteção dos Direitos individuais e comuns à Água.-----

– Foi remetido via postal a Sua Excelência o Ministro da Cultura ofício no qual é solicitado que seja reconsiderada a decisão tomada de modo a que o Sr. Dr. Agostinho Ribeiro se mantenha no exercício das suas funções.-----

– Foi remetido via postal à Dra. Rosa Maria de Almeida Rodrigues Bispo o Voto de Pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. António de Jesus Rodrigues Bispo, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19-12-2016.-----

- Foi remetido via correio eletrónico ao Gabinete da Presidência da CMV o documento referente ao assunto: Portaria nº233-2016 de 29 de agosto, que procedeu à alteração da Portaria nº 134-2015, que regula os Fundos da Medida 8.1.4, no âmbito do PDR 2020.-----
- Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais, Presidentes de Junta Independentes, Presidente da Junta de Bodiosa e Presidente da Junta Coutos de Viseu o documento referente ao assunto: Portaria nº233-2016 de 29 de agosto, que procedeu à alteração da Portaria nº 134-2015, que regula os Fundos da Medida 8.1.4, no âmbito do PDR 2020.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Dr. Agostinho Paiva Ribeiro ofício no qual é dado conhecimento do teor do ofício enviado pela Mesa da Assembleia Municipal e respetivos Líderes Municipais a Sua Excelência o Ministro da Cultura.-----
- Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido email do Grupo Parlamentar do PCP remeteu à Divulgação da pergunta sobre a não renovação da comissão de serviço de diretores de museus, palácios e monumentos dependentes da DGPC.-----
- Foi remetida via postal a todas as Assembleias Municipais do País a Moção pela dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros, designando-os por “Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o Grau de Doutor.-----
- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Requerimento apresentado pela CDU na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara ofício referente à cópia do teor do Voto de Louvor ao Sr. José Fernando Ferreira Borges aprovado por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. José Fernando Ferreira Borges Voto de Louvor aprovado por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- Foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu os documentos físicos referentes ao Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e dos serviços Municipalizados de Água, Saneamento e Piscinas de Viseu para o ano de 2017 devidamente carimbado e assinado.-----
- Foi remetido via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara cópia do teor da Moção Pela Requalificação do Estabelecimento Prisional de Viseu e Pelo Fim da sua Sobrelotação aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- Foi remetido via postal a Sua Excelência o Presidente da República, Sua Excelência a Ministra da Justiça, Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Exmos. Srs. Líderes dos Grupos Parlamentares do PPD/PSD, PS, BE, CDS/PP, PCP, PEV, Exmo. Sr. Deputado Único do PAN, Exmo. Sr. Diretor Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Exmo. Sr. Diretor do Estabelecimento Prisional de Viseu e Exmo. Sr. Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, da Moção Pela Requalificação do Estabelecimento Prisional de Viseu e pelo fim da sua Sobrelotação aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- Foi remetido via postal aos Exmos Srs. Presidentes da ANMP e da ANAFRE o Voto de Saudação aos 40 Anos do Poder Autárquico aprovado por unanimidade na sessão Ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- Foi remetido via postal a Sua Excelência o Presidente da República, Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PPD/PSD, Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PS, Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do BE, Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PCP, Exmo. Senhor Líder do Grupo Parlamentar do PEV, Deputado Único do PAM e CIM Viseu Dão Lafões a Moção Dia Internacional das Migrações aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----



- Foi remetido via postal a Sua Excelência o Presidente da República, a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, a Sua Excelência o Ministro da Saúde, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, a Moção sobre o Centro Oncológico aprovada por unanimidade na sessão ordinária da AM de 19/12/2016.-----
- Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes o documento referente a “Declarações - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.”-----
- Foi devolvido à Câmara Municipal de Viseu, cópia autenticada das “Declarações - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.”-----
- Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital para a Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2017.-----
- Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico Convocatória para a Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2017.-----
- Foi enviado ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória para a Sessão Ordinária de 20 de fevereiro de 2017, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----
- Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e ao Jornal Via Rápida, Edital para publicação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 20 de fevereiro de 2017.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Paulo Jorge de Almeida Pereira, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017, foi comunicado via email e postal ao Exmo. Sr. Deputado Municipal Rui Pedro de Matos Peva para proceder à respetiva substituição.-
- Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado Paulo Jorge de Almeida Pereira, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do PPD/PSD que o Exmo. Sr. Deputado Municipal Rui Pedro de Matos Peva foi informado para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que a Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017, foi comunicado via email e postal à Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.
- Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado José Ernesto Pereira da Silva, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017, foi comunicado via email e postal à Exma. Sra. Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita para proceder à respetiva substituição.-----
- Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado José Ernesto Pereira da Silva, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Política da Secção de Viseu do PPD/PSD que a

**Exma. Sra. Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita foi informada para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que a Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017, foi comunicado via email e postal à Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017, remetido via email pela Exma. Sra. Deputada Municipal Elsa Maria da Costa Lemos, foi comunicado via postal ao Partido CDS/PP que o Exmo. Sr. Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros foi informado para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Sra. Deputada Municipal Elsa Maria da Costa Lemos, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 20 de fevereiro de 2017, foi comunicado via email e postal ao Exmo. Sr. Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros para proceder à respetiva substituição.-----**

**– Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes projeto de “Alargamento e Remodelação das Instalações da Urgência Polivalente do Centro Hospitalar Tondela Viseu – EPE.-----**

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Vice Presidente, os Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Segundo a informação dos serviços já temos quórum e por isso poderíamos iniciar a sessão.-----**

**Informava a Assembleia Municipal que o Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge de Almeida Pereira do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pelo Senhor Deputado Municipal Rui Pedro de Matos Peva;-----**

**O Senhor Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva do PSD solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pela Senhora Deputada Municipal Sofia Daniela Pereira Mesquita;-----**

**O Senhor Deputado Municipal Carlos do Vale Martins do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pela Senhora Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto;-----**

**O Senhor Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituída pelo Senhor Deputado Municipal José Paulo Vila Chã Cavaleiro;-----**

**A Senhora Deputada Municipal Elsa Maria da Costa Lemos Gomes do CDS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pelo Sr. Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros.-----**

**Cumpr também informar esta Assembleia que a Câmara Municipal enviou dentro do prazo e em observância ao disposto no art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, as Declarações referentes ao cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso relativas ao ano de 2016, documentos que foram divulgados aos Grupos Municipais e também aos Senhores Presidentes de Junta Independentes estando disponíveis para consulta se assim o entenderem para todos os Senhores Deputados.-----**

**Informamos também que uma vez mais se vai realizar a Sessão Plenária da Assembleia**

Municipal Infantil, agendada para o dia 17 de Março, assinalando-se assim já a 12.<sup>a</sup> edição desta iniciativa que se reveste de particular importância para esta Assembleia Municipal sendo assinalada no calendário anual também como uma data especial. Como sabem é uma Assembleia que tem a colaboração ativa da Câmara Municipal e também do Senhor Presidente, que envolve os alunos do 4º ano do Ensino Básico procurando contribuir para o desenvolvimento do interesse pelos direitos e deveres de cidadania, mas também para a importância da intervenção cívica e política, bem como para a promoção de valores essenciais para a vivência em sociedade. Contamos para essa Assembleia Municipal com a colaboração e participação do Agrupamento de Escolas de Grão Vasco, Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique, Agrupamento de Escolas Viseu Norte, Agrupamento de Escolas do Viso, Agrupamento de Escolas de Mundão, Colégio da Imaculada Conceição, Colégio de Via – Sacra e Jardim Escola João de Deus. Contamos ainda como é habitual para transmissão on-line da sessão com a parceria da Escola Profissional Mariana Seixas.-----

Toda a gente fez um pedido para haver celeridade na Assembleia Municipal e eu vou cumprir essa celeridade.-----

Temos a Ata da Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2016 para apreciar e votar. Algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar? Não havendo nenhuma solicitação do uso da palavra, colocava à votação a Ata da Sessão de 19 de dezembro de 2016. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com duas (2) abstenções.*-----

Entramos assim no Período de Antes da Ordem do Dia, penso que todos os Grupos Municipais já entregaram a listagem das intervenções dos Senhores Deputados, por isso dava a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. Faleceu no início de janeiro um dos mais ilustres estadistas portugueses do século XX e do século XXI que foi o Dr. Mário Soares. Tudo já se disse sobre ele e para que a sessão prossiga sem outras interrupções, eu colocava apenas à consideração da Assembleia que se fizesse um Voto de Pesar e que houvesse um minuto de silêncio em memória do Dr. Mário Soares e que isso seja transmitido à família. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em apreciação e discussão o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares. Há alguma intervenção? Não havendo nenhuma intervenção punha-se à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, *aprovado por unanimidade.* Iriamos agora guardar um minuto de silêncio pela memória do Dr. Mário Soares.-----

**GUARDOU-SE UM MINUTO DE SILÊNCIO.**-----

Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

----- **DOIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores e Vereadores, Membros da Assembleia, bom dia a todos. Queria começar esta Assembleia por trazer aqui um assunto que tem sido por diversas vezes discutido e que recentemente foi também notícia na comunicação social, o novo acordo para a reconstrução/reabilitação, não se percebeu bem, da estrada nacional 229 de ligação de Viseu ao Sátão. Eu queria tentar perceber, uma vez que não me parece que tenha sido dado cumprimento ao acordo que tinha sido celebrado entre o anterior Governo, as Infraestruturas de Portugal e a Câmara Municipal de Viseu, que previa que houvesse uma requalificação e nalguns casos a construção de novos troços durante todo o percurso de ligação entre Viseu e o Sátão. Gostaria de saber por isso Senhor Presidente se houve uma alteração a este projeto, uma vez que foi anunciado com pompa e circunstância, como se nada tivesse sido feito ainda no passado, limitou-se a pegar-se num projeto ou numa reivindicação ou num investimento que já tinha sido de certa forma garantido por Viseu,



pelo Satão e pela região e que neste momento nos parece que foi um retrocesso e por isso gostaríamos de saber quais as razões para haver alteração ao projeto e saber também para quando é que se prevê essa concretização, porque para além de tudo o mais, parecemos que toda a calendarização desse investimento foi alterada e com isso também haverá mais prejuízos pelos atrasos que vão ser provocados. Mais, sabíamos que no contrato que foi celebrado entre o anterior Governo, Infraestruturas de Portugal e a Câmara Municipal de Viseu, havia outras vias também que estavam previstas no plano de investimentos das Infraestruturas de Portugal que iam ser objeto de requalificação, nomeadamente o antigo IP5 que atravessa Viseu num curso de aproximadamente 12 km. Eu recorde aqui também que na altura em que foi anunciado este plano de investimentos das Infraestruturas de Portugal o Partido Socialista através dos seus órgãos distritais tomou uma posição pública dizendo que era curto este plano de investimentos, nomeadamente estas questões relacionadas com a 229 e reclamou por isso, que tínhamos que ir mais longe com o investimento na autoestrada Viseu/Coimbra. Nós também, na última Assembleia Municipal aprovámos aqui uma Moção que foi enviada para o Governo e gostaríamos de saber, se pelo menos para nós Membros da Assembleia não chegou qualquer tipo de resposta, se destas reuniões que manteve com o Governo e as Infraestruturas de Portugal, se há alguma palavra, se houve alguma alteração aquilo que era o projeto anterior ou se vamos continuar a marcar passo na autoestrada de ligação de Viseu a Coimbra. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Costa.-----

----- **TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público e Comunicação Social.-----

Em 5 de Agosto de 2013, e por reforma do até aí Comandante Distrital de Operações de Socorro César Fonseca, toma posse no cargo o Tenente Coronel Lúcio Campos.-----

Desde essa data e até 25 de Janeiro do corrente, desempenhou o seu cargo com elevado empenho, dedicação, profissionalismo, verticalidade, competência, rigor e eficácia sem nunca deixar de ser afável, leal, respeitador e respeitado.-----

Proveniente da carreira militar, em pouco tempo soube interpretar e organizar a proteção civil distrital, construindo pontes com todos os intervenientes, maximizando a gestão de recursos humanos e materiais em prol da mais eficaz prestação de socorro às nossas populações.-----

Todo o trabalho desenvolvido pelo Sr. Tenente Coronel Lúcio Campos, além de falar por si, deixa muito elevada a fasquia no cargo que exerceu.-----

São inúmeras e das mais diversas origens as mensagens de gratidão e reconhecimento que lhe foram endereçadas publicamente, e que atestam o sentimento geral e o apreço pelo trabalho desenvolvido, inclusive da própria estrutura hierárquica da Autoridade Nacional de Proteção Civil.-----

Afirmam os que mais diretamente trabalharam com ele, e gostaria de fazer aqui três citações pelo menos:-----

“... o Distrito de Viseu fica mais pobre pois perde um Líder ... Sempre atento e preocupado com o coletivo não descarta nem por um momento pequenos pormenores essenciais à segurança e bem estar dos homens que comanda”-----

“Com a sua maneira de ser, o seu caráter, mas sobretudo com o rigor e profissionalismo, conseguiu liderar uma equipa que passa quase despercebida aos olhos de tanta gente. Foi e será sempre um líder. Um Comandante mas também um Amigo. Comandou em vez de mandar.”-----

“... como bombeiro do Distrito de Viseu sinto uma tristeza muito grande ao ver sair estes dois grandes homens do comando do nosso Distrito. No meu ver e sem dúvida alguma os homens certos no lugar certo e difícil de os substituir...” finalizam aqui as citações.-----

Assim e na linha daquele que é não só o meu sentimento pessoal mas também o sentimento popular, proponho que a Assembleia delibere aprovar a seguinte moção:-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 20 de Fevereiro de 2017, aprovou a Moção de Louvor ao Sr. Tenente Coronel Lúcio Campos pelo seu exemplar desempenho no Cargo de Comandante Distrital de Operações de Socorro, no qual deu provas de inigualável competência, empenho, dedicação, profissionalismo, verticalidade, rigor e eficácia. Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em apreciação e discussão o Voto de Louvor ao Senhor Tenente Coronel Lúcio Campos. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Aproveito para cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente e Senhores Secretários, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público aqui presente e Comunicação Social. Isto parece que foi combinado mas nós não combinámos nada, por que nós também trazíamos aqui um Voto de Louvor ao Tenente Coronel Lúcio Campos que passarei a ler:-----

Lúcio Manuel Soeiro Marinho de Campos, de 50 anos de idade, Tenente-Coronel, antigo Comandante do 2º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção sediado no Regimento de Infantaria n.º 14 de Viseu, exerceu, entre 05 de agosto de 2013 e 25 de janeiro de 2017, as funções de Comandante Operacional Distrital de Viseu da Autoridade Nacional de Proteção Civil, cabendo-lhe a responsabilidade de dirigir o Centro Distrital de Operações e Socorro (CDOS).-----

Durante a sua Comissão de Serviço que se prolongou por três anos e meio, que não foi renovada por decisão atual governo, Lúcio Campos trabalhou em colaboração com diversas entidades, entre as quais se destacam: Câmaras Municipais, Agentes da Proteção Civil, Forças Armadas, Escolas e Bombeiros, preparando e executando, ao longo deste período de tempo, estratégias de prevenção e de atuação dos agentes e meios da proteção civil. Um trabalho de coordenação de homens e meios nem sempre fácil, realizado, por vezes, sob intensa pressão, de que são exemplo os graves incêndios que assolaram alguns dos municípios sob o seu comando, entre os quais o de Viseu, e aos quais procurou que as forças sob o seu comando dessem a resposta mais adequada.-----

Na hora de deixar as suas funções de Comandante Operacional do Centro Distrital de Operações e Socorro de Viseu, Lúcio Campos reconheceu com a nobreza de carácter e a generosidade, apanágio apenas dos grandes líderes, todo o trabalho efetuado pelas corporações de bombeiros, segundo as suas palavras: “uma classe que rapidamente aprendeu a muito admirar e a respeitar e que têm e terão sempre a sua mais profunda consideração, inestimável valor e eterna gratidão”.-----

As diversas corporações de bombeiros sentiram a sua partida e, através dos seus comandantes e segundos comandantes reconheceram todo o trabalho de liderança e de comando realizado por Lúcio Campos.-----

Ainda durante o exercício das suas funções, foi aprovado em Diário da República de 11 de novembro o louvor 921/2015 pelos relevantes serviços prestados enquanto Comandante Distrital, tendo sido recentemente aprovado pela autarquia viseense um voto de louvor pelos serviços prestados.-----

Neste sentido, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe que a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 20 de fevereiro de 2017, aprove um voto de louvor e de agradecimento ao desempenho do Tenente-Coronel Lúcio Campos, atendendo à relevante missão, realizada

enquanto Comandante Operacional do Distrito de Viseu da Autoridade Nacional de Proteção Civil;-----

Deste voto de louvor seja dado conhecimento ao próprio, à Autoridade Nacional de Proteção Civil, a todas as autarquias e corporações de bombeiros do distrito que se encontravam sob o seu comando e à CIMVDL. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão. Já estamos na discussão.-----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais incluindo os Senhores Presidentes da Junta, Público e Comunicação Social. Claro que nos associamos a estes Votos de Louvor ao Comandante cessante da Autoridade da Proteção Civil Distrital, nem outra coisa podia deixar de ser, reconhecemos todo o mérito que foi aqui retratado nas Moções quer do PSD quer do CDS, mas também não queríamos deixar de propor que ambos os Deputados que subscrevem estas Moções por parte do PSD e por parte do CDS que incluíssem nestas Moções também o 2º Comandante Rui Nogueira, um homem que de alguma forma foi a mão na ação daquilo que o Senhor Comandante tão bem gizou e organizou, segundo as Moções e com as quais nós concordamos. O 2º Comandante Rui Nogueira, é um homem de base, vem dos bombeiros, que também deu mostras principalmente nos grandes incêndios que aconteceram no nosso concelho, deu mostras de ser um operacional capaz e também um Comandante capaz, portanto, eu solicitava aos subscritores de ambas as Moções, ou se vier a ser fundida numa, como talvez possa acontecer, mas de qualquer forma, que incluíssem também nestes Votos de Louvor o 2º Comandante que de alguma forma é valorizar aqui e retratar todos os Bombeiros do nosso Concelho e do nosso Distrito. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Costa.-----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Renovo os meus cumprimentos. Agradeço a intervenção do Deputado Alberto Ascensão, naturalmente que não me ficaria bem a mim propor o Louvor ao Senhor 2º Comandante Rui Nogueira uma vez que é uma pessoa da nossa casa, dos Bombeiros Voluntários de Viseu, mas agradeço e naturalmente que nada temos a opor, antes pelo contrário, todos os adjetivos que usou para descrever o Comandante Rui Nogueira são adequados, apropriados e revejo-me totalmente neles, nada a opor em integrar também o Comandante Rui Nogueira neste Louvor, no entanto, ele não cessa funções, ou não cessou já funções, irá cessar apenas em março, também há aqui uma décalage no tempo, podemos antecipar esse louvor, mas nada a opor com certeza.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Para dizer o seguinte: Em relação à sugestão do Deputado Alberto Ascensão, claramente disponível para aceitar a mesma, e claramente de acordo com a mesma, dizer apenas que, uma vez que o Senhor Comandante Rui Nogueira, como aqui foi dito ainda se encontra em exercício de funções, podíamos fazer, se fosse essa a concordância, colocar aqui extensivo à equipa que com ele trabalhou nestes três anos e meio em que exerceu as suas funções, se estiverem de acordo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu acho que a sugestão e se me permitem, acho que o espírito de reconhecimento do 2º Comandante já foi feito e como ainda está em funções, nós iríamos votar, se assim o entenderem, estes dois votos de louvor, já que houve o reconhecimento penso eu, mas ainda está em funções, e o espírito que está aqui é cessar funções.-----

Tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):**

Peço que me dispensem dos cumprimentos para ser mais célere. Primeiro o Deputado Carlos Costa aceitou sem limitações a proposta que fiz e portanto, eu revejo-me mais nessa hipótese. Relativamente a não incluir aqui o Comandante Rui Nogueira, não vejo nenhum obstáculo pelo facto de ele ainda se manter em funções porque tem a cessação das funções devidamente anunciada com data marcada e portanto, parece-me que seria oportuno desde já, até porque, cessando o Comandante, juntando a ele o 2º Comandante estaremos aqui a fazer justiça a toda uma equipa que deixa de ter o Comandante e portanto, deixa de ser a equipa que está em causa. O 2º Comandante é um complemento muito forte daquilo que é um comando, como algumas pessoas que aqui estão sabem nomeadamente o Deputado Carlos Costa, mas já agora, se eventualmente vier a ser rejeitada a proposta que eu fiz e que o Deputado Carlos Costa aceitou, eu deixava aqui uma proposta de um Voto de Louvor nos exatos termos em que é feita para o 1º Comandante pelo Senhor Deputado Carlos Costa para o 2º Comandante Rui Nogueira. Deixava assim, verbalmente uma proposta de Louvor nos exatos termos que é feita pelo Senhor Deputado Carlos Costa para o 2º Comandante Rui Nogueira. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. A Mesa aceita o que os subscritores assim o entendam para votação. Senhor Deputado, temos aqui dois Votos de Louvor, são escritos, pedia a redação escrita se assim o entenderem, e irão a votação de acordo conforme eles foram apresentados. Deputado Carlos Costa se quiser reformular a sua proposta, Deputado Carlos Cunha também. A Mesa colocará à votação as propostas que assim entendam. A Mesa espera a decisão dos proponentes. Iremos então colocar à votação a proposta de Voto de Louvor apresentada pelo Deputado Carlos Costa.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 20 de Fevereiro de 2017, aprovou o Voto de Louvor ao Sr. Tenente Coronel Lúcio Campos e ao 2º Comandante Rui Nogueira pelos seus exemplares desempenhos no Cargo de Comandantes Distrital de Operações de Socorro, no qual deram provas (agora estou a pôr no plural) de inigualável competência, empenho, dedicação, profissionalismo, verticalidade, rigor e eficácia. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Ia agora colocar também à votação o voto apresentado pelo Grupo Municipal do CDS que propõe que a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 20 de fevereiro de 2017, aprove um Voto de Louvor e de Agradecimento ao desempenho do Tenente-Coronel Lúcio Campos, atendendo à relevante missão realizada enquanto Comandante Operacional do Distrito de Viseu da Autoridade Nacional de Proteção Civil;-----

Deste voto de louvor seja dado conhecimento ao próprio, à Autoridade Nacional de Proteção Civil, a todas as autarquias e corporações de bombeiros do distrito que se encontravam sob o seu comando e à CIMVDL.-----

Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Iriamos continuar a nossa sessão. Dava a palavra ao Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):**

Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais incluindo os Senhores Presidentes de Junta, Público em geral, Comunicação Social. No princípio deste ano uma estrada municipal que liga as povoações de Fial à estrada que liga Várzea de Torredeita à Boa Aldeia foi repavimentada pela Câmara Municipal de Tondela, numa extensão de cerca de 1500 metros dos quais cerca de 900 são pertença ao Concelho de Viseu. Não me consta que o Município de Viseu tenha interferido nesta repavimentação, como não me consta que também tenha tido conhecimento desta repavimentação daquela estrada, portanto, diríamos que está feito, está bem feito, só que me parece que estão a ser feitos filhos em mulheres alheias, penso que estes 900 metros de

estrada, numa estrada que no seu total tem 1500 metros, dentro do Concelho de Viseu apenas ficaram 400 por repavimentar e que também necessitam de urgente repavimentação o que já se verifica há muito tempo, aliás aquela repavimentação que foi feita, foi num troço que se encontra nas condições daquele que se encontra por fazer. Deixo também este alerta à Câmara Municipal, mas o que me preocupa, não é tanto a repavimentação que está feita, porque nós usufruímos daquilo e eu sou um utente regular daquela estrada no que está feito temos um melhoramento, o que me preocupa é que pegaram numa placa e colocaram-na exatamente onde acabaram o alcatroamento ou a repavimentação dentro do Concelho de Viseu, o que me parece que estão a definir um limite entre os dois concelhos Tondela e Viseu, sem acordo e tanto quanto parece sem serem auscultadas as várias partes, portanto, eu deixo aqui um apelo ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de esclarecer esta situação e se for caso disso repor a situação tal como deve ser. Não me consta do conhecimento que tenho dos limites daquela estrada que seja onde está a placa que os limites são de facto e de direito. Deixava também um pedido ao Senhor Presidente da Câmara que sendo possível, me dê, ou dê à Assembleia, eu peço em termos pessoais, faço aqui um requerimento verbal ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de, do resultado das diligências que vai fazer no sentido de saber o que é que se passou com aquela repavimentação e na nova delimitação do limite do Concelho de Tondela e que através da Mesa da Assembleia me dê conhecimento do resultado dessas diligências para sabermos o que se passa. Finalizando, queria deixar aqui só um aparte relativamente à intervenção do Senhor Deputado Pedro Alves no sentido de dizer que, curtos foram os investimentos feitos pelo anterior Governo nas infraestruturas no nosso concelho, deste Governo, vamos ver se serão curtas ou não no final do mandato que é quando serão julgados. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado. Senhor Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público, e Comunicação Social presente.-----

Trago uma Moção que passo a ler:-----  
Considerando que:-----

1 - O amianto é um produto altamente perigoso, susceptível de provocar doenças respiratórias, como a mesotelioma, asbestose, cancro do pulmão e ainda cancro gastrointestinal;-----

2 - As doenças associadas ao amianto são, em regra, resultantes da exposição profissional, em que houve inalação das partículas que a degradação nas estruturas que contêm amianto vai dispersando pelo ar. Estas fibras microscópicas podem depositar-se nos pulmões e aí permanecer por muitos anos, podendo vir a provocar doenças, vários anos ou décadas após as situações de exposição;-----

3 - A existência de edifícios com material contendo amianto (fibrocimento e lusalite) constitui um perigo para a saúde pública, sendo um fator de mortalidade (as estatísticas apontam para a ocorrência de cerca de 39 mortes por ano em Portugal devido à exposição ao amianto);-----

4 - Em Portugal foi proibida a utilização/comercialização de produtos com amianto a partir de janeiro de 2005;-----

5 - A Lei n.º 2 de 09/02/2011, estabelece regras para a remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos;-----

6 - A Câmara Municipal de Viseu fez o que lhe competia e o presidente do executivo anunciou, no início do presente ano lectivo, a erradicação total de amianto nas escolas da rede municipal;-----



7 - Na Lista oficial de “Levantamento de Edifícios, Instalações e Equipamentos Públicos Que Contêm Amianto na Sua Construção”, sob a responsabilidade do governo, que decorreu da Lei n.º 2/2011, de 9 de Fevereiro, surgiam 4 escolas do concelho de Viseu: Escola EB de Grão Vasco, EB de Mundão, EB Azeredo Perdigão e E.B. D. Duarte (em Vil de Soito), sendo que neste última se têm verificado, nos últimos anos, vários casos de professores vítimas de cancro, estando neste momento um docente internado em Coimbra;-----

8 - Na Escola Grão Vasco, o problema está em vias de resolução, tendo já sido adjudicadas as obras do projeto de requalificação resultante do protocolo entre o município de Viseu e o Ministério da Educação, assinado em 2015 (que também inclui a requalificação da Escola Secundária Viriato), que terão a comparticipação dos fundos comunitários Portugal 2020, a aguardar apenas o visto do Tribunal de Contas.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 20 de Fevereiro de 2017, delibera:-----

Expressar ao Senhor Ministro da Educação a necessidade da remoção urgente das placas de fibrocimento ou lusalite contendo amianto, que não foram contempladas na primeira fase do processo de intervenção, nomeadamente:-----

a) Na Escola E.B. D. Duarte, em Vil de Soito, na cobertura do Bloco B (aulas do 3º ciclo) e Bloco A (Serviços Administrativos), abrangendo uma área de 1500 m2;-----

b) Na E.B. de Mundão, numa parte da cobertura, cuja remoção já foi pedida à DGES pela direção do agrupamento de escolas;-----

c) Na E.B. Dr. Azeredo Perdigão, na cobertura dos balneários exteriores e de dois anexos onde estão instalados as caldeiras de aquecimento e o arquivo, numa área total de 200m2.-

Já agora, acho que ainda tenho tempo passava a ler também uma Recomendação:-----

Considerando que:-----

1 - Foi divulgado no passado dia 3 de fevereiro de 2017, o Relatório “Levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública”, desencadeado pelo n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2016 (LOE2016), para a prossecução de uma “estratégia plurianual de combate à precariedade” (n.º 1 do mesmo artigo). Os dados reportados têm data de referência de 30 de junho de 2016, e respeitam a “instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública e do Setor Empresarial do Estado, nomeadamente com recurso a Contratos Emprego-Inserção, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviços” (n.º 2 do artigo 19º da LOE2016). Em Anexo ao Relatório supra, são identificados 8.064 CEI e CEI+ no total dos municípios (12.738 se incluídas todas as instâncias da administração local como freguesias e comunidades intermunicipais), e 194 no setor empresarial local. Excluídos os contratos a termo resolutivo, CEI e CEI+ é de longe a modalidade de vínculo precário mais utilizada na administração local.-----

2 - Com a aprovação do Orçamento do Estado para 2016, o Governo devolveu a autonomia e as responsabilidades das autarquias locais no combate à precariedade laboral, através do uso dos seus instrumentos em matéria de recrutamento e gestão de trabalhadores;-----

3 - Os contratos de Emprego-Inserção (CEI e CEI+), muitos Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), prestações de serviços (quer em regime de avença quer à tarefa), além da prestação de trabalho intermediada por Empresas de Trabalho Temporário e outras subcontratações, correspondem de facto a necessidades permanentes e subordinadas, tratando-se assim de recursos iníquos, indignos, que desrespeitam a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras precarizando-a, comprometendo além disso a produtividade de cada um e de cada uma e do serviço público prestado;-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 20 de Fevereiro de 2017, recomenda ao Executivo que, no prazo máximo de seis meses:-----

1. Identifique, perante esta assembleia, os vínculos atípicos das modalidades de

contratação de natureza temporária e quantifique, em cada serviço e organismo, todas as necessidades permanentes preenchidas através destas modalidades precárias de emprego;-

2. Reveja o Mapa de Pessoal do município e seu sector empresarial, considerando as reais necessidades permanentes;-----

3. Promova a integração dos e das precários/as, que se determine respondam a uma necessidade subordinada e permanente, abrindo concursos públicos para a celebração de contratos de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, em que a experiência no exercício concreto da função seja um critério majorado.-----

Vou entregar ainda uma outra Moção que não vou ter tempo para ler, mas que posso ler só a parte deliberativa e depois poderei falar nisso mais tarde.-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 20 de Fevereiro de 2017, recomenda ao executivo municipal a instalação de mais casas de banho públicas, gratuitas, distribuídas pelas várias zonas da cidade, nomeadamente junto dos parques de estacionamento, dos parques de táxis, dos parques infantis, de modo a servir não só os moradores, como os visitantes que se pretende atrair à cidade com o investimento do executivo na promoção de Viseu, em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Centro e a Viseu Marca, na campanha “2017 – Ano Oficial para Visitar Viseu”.-----

Depois no preâmbulo faço o elencar das casas de banho que foram removidas na cidade e que foram desativadas, apesar do crescimento da população.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Está em discussão. A outra é uma proposta de recomendação, está em discussão a Moção Remoção Urgente do Amianto na Escola EB D. Duarte, EB Dr. Azeredo Perdígão e EB de Mundão.-----

Deputado Carlos Cunha, tem a palavra.-----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):**

Muito obrigado Senhor Presidente. Renovo uma vez mais os meus cumprimentos. Para dizer sobre a Moção apresentada aqui pelo Bloco de Esquerda, pelo Deputado Carlos Vieira, que estamos de acordo com ela, eu apenas lhe pediria um pequeno reparo, talvez aqui no texto que tem a ver com aquela situação de presentemente se encontrar um docente atingido por uma situação de cancro que foi aí falado na Moção, e eu penso que não há necessidade de afunilarmos tanto, portanto, eu acho que no geral seria melhor até porque não acho isso necessário neste momento. Quanto ao resto, dizer que uma vez mais a autarquia aqui tem feito melhor trabalho que o Governo Central nesta matéria da substituição das placas de amianto, assim o Governo Central fosse tão diligente nas suas funções como tem sido a autarquia. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Só para informar que na Moção não está esta referência.-----

- **O Senhor Deputado Carlos Fernandes da Cunha intervém dizendo:** É nos considerandos.---

- **O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:** Não, não, não tem, não tem não, não está nos considerandos. Foi nos considerandos mas pessoais. Iria então colocar à votação a proposta de Remoção Urgente do Amianto nas Escolas EB D. Duarte, EB Dr. Azeredo Perdígão e EB de Mundão.-----

A Assembleia Municipal de Viseu reunida em 20 de fevereiro delibera:-----

Expressar ao Senhor Ministro da Educação a necessidade da remoção urgente das placas de fibrocimento ou lusalite contendo amianto, que não foram contempladas na primeira fase do processo de intervenção, nomeadamente:-----

a) Na Escola E.B. D. Duarte, em Vil de Soito, na cobertura do Bloco B (aulas do 3º ciclo) e Bloco A (Serviços Administrativos), abrangendo uma área de 1500 m2;-----

b) Na E.B. de Mundão, numa parte da cobertura, cuja remoção já foi pedida à DGES pela direção do agrupamento de escolas;-----

c) Na E.B. Dr. Azeredo Perdígão, na cobertura dos balneários exteriores e de dois anexos onde estão instalados as caldeiras de aquecimento e o arquivo, numa área total de 200m2.-

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.-----

Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **DOZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Quero colocar à consideração desta Assembleia uma Moção designada Pela Reabertura da Segunda Repartição de Finanças de Viseu.-----

Passados estes anos sobre o encerramento da 2ª Repartição de Finanças de Viseu, o tempo comprovou todos os alertas e receios manifestados então, quanto à sua necessidade para o Concelho e relativamente aos prejuízos que o seu encerramento iria causar, na resposta e eficácia do serviço, na redução da dinamização económica na parte da cidade onde se localizava, na perda de postos de trabalho, na sobrecarga de serviço nos funcionários.-----

Hoje, a realidade mostra-nos filas de pessoas no interior e à porta da Repartição de Finanças de Viseu, que diariamente desesperam por vez para tratar dos seus assuntos fiscais, pese embora o profissionalismo dos funcionários, impotentes para dar resposta eficaz ao volume incomensurável de serviço com que se deparam.-----

Atendendo à postura do atual Governo, que pretende repor serviços públicos nas zonas do interior;-----

Porque a vida comprovou a necessidade de uma 2ª Repartição de Finanças na cidade de Viseu;-----

Porque um mais diversificado e rápido serviço fiscal, beneficia os cidadãos contribuintes e traz ao Estado a garantia da arrecadação atempada de mais receitas;-----

Porque comprovadamente o volume de utentes e a necessidade de elevação da resposta deste serviço público o justificam:-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 20 de fevereiro de 2017 delibera:-----

1 – Propor ao Governo a abertura com carácter de urgência, da 2ª Repartição de Finanças de Viseu;-----

2 – Recomendar à Câmara Municipal de Viseu a abertura de um canal de diálogo com o Governo, para se encontrar uma solução física para a instalação da 2ª Repartição de Finanças de Viseu.-----

3 – Enviar esta deliberação ao Senhor 1º Ministro, ao Senhor Ministro das Finanças, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.-----

Ainda uma segunda Moção que proponho, Garantir a ligação ferroviária à cidade de Viseu.-----

As sucessivas políticas de desinvestimento na rede ferroviária tradicional, especialmente no que diz respeito ao serviço de populações fora dos grandes centros urbanos da faixa litoral, levaram a que amplas parcelas do território e da população estejam hoje sem acesso ao comboio como meio de transporte.-----

A política de degradação e desmantelamento da ferrovia no interior tem sido sem dúvida um dos fatores que influenciam decisivamente a perpetuação e agravamento das assimetrias regionais e o desequilíbrio do território nacional. Onde antes havia duas ligações à cidade de Viseu, através da Linha do Dão e da Linha do Vouga, não há hoje nenhuma.-----

À cidade de Viseu é por isso atribuído o título de maior cidade da Europa sem transporte ferroviário, prejudicando a dinâmica de desenvolvimento da região.-----

Em face desta inequívoca realidade, a Assembleia Municipal de Viseu, aprova a seguinte deliberação:-----

1 – Requerer ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e ao Governo que iniciem o processo da ligação urgente de Viseu à Linha da Beira Alta integrada no desenvolvimento da rede ferroviária nacional, de forma a garantir o acesso à mobilidade por comboio de pessoas e mercadorias;-----

2 – Que em simultâneo seja realizado o estudo para a reconstrução e reabertura da Linha do Vouga entre Sernada do Vouga e Viseu, indo de encontro ao interesse das populações,

das organizações de trabalhadores, de empresários e de agricultores, garantindo, também por esta via, a ligação ferroviária à Cidade de Viseu;-----

3 – Que o referido Estudo da Linha do Vouga incorpore a abordagem, entre outras, das questões do transporte suburbano para Viseu e Aveiro, do escoamento da produção industrial da região e do aproveitamento turístico da infraestrutura.-----

4 – Que esta Moção, uma vez aprovada, seja enviada a todos os órgãos municipais do Distrito de Viseu e de Aveiro, a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro e aos ministros da tutela.-----

Creio que não terei tempo para ler uma terceira Moção sobre a transferência de competências, lerei apenas a parte que diz respeito às deliberações nesta matéria, e o que proponho é o seguinte:-----

1 – Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.-----

2 – Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.-----

3 – Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.-----

4 – Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Está em discussão. Começaremos por esta Moção a Garantir a Ligação Ferroviária à Cidade de Viseu. Algum dos Senhores Deputados quer intervir sobre esta temática? Tem a palavra o Deputado Teodósio.-----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Caros colegas, Comunicação Social, Público em geral. Isto é um, três em um, é um bocadinho complicado a gente não fazer aqui nenhuma “salada de frutas”, mas já numa questão prévia, não sei se já se aperceberam, mas estamos aqui a assistir ao início do desmembramento da dita “geringonça”. Primeiro temos o Partido Socialista (ainda bem que se ri) que vem aqui querer louvar pessoas que acabaram de correr, coisa maravilhosa, correm com elas e vêm aqui dar beijinhos e não sei o quê, mas a gente está atenta apesar de não fazer comentários. Relativamente a estes assuntos, a estas Moções, são Moções todas para o Governo, portanto, sinal que a comunicação na geringonça também há qualquer coisa complicada, porque fazem parte de uma estrutura governativa e estão a aproveitar aqui a Assembleia Municipal para poder fazer chegar os recados, é sinal que as ligações diretas obviamente já não funcionam... eu ouvi com atenção e em silêncio, agradecia, até porque como são 3 Moções vamos lá ver se não me perco na ordem das mesmas. A primeira tinha a ver com...-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:*** É só a primeira que está em discussão.-----

- ***O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques questiona:*** À! Só está uma? Relativamente às Finanças?-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa responde:*** Não não, está em discussão a Ligação ferroviária à Cidade de Viseu. Se quiser fazer considerações sobre as outras tudo bem.-----

- ***O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques volta a questionar:*** Então não foram 3 Moções que foram apresentadas?-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa responde:*** Mas estava em discussão a Ligação Ferroviária à Cidade de Viseu.-----

- ***O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques questiona novamente:*** Então e as

outras não estavam?-----

- O Senhor Presidente da Mesa responde: Se quiser fazer considerações Senhor Deputado, pode fazer.-----

- O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques questiona novamente: É que essa foi a última. Se foram apresentadas as três de rajada e a gente tem que fazer aqui.-----

- O Senhor Presidente da Mesa esclarece: Não foi a última, até foi a segunda até, foi a segunda. Se quiser Senhor Deputado, se quiser fazer a discussão das três pode fazer a discussão das três, mas está em discussão só uma, a primeira.-----

- O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques retoma a sua intervenção dizendo: Vamos lá ver se a gente se entende, estamos a falar das Finanças, da Ferrovia.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: ... e da Descentralização.-----

- O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques prossegue a sua intervenção dizendo:...e da descentralização, é que isto realmente é muita coisa. Relativamente às Finanças, deixar aqui duas ou três coisas também bastante claras. Há acima de tudo necessidade de reforço em termos de Recursos Humanos para dar respostas, as informações que temos é que, quando havia duas repartições, cada uma delas tinha mais funcionários do que hoje quando estão concentradas, portanto, a necessidade de haver aqui um reforço ou a necessidade de haver outra, também não há nenhum problema contra, agora, aqui o engraçado é que a Moção diz que tem que ser a autarquia a arranjar o espaço, até porque me parece que o espaço não será a questão mais complicada, obviamente nisso tudo, que até terá custos mais baixos, portanto, relativamente a essa questão, se efetivamente na Moção está lá que à responsabilidade autárquica de arranjar o espaço eu penso que obviamente essa deverá ser retirada para termos uma votação favorável da nossa parte.-----

Relativamente à descentralização, perfeitamente de acordo com a descentralização, mas que também fique bem claro na Moção de que essa descentralização tem que ser acompanhada pelo respetivo envelope financeiro, porque descentralizar é muito lindo mas é preciso que venham os meios para que depois se possa dar uma resposta eficaz, penso que é isso todo que pretendemos.-----

Relativamente à questão da Ferrovia, é mais outra situação, não vemos aqui qualquer tipo de problema de maior, o que a gente gostaria obviamente de ver é concretizado esse mesmo anseio e portanto, nada de novo, de qualquer forma registamos com agrado que são três recados para o Governo e obviamente acho que é importante deixar essa ressalva bem-feita. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Mais algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Deputado Carlos Vieira tem a palavra. A sugestão Senhor Deputado é assim: O que estava em discussão era Moção a Moção, como é óbvio, até pela pertinência dos assuntos, mas como fez uma discussão conjunta, acho que não há nenhum problema de se fazer a discussão conjunta.-----

----- CATORZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Muito obrigado Senhor Presidente. Para encurtar tempo até porque me excedi ligeiramente. Sobre a Repartição de Finanças é evidente que não podia deixar de votar a favor, tanto mais que o Bloco de Esquerda apresentou uma Moção que foi aprovada creio que por unanimidade na altura, contra o encerramento previsto da Repartição de Finanças e depois para a reabertura, no anterior mandato.-----  
Sobre a ligação ferroviária à Cidade de Viseu, eu lamento ter que me repetir, isto tem vindo aqui recorrentemente, naturalmente que é uma reivindicação antiga, mas volto a dizer: Ao contrário do que se tem disto, Viseu já tem uma estação de caminhos-de-ferro, porque é mais rápido ir da Central de Camionagem de Viseu à Estação de Mangualde pela A25 do que ir da Central de Lisboa, por exemplo de Sete Rios a Santa Apolónia, portanto, bastaria um *shuttle*, um mini autocarro que ligasse Viseu a Mangualde naturalmente ao comboio intercidades. Como eu também já aqui disse, o avião que o Senhor Presidente



Almeida Henriques fez questão que passasse por aqui vindo de Bragança para Lisboa, também não aterra no Terreiro do Paço nem nos Restauradores, vai aterrar a Cascais e depois tem um *shuttle* que o leva até aos Restauradores que se calhar demora muito mais que o tempo que demora a ir de autocarro de Viseu a Mangualde, portanto, para efeitos práticos, porque não há nenhuma cidade que tenha a estação, há algumas que até têm mas francamente feita no século XIX, agora no século XXI, não estão à espera que a estação seja no Rossio, mas pronto, naturalmente que essa é uma reivindicação antiga, o Governo aliás, só para esclarecer o Senhor Deputado Manuel Teodósio, na referência que fez, nem o Bloco de Esquerda nem o PCP fazem parte de nenhuma estrutura governativa, são partidos que apoiam parlamentarmente o Governo na Assembleia da República e apoiam quando têm que apoiar naturalmente, portanto, há um acordo de incidência parlamentar que faz com que o Governo governe, com que tenha a maioria, a maioria que lhe deu o povo português nas últimas eleições legislativas, a maioria social e política, e portanto, nós confiamos, este Governo já afirmou que iria avançar com o projeto do caminho-de-ferro a ligar os portos de Aveiro a Vilar Formoso, a Espanha, ou à Europa, passando por Viseu e portanto, acho que depende apenas dos fundos comunitários ou da aprovação comunitária, portanto, esperemos que esse projeto vá para a frente, mas naturalmente que votamos a favor e sobre a transferência de competências também assinamos por baixo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **QUINZE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais incluindo os Senhores Presidentes de Junta, Senhores da Comunicação, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Irei começar por dizer que quando se trata de reivindicar, proteger ou enfim, de pugnar pelos interesses do nosso concelho, não nos repugna nem nos custa mandar recados ao nosso Governo, não estamos aqui a defender um Governo de olhos cegos, de olhos vendados, defendemos primeiro Viseu que foi para isso que fomos eleitos para esta Assembleia Municipal e se tivermos que mandar recados ao Governo que seja da “geringonça” ou que seja só do Partido Socialista, o Partido Socialista está aqui para defender essencialmente Viseu e os nossos concidadãos de Viseu, é nessa medida que não nos repugna nem nos custa mandar recados, e nessa medida é que também concordamos em certa medida com a duplicação do Serviço de Finanças, embora também não nos custasse muito que em vez do alargamento fosse reajustado o quadro do pessoal. Para já o quadro do pessoal não está completo, esse é um dos grandes problemas, e foi ao longo dos últimos anos que isto foi acontecendo. O atual Governo tem anunciado que brevemente abrirá um concurso de cerca de 1000 funcionários para os serviços tributários a nível nacional, o que deixa alguma esperança. Também entendemos que não será suficiente e portanto, que isso não chega, isso é só para colmatar os malefícios que foram feitos anteriormente em termos de pessoal nos serviços tributários. Portanto, embora reconheçamos que o grande problema passa pelo pessoal, também entendemos que, a divisão dos Serviços tributários poderá dar alguma facilidade de atendimento e de resolução dos problemas. Queria deixar também que, somando a isto e eu penso que o grande problema se prende com o pessoal, com o pessoal de que os serviços dispõem, porque sendo menos os funcionários que estão neste serviço único sofrem uma pressão muito maior, inclusivamente lhes vai dificultar a execução das tarefas e não estou a pôr em causa que sejam maus funcionários ou que não executem bem, bem pelo contrário, acho que tendo em consideração o número de funcionários existentes, para aqueles que deviam existir, eles são uns ótimos funcionários, portanto, também não nos custa e também votaremos favoravelmente a tal recomendação, o tal recado ao nosso Governo no sentido de duplicar o Serviço de Finanças de Viseu. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a

palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Renovo os meus cumprimentos. Isto para dizer aqui que no caso das Moções da CDU que não há duas sem três, e três Moções duma vez há terceira é que é de vez não é? Haja fartura não é? Haja fartura, só falta o aeroporto, pronto, e abrímos também os CTT na Rua de Serpa Pinto e ali na Balsa que também faz falta, completávamos aqui e na vez de ser uma trilogia passávamos a ter aqui um quinteto, mas considerações à parte, e já que pedir é de borla, como diz aqui o Senhor Ascensão, podemos pedir e em relação à Repartição de Finanças a minha sugestão é que na linha do que foi proposto aqui pelo PSD, que se reforçasse também o pedido do quadro do pessoal uma vez que, se são insuficientes que se reforcem os meios.----- Em relação à ferrovia, estranhámos aqui que não tenha sido reforçado o pedido é da ligação Aveiro/Viseu/Salamanca em bitola, que esta sim, seria fundamental para a ligação ao espaço europeu também e que nos colocaria aqui numa situação privilegiada enquanto polo de transição de pessoas, de bens e mercadorias.----- Por fim, não poderíamos estar mais de acordo também em relação à transferência de competências como se viu ainda há bocado na Moção apresentada pelo Carlos Vieira em que o Governo Central faz mal o seu trabalho não é? Sobretudo na remoção do amianto, a transferência de competências e desde que venha também o respetivo cheque. Competências sem cheque financeiro quer dizer, é uma situação um tanto ou quanto ingrata. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves.-----

----- **DEZASSETE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Membros da Assembleia. Uma primeira abordagem que é para clarificar aqui uma posição do Grupo Parlamentar do PSD, uma vez que não houve por parte do Deputado Teodósio uma clarificação quanto à nossa posição na Moção relativa à questão da Regionalização. Da nossa parte não concordaremos com essa questão da regionalização neste momento colocá-la na discussão e nessa discussão também nós temos também enquanto partido propostas próprias relativamente à descentralização que embora de uma forma genérica somos a favor dessa descentralização, não acompanhamos certamente as propostas concretas do Partido Comunista, mas não é o caso aqui em questão, não estamos a discutir nada em concreto, é de uma forma genérica e concordaremos, excetuando a questão de regionalização que pelos vistos pareceu-me que estava prevista na proposta também essa questão. Quanto à ferrovia, eu julgo que aqui temos que perceber o que é que está em causa, e eu sei, certamente deverão saber também que a CP já está a fazer um estudo da Linha do Vouga, mas é para um comboio histórico e não sei quais são as estações que vão chegar ao Distrito de Viseu mas o que nós sabemos também é que o Governo quando cancelou a ligação da Linha da Beira Alta a Viseu, que estava prevista no anterior projeto, garantiu que estava a ser feita uma nova ligação ferroviária entre Aveiro e Viseu e aqui estamos à espera, eu acho que é mais importante esta nova ligação, que nós sabemos o que é que lhe vai acontecer mas é isso que está em causa, ou seja, estamos aqui a falar de uma terceira ligação, da nossa parte o que nós queríamos é que, rapidamente aquela que se poderia fazer, que era a ligação à Linha da Beira Alta, onde vai ser feito um investimento com fundos comunitários, que foi retirada do plano de investimentos por parte deste Governo, para nós isto era fundamental, e é esta a nossa prioridade porque esta pode ser feita imediatamente, o que estamos aqui a pedir é que se faça mais um estudo para demorar não sei quanto tempo e esse estudo está a ser feito pelo que nós sabemos, mas para um comboio histórico, não é para uma ligação de um comboio de mercadorias ou de passageiros, por isso mesmo tem a ver com turismo e se calhar também faz todo o sentido, porque do ponto de vista económico é bom para a região, por isso, que se faça o

estudo para nós é importante que se faça o estudo que se retire valor daquilo que existe, acho que é fundamental, mas não nos esqueçamos daquilo que foi a promessa deste Governo, e quanto às Finanças, eu penso que, certamente uma vez mais, é que a falta de transparência que há por parte da coligação que sustenta o Governo é clara, ainda na semana passada, penso eu, veio aqui ao Distrito, o Costa Andrade, Secretário de Estado das Finanças, com a Diretora Geral de Finanças e referiu-se em concreto à situação do Concelho de Viseu, deveriam saber o que é que foi dito, e mais, não foi aqui, não foi anunciado nenhum concurso de 1000 funcionários para breve, são 120, o que houve, foi no passado abertura de concurso para 1000 inspetores e que saiu muita gente das Finanças que concorreram diretamente a esse concurso e que vai agora haver um problema de certeza de atendimento ao público, 120, dito pelo Secretário de Estado Rocha Andrade na semana passada em resposta a uma pergunta de um Deputado do Partido Comunista Português, não são mil e qualquer coisa, não podemos andar aqui a brincar, temos que ser sérios, falar verdade, eu sei que há um objetivo claro por parte da geringonça de não querer que se saiba a verdade de nada, é fingir que vivemos num mundo paralelo numa realidade imaginária que é toda ela uma simpatia e boa, mas não é verdade, não há condições e o que o Senhor Secretário de Estado veio aqui dizer mais a Diretora Geral de Finanças foi uma coisa muito diferente daquela que nós aqui pedimos, mas nós vamos exigir também, agora os senhores é que devem, não é vir para aqui dizer que vamos reivindicar quando depois os representantes do Governo vêm aqui dizer que não há nada para ninguém, já o tinham dito antes, e nós vimos aqui reivindicar uma coisa que já sabemos que não vai ser feita, mas nós vamos reivindicar e ainda bem, porque vocês sabem o que cá vieram fazer, venham aqui e digam também a verdade, aquilo que sabem. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão. Agradecia celeridade.-----

----- **DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Peço que me dispensem os cumprimentos. Nós falamos verdade, não nos baseamos nas informações que supostamente contrariam aquilo que é a nossa verdade. A informação que eu tenho e que é pública ...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- *O Senhor Deputado Alberto Gonçalves da Ascensão prossegue a sua intervenção dizendo:*... a informação que eu tenho é que é pública, não é dos 120 funcionários para os Serviços de Inspeção Tributária que também sabemos, a informação que eu tenho é a de funcionários que não são para o Serviço de Inspeção Tributária, Inspeção Tributária é de facto aquilo que disse, eu referi-me a outros cerca de 1000 funcionários para completar os quadros da Administração Tributária, essa é que é a verdade, portanto, relativamente a tudo o mais que disse, não sei qual é a fonte, aquilo que disse, baseio-me em informações públicas a que toda a gente tem acesso e portanto, clarinho como a água, transparente como eu disse, e é verdade aquilo que eu reproduzo aqui, tudo o mais que disse, penso que se restringiu a um pequeno pormenor, tentando contrariar com 120 funcionários para a Inspeção Tributária cujas características são absolutamente diferentes e nada têm nada a ver com as demais e portanto, vamos ver é se de facto conseguimos com esta reivindicação que os Serviços Tributários sejam devidamente ajustados e os quadros de pessoal também completados e devidamente reajustados à realidade que Viseu merece e pela qual repito, nós pugnamos independentemente do Governo ser nosso ou ser de outra facção qualquer, estamos a tentar reajustar ou vamos procurar reajustar aquilo que foi depauperado nos anos anteriores em termos de pessoal nos Serviços Tributários de Viseu. Muito obrigado.--

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a proponente das três Moções. Deixava em aberto, e isso compete também à Mesa, se entender fazer algum reajustamento para ir ao encontro de algumas posições, da nossa parte...-----

----- **DEZANOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Bom, creio que o Senhor Deputado Ascensão já me libertou de alguns esclarecimentos e quero ser muito breve e muito cirúrgica relativamente às observações que aqui vieram ser colocadas. Desde já, em relação à primeira Moção, portanto, relativamente à reabertura de um segundo Serviço de Finanças em Viseu, dizer que de facto o problema não está apenas na falta de recursos humanos, é um problema gravíssimo, os funcionários vivem num desespero completo para conseguirem atender as pessoas, até porque esta questão das prioridades, há uma série de prioridades que fazem com que alguns munícipes fiquem ali hora e horas a fio, a delegação da tutela que se deslocou a Viseu ficou de queixo caído com a quantidade de pessoas que ali estava, dialogou de facto com os funcionários, quis saber das razões que levavam a que de facto se acumulasse ali tanta gente e isto, eu penso que, aqui também, posso fazer a nota, não é efetivamente uma questão de recursos humanos apenas, aquele espaço é exíguo para a quantidade de pessoas que atende, absolutamente exíguo, para além de outros aspetos que uma abertura de uma segunda repartição de facto pode trazer de mais-valia à dinamização de um outro espaço de Viseu e que enfim, que acabou por perder de facto alguma dinamização o espaço onde fechou a 2ª repartição, eu penso que a reabertura num outro espaço poderia também ter essa mais-valia. Efetivamente não houve qualquer compromisso por parte da tutela relativamente a estas dificuldades vividas pelos funcionários, o que acontece é que efetivamente foi dada instrução para que fosse dado atendimento prioritário a quem estava presente, mas os funcionários têm imensa dificuldade em conseguir dar conta do trabalho acumulado para lá do balcão e para cá do balcão, portanto, eu penso que se justifica de toda a forma que seja de facto aberto um segundo espaço. Dizer que a Moção não diz que a responsabilidade de encontrar esse espaço cabe à autarquia, o que a Moção diz de forma muito clara é que seja aberto um canal de diálogo para se encontrar uma solução física, eu não estou de forma nenhuma a propor que seja a autarquia a ter essa responsabilidade, portanto, penso que isto é claro, mas que não seja isto de forma nenhuma a gerar aqui algumas hesitações na aprovação da Moção.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo:* Senhora Deputada, eu só transmitia o tempo que tem para a discussão das três, está bem?-----

- *A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue a sua intervenção dizendo:* Sim, peço desculpa. Pronto, então muito brevemente, só relativamente à ferrovia dizer que eu penso que é de facto de aproveitar o ensejo de o Governo estar a fazer estudos para que efetivamente seja reposto um serviço público para Viseu com mais-valias que me parecem absolutamente evidentes, e relativamente à objeção que aqui foi colocada sobre a descentralização de competências, dizer que de facto regionalização eu não referi aqui.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Iria então colocar à votação as três Moções. A primeira Moção era a Reabertura da 2ª Repartição das Finanças de Viseu. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida no dia 20 de fevereiro de 2017 delibera:-----

1 – Propor ao Governo a abertura com carácter de urgência, da 2ª Repartição de Finanças de Viseu;-----

2 – Recomendar à Câmara Municipal de Viseu a abertura de um canal de diálogo com o Governo, para se encontrar uma solução física para a instalação da 2ª Repartição de Finanças de Viseu.-----

3 – Enviar esta deliberação ao Senhor 1º Ministro, ao Senhor Ministro das Finanças, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.-----

Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com uma (1) abstenção.*-----

Íamos à segunda Moção. Garantir a Ligação Ferroviária à Cidade de Viseu.-----  
Assembleia Municipal de Viseu, aprova a seguinte deliberação:-----

1 – Requerer ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e ao Governo que iniciem o processo da ligação urgente de Viseu à Linha da Beira Alta integrada no

desenvolvimento da rede ferroviária nacional, de forma a garantir o acesso à mobilidade por comboio de pessoas e mercadorias;-----

2 – Que em simultâneo seja realizado o estudo para a reconstrução e reabertura da Linha do Vouga entre Sernada do Vouga e Viseu, indo ao encontro ao interesse das populações, das organizações de trabalhadores, de empresários e de agricultores, garantindo, também por esta via, a ligação ferroviária à Cidade de Viseu;-----

3 – Que o referido Estudo da Linha do Vouga incorpore a abordagem, entre outras, das questões do transporte suburbano para Viseu e Aveiro, do escoamento da produção industrial da região e do aproveitamento turístico da infraestrutura.-----

4 – Que esta Moção, uma vez aprovada, seja enviada a todos os órgãos municipais do Distrito de Viseu e de Aveiro, a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro e aos ministros da tutela.-----

Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.*-----

A terceira Moção:-----

Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.-----

2 – Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.-----

3 – Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.-----

4 – Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.-----

- O Senhor Deputado Pedro Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Tem a palavra a título excecional.-----

----- VINTE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Tem que ser mesmo excecional porque a Senhora Deputada disse que não estava nenhuma referência à regionalização, e eu depreendo uma das coisas, ou a Senhora Deputada não escreveu a Moção ou não percebeu o que leu, mas aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente e foi lido é que falava da regionalização e aqui volto a dizer se a Senhora Deputada quer ou não retirar o que está na Moção porque isso impede-nos a nós de votar favoravelmente.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Se há exceção também tem que haver exceção não é?-----

----- VINTE E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Bom, de exceção em exceção, muito brevemente para dizer que de facto não estou disponível para retirar aquilo que é uma coisa inscrita na Constituição e que deveria em nossa opinião ser de facto concretizada, portanto, se os Senhores Deputados não quiserem naturalmente estar de acordo com isso não estarão.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: O problema às vezes e desculpem-me, os problemas são de conceitos, o que está inscrito na Constituição são Autarquias Regionais e muitas vezes é o problema dos conceitos das regiões administrativas versus regionalização que é muito mais do que uma autarquia regional e às vezes estamos nestes conceitos, inevitavelmente na Constituição estão Autarquias Regionais e o conceito que aqui estava subjacente é um problema de regionalização no âmbito das regiões administrativas que é um bocadinho diferente. Pronto. Dentro desta clareza no fundo estão ambos com razão está na Constituição as Autarquias Regionais, a mim pessoalmente custa-me, e vou aqui agora também abrir uma exceção acho que não tinha problemas



nenhuns em votar esta Moção com este problema do enfoque na regionalização até porque aqui tudo isso é descentralização e acho que aqui ninguém é contra a descentralização e até porque aqui, até há um aspeto muito importante que é, “que a qualquer nova atribuição de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro” acho que a mim pessoalmente custa-me esta situação mas, com aquilo que é, quando se fala em autarquias regionais, vir sempre o conceito da discussão da regionalização, e não se pode aqui aprovar isso sem uma verdadeira discussão a este nível. Acho que não é possível aqui numa Moção estar-se a discutir isto. Eu pessoalmente também custa-me mas, se não houver mais nenhuma questão iremos aqui pôr à votação. Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? *Por isso foi rejeitada a Moção.*-----

Eu passaria a fazer uma Declaração de Voto: Em relação a este processo eu absteve-me, absteve-me porque concordava inteiramente com a proposta de descentralização e até com todo o conteúdo simplesmente acho que não é possível aqui numa mera proposta, sem uma discussão profunda estar-se a discutir e a aprovar regiões administrativas sem uma discussão, porque, já percebemos uma situação, já tivemos mapas com o qual não concordámos e por isso não é possível estar a dar um voto favorável a uma situação sem uma discussão profunda dessa temática e é por esse motivo que me absteve.-----

Tem a palavra um Deputado Teodósio.-----

----- **VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** É apenas uma Declaração de Voto. Dispensó os cumprimentos.

Só para deixar de uma forma bem clara, que não surja dúvidas para nada nem para ninguém de que esta questão da descentralização é uma questão extremamente importante para o Partido Social Democrata e portanto, revíamos digamos, em praticamente toda a parte da Moção, relativamente à regionalização, obviamente como foi dito e muito bem já aqui, é uma questão estrutural, profunda, que exige debate, portanto, é um termo demasiado abstrato, há modelos que eventualmente até podemos concordar, outros que não podemos concordar e obviamente que, tendo sido sugerido que fosse retirada, não tendo havido abertura para retirar, obviamente que não poderemos votar favoravelmente, a abstenção também não iria inviabilizar porque a Moção iria passar e tivemos que votar contra com que iria ser reprovada, com a nossa abstenção iria ser aprovado algo que entendíamos obviamente que era muito complicado em termos de futuro. Percebemos que outros têm uma agenda política, têm que fazer pela vida, têm que fazer provas de vida, têm que fazer uma data de coisas, é o seu papel, a gente também está cá a assistir e nós também fazemos o nosso. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Viseu.-----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito bom dia a todos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Vice Presidente em representação do Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Colegas Presidentes de Junta de Freguesia, Público em geral, Funcionários, Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Em consciência venho aqui de alguma forma fazer uma Declaração de Voto daquilo que eu sinto que aconteceu relativamente à Moção sobre a descentralização. Eu convictamente acredito na descentralização, convictamente acredito no reforço do Poder Local porque somos capazes de fazer melhor, e nesse sentido tinha que me abster relativamente à posição que foi assumida pelos meus colegas e que respeito naturalmente, do Partido Social Democrata. Já em relação a regionalização concordo exatamente com aquilo que o Senhor Presidente disse, e portanto, esta discussão não tinha nenhuma oportunidade aqui neste momento. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Presidente

da Junta de Freguesia de Ranhados.-----

**----- VINTE E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE RANHADOS LUÍS FILIPE MARTINS ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Senhores representantes da Comunicação Social, Público em Geral.-----**

**O exercício de funções autárquicas deve pautar-se pela satisfação de compromissos assumidos e uma leitura atenta das necessidades que vão surgindo para que as instituições estejam ao serviço das populações e dos seus anseios.-----**

**Relativamente às infraestruturas desportivas do concelho o executivo municipal tem vindo a apostar na requalificação dos equipamentos existentes e na construção de novos.-----**

**Só apoiando o movimento associativo financeiramente e na disponibilização de infraestruturas é possível aumentar o número de praticantes e com o efeito «pirâmide» incrementar a qualidade dos resultados.-----**

**Só aqui uma ressalva, de facto, como alguns dizem, de facto não é responsabilidade da autarquia o atingir esses resultados, mas o de criar condições para que isso aconteça.-----**

**Numa breve análise das obras das infraestruturas desportivas efetuadas recentemente no concelho de Viseu podemos afirmar que somos cada vez mais um concelho que se posiciona num lugar de destaque no panorama desportivo nacional.-----**

**Assim no dia 7 de Fevereiro deste ano foram inauguradas, as obras de substituição dos pavimentos em relva sintética do Campo de Futebol 1º de Maio e do Campo de Futebol de 7, no Parque do Fontelo.-----**

**O investimento total na requalificação de ambos os equipamentos ascendeu aos 300 mil euros. O Município restitui, assim, estes equipamentos a um padrão elevado de qualidade para a prática e formação desportivas.-----**

**Para além da intervenção ao nível do pavimento, outras melhorias foram também realizadas, nomeadamente a pintura de muros e bancada e a substituição do sistema de rega, no Campo de Futebol 1º de Maio. Já no Campo de Futebol de 7, houve lugar à melhoria dos acessos a veículos de emergência e viaturas de manutenção, assim como à requalificação do espaço junto às piscinas municipais com vista à prática desportiva.-----**

**No dia 18 de Fevereiro (passado Sábado) foram inauguradas as obras de intervenção feitas no Campo de Santa Eufémia em Ranhados. (gostaria de lá ter visto mais gente desta sala, aqueles que habitualmente escrevem e que se calhar não conhecem os sítios) -----**

**Esta obra como devem calcular é-me muito grata pois é um anseio antigo do Futebol Clube de Ranhados e da Freguesia contribuindo assim para o desenvolvimento desportivo e não só da freguesia e para a resolução do problema de sobrelotação do Fontelo.-----**

**O custo total da intervenção foi de cerca de 268 mil euros sendo o apoio da autarquia de cerca de 212 mil euros e o Apoio da Direção Geral das Autarquias Locais de cerca de 56 mil euros.-----**

**Um reconhecimento público aqui ao Senhor ex. Secretário de Estado Dr. Leitão Amaro.---**

**Esta intervenção caracterizou-se pela aplicação de relva sintética no campo de futebol de 11 (7560m2); Instalação de sistema de rega por aspersores; substituição da vedação do campo; remodelação dos balneários principais e secundários do complexo (pinturas, substituição de portas, bancos e chuveiros); pintura de muros e estrutura da bancada principal; limpezas e arranjos no espaço envolvente; realização de certificação piso em relva sintética por uma empresa reconhecida pela FIFA, para obtenção de uma certificação FIFA 2 estrelas. (Quem não sabe que pesquise e veja que qualificação é esta).--**

**As instalações permitem assim melhorar e aumentar as condições de treino, não só do Futebol Clube de Ranhados, mas também aos restantes clubes e equipas do concelho.-----**

**Já hoje falei com o Senhor Presidente da Câmara, as melhorias trazem problemas, mas ainda bem que os trazem, necessitamos já de imediato de um Ecoponto naquela infraestrutura que até aqui não era necessária, vejamos o que é que em dois dias as**

carências que apareceram na questão dos resíduos, isto porque começa a ser utilizado.-----  
Para além destes dois equipamentos cujas obras já estão concluídas e inaugurada, já se está a pensar no futuro.-----

Falo da requalificação do Campo de Futebol da Quinta da Cruz.-----

A Câmara Municipal de Viseu aprovou no dia 9 de fevereiro, a obra de requalificação do Campo de Futebol da Quinta da Cruz, equipamento utilizado predominantemente pelo Lusitano de Vildemoinhos.-----

O investimento deverá ascender a 260 mil euros e segue agora para concurso público. O projeto inclui a execução de um túnel de acesso ao campo, a vedação e a colocação de um piso sintético. A obra deverá ser executada integralmente durante o corrente ano.-----

Será dada uma nova vida a este equipamento desportivo e melhores condições de prática desportiva a um clube centenário de Viseu, com um papel estratégico e relevante na formação das camadas jovens.-----

Em suma confirma-se que existe obra nas freguesias que outros não a veem e obras pensadas de uma forma transversal, planificada e útil tendo em vista a nossa população. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha que estava inscrito.-----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Renovo os meus cumprimentos e passo a ler o assunto que aqui me traz, que é uma Moção: Pelo reforço de meios humanos e materiais do Comando Distrital da PSP de Viseu.-----

A Polícia de Segurança Pública tem, entre várias atribuições, assegurar a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança e a proteção das pessoas e bens nos termos da Constituição e da lei.-----

De alguns anos a esta parte o Comando Distrital da PSP de Viseu confronta-se no exercício da sua atividade com constrangimentos de vária ordem que comprometem e limitam a sua capacidade operacional. Todavia, ainda que limitados nos meios humanos e materiais que têm presentemente ao dispor, o Comando Territorial da PSP de Viseu sempre procurou dar resposta adequada às inúmeras solicitações efetuadas.-----

Recentemente, as declarações do Superintendente Vítor Rodrigues, comandante do destacamento territorial de Viseu, aquando da celebração do 140º aniversário da corporação, para além de serem entendidas como um alerta ao poder político que tutela esta força de segurança, expuseram, uma vez mais, as inúmeras restrições com que o Comando local se confronta diariamente no exercício da sua missão entre as quais se destacam: -----

a) Envelhecimento do corpo de efetivos;-----

b) Não reposição dos efetivos que têm passado à situação de pré-reforma ou de aposentação;-----

c) Solicitações frequentes para prestação de outros serviços como o acompanhamento de diligências de solicitadores ou de agentes da Autoridade Tributária e ainda de notificações pedidas pelos Tribunais. Atividades necessárias, mas que acabam por retirar polícias das missões de patrulhamento e de vigilância a pessoas e bens;-----

d) Número insuficiente de carros patrulha;-----

e) Inexistência de uma viatura adequada e devidamente equipada destinada às equipas de intervenção rápida;-----

f) Número insuficiente de viaturas descaracterizadas;-----

g) Algumas das viaturas atualmente ao serviço apresentam um intenso desgaste provocado pelo uso intensivo e pelos anos que ostentam, o que faz com que se deva providenciar, a curto prazo, a sua substituição;-----

Atendendo aos considerandos enunciados, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe que a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 20/02/2017, delibere:-----

- 1) O aumento do número de efetivos do Comando Territorial de Viseu;-----
- 2) Assegurar a substituição dos agentes que passam à situação de pré-aposentação e de aposentação;-----
- 3) Dotar o Comando Territorial de Viseu dos meios materiais necessários ao exercício da sua atividade, nomeadamente a atribuição de dois carros patrulha, quatro viaturas descaracterizadas e uma viatura adequada às equipas de intervenção rápida;-----
- 4) Do teor da Presente Moção dar conhecimento aos órgãos que aqui se nomeiam para não estar a reler.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão esta Moção. Algum dos Senhores Deputados quer intervir sobre este assunto? Não havendo nenhum pedido de intervenção, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe que a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 20/02/2017, delibere:-----

- 1) O aumento do número de efetivos do Comando Territorial de Viseu;-----
- 2) Assegurar a substituição dos agentes que passam à situação de pré-aposentação e de aposentação;-----
- 3) Dotar o Comando Territorial de Viseu dos meios materiais necessários ao exercício da sua atividade, nomeadamente a atribuição de dois carros patrulha, quatro viaturas descaracterizadas e uma viatura adequada às equipas de intervenção rápida;-----
- 4) Do teor da Presente Moção dar conhecimento ao Ministério da Administração Interna, Direção Nacional da PSP, Comando Territorial da PSP de Viseu, Presidência da República, Presidência da Assembleia da República, Grupos Parlamentares, CIMVDL e Município de Viseu;-----

Quem Vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.-----

Iria usar da Palavra o Deputado Pedro Baila Antunes.-----

----- **VINTE E SEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público, Senhores Jornalistas, e já agora um cumprimento especial hoje com dois jovens fotojornalistas muito ativos, um cumprimento especial para vocês. Como eu enunciei aqui na última Assembleia Municipal de Viseu, nestes 3 anos de mandato sobram inúmeras, incontáveis promessas, anúncios e re-anúncios por comprimir.-----

Por diversas razões, é notório alguma perda de elã / afã no atual executivo camarário, é nítido. Os protocolos, a pompa, os concursos, os eventos, os momentos, as marcas, os chavões e os pendões já não inebriam a realidade factual.-----

Começa a ficar tarde sob o ponto de vista eleitoral.-----

À boca pequena, (inclusive ainda recentemente numa conversa com três ilustres sociais democratas) até entre estes, sobre o atual executivo, já começa a ser lançado, aquilo que creio que é demasiado hiperbólico, e que é um anátema certamente indesejável, fala-se num Flop! Eu diria, utilizando linguagem plebeia, corre-se é o risco da “montanha parir um rato”. Eis-nos chegados à fase do arrancar, do fazer, do aparecer, do comprovar ou do demonstrar e pouco ou nada se vê.-----

À pressa, muito à pressa, parece que com a ajuda da pressão das redes sociais, lá se arrancou a reconfiguração do ainda há pouco requalificado Parque Urbano de Santiago. É certo que, com a absoluta incúria de manutenção nos últimos anos, este estava votado ao abandono. Assim, haverá um “novo” justificado/injustificado Parque para inaugurar no início do verão... Compreende-se! É o que se tem “rapidamente à mão”.-----

Aliás, a necessidade de corta-fitas e troca de placas / de nomes de inauguração é tanta que até as obras de manutenção dos relvados sintéticos do Fontelo tiveram direito à pompa e à

circunstância de obra nova.-----  
É verdade que as infraestruturas básicas, já estavam, em grande medida implantadas. À semelhança da realidade nacional, foi anunciada em Viseu uma fase do imaterial.-----  
Mas é verdade, à semelhança do que aconteceu noutros concelhos que seguiram nessa direção, havia ainda obras infraestruturantes de primeira necessidade por realizar, mesmo infraestruturas viárias. E nós temos alguns exemplos prementes, deixo dois:-----  
O único grande acesso a Viseu que não tem dupla faixa de rodagem é a entrada nascente da cidade, pela Nacional 16 /Rua Pedro Alves Cabral. São conhecidos os constrangimentos de trânsito nesta entrada. Esta poderia ter sido a grande obra viária “do regime”, (enfim, não gosto da expressão), mas não foi e não será. Mas é premente fazer pequenas alterações, pequenas intervenções, que são facilmente exequíveis. A rotunda junto ao Colégio da Via Sacra tarda, enfim, é mais uma que está à espera!-----  
Neste eixo de entrada há ainda um estrangulamento de fácil resolução. No cruzamento entre a Nacional 16 e a Avenida da Escola Básica, à hora de ponta é normal uma espera de mais de 15 minutos para atravessar o semáforo. Atendendo, ao movimento reduzido das vias transversais da N16 no cruzamento do Recheio, uma simples rotunda resolveria este estrangulamento viário.-----  
Deixo ainda outra sugestão de infraestruturas viárias, o Governo anunciou há pouco obras de valorização de Parques Industriais (doze), Viseu está contemplado, o Parque de Mundão, e acho que seria muito premente requalificar a estrada que liga Barbeita a Rio de Loba, paralela ao IP5 e que também serve os estaleiros da Tecnovia e a sua pedreira, está num estado caótico, tem um movimento muito grande de pesados e que é uma obra de reactivamente fácil intervenção, são poucas centenas de metros, e ajudaria também alguma coisa em relação aos acessos do Parque de Mundão. É só.-----  
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Presidente da Junta da Freguesia de Viseu.-----  
----- **VINTE E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Peço ao Senhor Presidente que me dispense dos cumprimentos uma vez que já aqui estive. Por antítese daquilo que o Senhor Deputado Baila Antunes afirmou os meus olhos ou as minhas lentes veem de uma forma diferente e de facto não vejo o Parque Urbano de Santiago votado ao abandono, quanto mais não seja vemos a quantidades de pessoas que o utilizam e que usufruem dele...façam favor, eu mantive-me calado, agradeço-lhes isso também por uma questão de educação, muito obrigado. Portanto, eu venho aqui falar de dois acontecimentos em que de alguma forma felicito o município pelas iniciativas tomadas porque são iniciativas pensadas nas pessoas, e acho que esta política de olhar pelos nossos munícipes, pelos nossos fregueses, pelos nossos concidadãos é de facto a forma mais correta de respondermos aos seus anseios e talvez por isso é que eles acreditam em nós e nos validam no trabalho que fazemos. Em concreto eu queria falar numa primeira instância sobre o programa “Eu gosto do meu bairro” tive o gosto de estar presente nessa iniciativa, apresentada num local reabilitado também pela iniciativa privada, por uma associação, um local que eu aconselho vivamente a que os senhores visitem, que é o Centro da Casa do Pessoal dos CTT, que aproveitaram umas instalações devolutas e fizeram de facto uma reabilitação que eu considero notável, com uma biblioteca, recuperando inclusive mobiliário antigo, aconselho os Senhores Deputados que visitem de facto na Quinta de S. José essa infraestrutura, e foi lá apresentado de facto o programa “Eu cuido do meu Bairro”, é um programa ambicioso do município cuja primeira fase vai ocorrer nos próximos dois anos e que prevê a reabilitação, requalificação de bairros da coroa urbana da cidade, portanto, abrangendo a freguesia da cidade mas também as freguesias periurbanas. Não vou falar em números, deixo esse detalhe para o Senhor Presidente, mas são de facto números significativos. Acima de tudo aqui o que me preocupa e o que eu quero deixar vincado é a oportunidade dessa intervenção. A cidade na minha ótica cresceu



o que tinha que crescer e agora temos que ter o cuidado de manter aquilo que já existe, e os bairros, aquilo que eu chamo os bairros mais antigos, já devidamente consolidados precisam neste momento que se cuide dos seus espaços públicos e esta iniciativa Senhor Presidente é uma iniciativa que valorizamos e que vai entrar muito rapidamente na sua execução e não é uma virtualidade porque vencidos os constrangimentos burocráticos em sede de Código de Contratação Pública e Código Administrativo teremos muito brevemente o Bairro das Mesuras como um exemplo concreto daquilo que eu aqui acabei de dizer. Também não queria deixar de falar sobre a requalificação do Parque Urbano de Santiago, nome feliz, e acho que identifica seguramente melhor aquilo que vai ser o Parque Urbano, e o Parque Urbano vai ser de facto uma realidade dentro de 90 dias, esperemos mesmo, porque a seguir vem o verão e aquele é um espaço por excelência para esta nova forma de termos espaços públicos disponíveis para que os cidadãos o possam usufruir. Lembramo-nos com certeza, num tempo muito próximo, que nós chegávamos a um qualquer relvado e víamos lá uma placa “Proibido Pisar a Relva” felizmente, hoje não é essa a ideia dominante e o que se quer são de facto infraestruturas que permitam a utilização plena dos nossos cidadãos, e aquilo que está previsto para o Parque Urbano Senhor Presidente, parece-me de facto uma boa iniciativa. Valorizar os equipamentos que lá temos, aproveitando inclusive materiais que saíram de outras infraestruturas porque já não estavam em condições, mas que podem servir perfeitamente para esta infraestrutura de lazer informal, criar novas valências, como seja, dispositivos ou equipamentos para as crianças brincarem, melhorar os que já lá estão e fundamentalmente também para mim Senhor Presidente, e pondo fim aquela especulativa bolha imobiliária, vamos ter os terrenos da margem esquerda do Rio Pavia devidamente reabilitados, transformando aquele espaço num espaço verde, num espaço de lazer e de convívio intergeracional. Estamos plenamente de acordo quanto a isso. Terminaria Senhor Presidente deixando-lhe aqui uma questão e uma sugestão. Começaria por esta: Porque perto, e julgo que merece a atenção da administração municipal duas infraestruturas que eu gostava Senhor Presidente que tivesse a devida atenção. Em termos de sugestão como lhe disse, é o Polidesportivo da Quinta da Longra, que é tudo menos isso neste momento, está em depauperado estado de conservação e até com alguma perigosidade nomeadamente na rede que o delimita, e que poderia ser na nossa modesta opinião um parque de apoio ao parque infantil, um parque intergeracional, um parque de merendas, um parque de convívio, um jardim, e por fim também gostaríamos Senhor Presidente que nos informasse se possível, se existe algum plano de reabilitação daquilo que nós chamamos o Pontão do Raposo. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta da Freguesia São Cipriano Vil de Soito.-----

----- VINTE E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE SÃO CIPRIANO E VIL DE SOITO AURÉLIO PEREIRA LOURENÇO (PPD/PSD):

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em geral, a todos dirijo uma saudação respeitosa. Com esta minha intervenção pretendo agradecer à Câmara Municipal de Viseu, na pessoa do seu Presidente Dr. Almeida Henriques o esforço financeiro que tem sido aplicado em todas as freguesias do nosso concelho independentemente da sua cor partidária, acreditando ser de inteira justiça. Medidas que foram tomadas para a concretização do Plano Municipal são de realçar, destinadas ao progresso das freguesias. Com efeito, desde o início deste mandato que a par de uma política de valorização do papel do Presidente de Junta, o Executivo tem prosseguido um plano de desenvolvimento adaptado às necessidades locais numa estratégia de adequação das especificidades de cada território, aos investimentos a realizar, o que tem dado um excelentes resultados. Num

quadro previamente acordado os Presidentes de Junta passaram a ter conhecimento atempado das obras que podiam realizar durante o mandato o que permite uma execucao regular e continuada dos investimentos, facilitando todo um processo de previsibilidade e concretizacao com amplos beneficios para as populacoes contempladas. É bom lembrar tambem o enorme esforco financeiro destinado às freguesias o qual atinge mais de 40 milhoes de euros desde que este executivo iniciou funcoes. É uma verba historica e que muito releva a importancia que a Câmara Municipal atribui às freguesias e às suas populacoes. Recordo algumas intervencoes nesta sala da oposicao, que nada se fez nas freguesias desvalorizando tudo aquilo que efectivamente se realizou, ora, esta afirmacao, salvo o devido respeito que me merecem os senhores da oposicao é como que uma ofensa dirigida a todos os Presidentes de Junta que abnegadamente trabalham dia-a-dia sem horarios e sem descanso para o bem-estar dos seus fregueses e conhecem com rigor e precisao as melhorias introduzidas nas suas freguesias, bem como os meios financeiros que a Câmara tem disponibilizado na base do referido acordo do Plano de Investimento Local e, é tambem justo salientar que o valor investido nas freguesias, foi feito equitativamente por todas elas, sem prejuizo da sua cor partidaria sendo este um aspeto que não pode deixar de ser relevado. A politica de proximidade às populacoes concretizada com a celebração de cerca de 700 protocolos de delegação de competencias, veio reforçar o poder das juntas de freguesia permitindo uma resposta mais celere e eficaz na resolução dos seus problemas. Nesta linha de articulacao com os Presidentes de Junta, a Câmara Municipal apostou tambem numa politica continuada de resposta imediata aos problemas mais prementes e imprevisiveis das populacoes, o que originou a celebração de mais de 200 contrato-programa com vista à resolução dos problemas concretos das pessoas. Um outro aspeto que é importante valorizar é a cedência de materiais, o que permite às Juntas de Freguesia usar os seus proprios recursos para efectuar determinadas intervencoes que de outro modo não era possivel realizar ganhando assim tempo e eficacia na resolução dos problemas que afetam as populacoes. Estas consideracoes representam algumas realidades com que este Executivo procurou satisfazer as necessidades, os anseios e as preocupacoes das pessoas das freguesias e com as quais os Presidentes de Junta estão solidarios e vivamente empenhados na resolução dos seus problemas prementes. Para terminar, queria apenas deixar o testemunho da minha freguesia que só vem confirmar o esforco financeiro que está a ser feito nas freguesias. O novo cemiterio que vai ser iniciado esta semana que está orçado em mais de 300 mil euros e o valor total das obras efectuadas ao longo do mandato vai ultrapassar os 700 mil euros. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Deputado José Paulo Vila Chã Cavaleiro.-----

----- VINTE E NOVE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PAULO VILA CHÃ CAVALEIRO (PS):Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Mesa, distintos Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Comunicação Social, Caras e Caros Concidãos. Eu não era para vir aqui hoje falar, porque habitualmente costumo escrever algumas coisas, e prezo muito que leiam aquilo que eu escrevo, mas tinha que vir aqui já que foi referida muita requalificação dos espaços desportivos, tinha que vir aqui dizer qualquer coisa. Muito se fala nas requalificações dos campos, muito se fala de desporto e aquilo que eu ouvi aqui foi somente requalificação dos espaços de futebol. O desporto não é só futebol! O desporto não é só campos relvados! Pode ter os campos que quiser, esses campos já existiam, o desenvolvimento desportivo está aí, o número de campos é igual, as condições é que estão a ser diferentes. Até apreço, pelas requalificações que têm existido que o senhor tinha um Presidente da Câmara que não este, o anterior, até parece que o anterior Presidente da Câmara não tinha feito nada, é só requalificações, vocês só falam de requalificações, até parece que ele não tinha feito nada. É tudo novo agora? É tudo novo, muito bem. Nós sabemos que a Câmara Municipal tem que ser um agente catalisador do

desenvolvimento desportivo, isso é uma das premissas que já vem sendo escrito há muito tempo, não é uma coisa nova. A requalificação por exemplo do campo de futebol da Quinta da Cruz, quanto dinheiro é que já não foi posto na Quinta da Cruz? Quanto dinheiro é que já não foi? Eu gostaria de saber. Quanto dinheiro é que já não está lá metido? É preciso requalificar, tanto dinheiro que já tem aquela Quinta da Cruz! Só falam em: O campo de futebol, a área de lazer e recriação do Parque Linear mais 500 mil euros, 500 mil euros, nós estamos a nadar em dinheiro, talvez estejamos. Era um espaço que estava muito bem arquitetado para a área de lazer e recriação e agora até parece que vamos lá fazer um ponto de observação para a Sé de Viseu, para quê? Para quê?-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse comentários nem diálogo, está bem?-----

- O Senhor Deputado José Paulo Vila Chã Cavaleiro prossegue a sua intervenção dizendo: ... era a feira era, era a feira, e então era uma pergunta que eu vos faço. Então e o Parque Aquilino Ribeiro? Já se esqueceram que existe? Por onde é que estão a ser feitas as festas e as festinhas? Agora é só tudo para o Centro Histórico, e o Parque Aquilino Ribeiro? Já não presta? Já não presta? Muito bem. E porque é que não se fala na requalificação do Fontelo, na pista de atletismo que não se pode lá fazer nenhuma atividade nacional? Não falamos disso, disso vocês não falam.-----

Um Senhor Deputado interrompe do seu lugar, não sendo perceptível na gravação o que foi dito-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: gradecia que não houvesse diálogo.-----

- O Senhor Deputado José Paulo Vila Chã Cavaleiro retoma a sua intervenção dizendo: ... não, não, não estou. Estou muito mais atento do aquilo que parece. Portanto, é só para vos dizer uma coisa. Aqueles que escrevem já disseram o que foi aqui dito há muito tempo, e muito obrigado pela atenção que eu mereço da sua parte. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado.-----

O Senhor Presidente da Junta de Viseu do seu lugar pede para intervir.-----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Qual é a figura que usa para intervir? É uma intervenção? Não está em discussão e por isso... qual é? É Protesto? É um protesto, está bem, tem a palavra.-----

----- TRINTA – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Dispensó-me dos cumprimentos. Caro Paulo Cavaleiro pela consideração que tenho por si, fomos *offices* do mesmo ofício, eu acho que teria feito bem não ter vindo cá, se não pensava vir cá, era melhor não ter vindo, porque efetivamente disse aqui algumas coisas com o que nós não podemos concordar. Olhe, desde logo a questão de olhar só para o futebol e dizer que o futebol... não se esqueça de uma coisa que é uma evidência, o futebol é a modalidade mais praticada pelo mundo fora e se calhar no nosso concelho também, e nesse sentido não vejo nada despiciente, mas ainda vou mais longe... (Senhores Deputados se quiserem fazer o favor de me ouvir, julgo que não estou a dizer nada de incorreto e tenho a educação de ouvir também aos senhores) ... já agora vou mais longe, sabe com certeza que os campos que tinham necessidade de requalificação porque a relva sintética no caso, tinha passado o limite de validade, mas também sabe com certeza que um campo de futebol pode ser utilizado para muitas outras modalidades, eu relembro-lhe que a até já a Boccia fizemos num campo de futebol de onze... não, não seja assim, é preciso é ter realmente imaginação e aproveitar os espaços para muitas coisas, e o campo de futebol não serve só para futebol. Depois dizer-lhe e muito rapidamente, em relação ao parque urbano, no parque urbano vai gastar-se aquilo que deve ser gasto, no sentido de o tornar no espaço aprazível que atrás disse, e as contas vão ser auditadas e são transparentes, depois faça a sua crítica, agora o que eu tenho a certeza é que se nada fosse feito haveríamos de estar constantemente a levar com essa dúvida em cima. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Graça Canto Moniz.-----

----- **TRINTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA ALMEIDA D'ÊÇA CANTO MONIZ (CDS/PP):** Excelentíssimos Senhores e Excelentíssimas Senhoras. Em primeiro lugar gostaria de dirigir uma palavra elogiosa em relação à requalificação do Parque Urbano da Radial de Santiago tantas vezes visada em intervenções do Grupo Parlamentar do CDS. Depois, passando para aquilo que me trouxe aqui, admito que os meus colegas não estejam recordados de uma resposta do Senhor Presidente aquando de uma intervenção minha a propósito de uma instalação que o executivo queria acrescentar no edifício da Segurança Social. Na política instalou-se uma certa facilidade em adjetivar o próximo, com muita naturalidade a discussão de ideias resvala para o qualificativo pessoal. Em jeito de desabafo, devo confessar-vos que me perturbou bastante a acusação expressa que, na base da minha crítica, estaria uma visão tacanha, estreita e até provinciana da minha parte, um bocadinho desajustada à minha idade e geração. Provocou-me, devo dizer, algumas dúvidas sobre a minha capacidade para continuar a desempenhar esta função. Na sequência de um período que passei no estrangeiro por razões profissionais, fiquei mais tranquila porque não encontrei em nenhuma das cidades porque passei, nada comparável ao belo exemplar artístico que, curiosamente, acabou por não ter pernas para andar. Depois de alguma reflexão, admito que talvez tenha sido um “erro de perceção mútua” entre nós os dois.-----

Vem isto a propósito de uma contradição que existe em Viseu, cidade que está na vanguarda da modernidade artística, mas que, pelo contrário, parece ter alguma dificuldade em acompanhar e em compreender esse fenómeno que tem inflamado o nosso país e que dá pelo nome de “empreendedorismo”. Não querendo correr o risco de voltar a interpelá-lo com uma questão tacanha, e uma vez que já passaram alguns anos de mandato, pergunto-me, ainda assim, se não haverá alguma pertinência nas críticas produzidas pela Juventude Socialista em relação à incubadora de empresas instalada no centro histórico, e que parece ter alguns problemas de fertilidade. Por todo o país, as novas empresas ou *start-ups* são a face do novo crescimento e de criação de emprego para os mais jovens. Em Lisboa, Porto, Braga, Guimarães, Coimbra, novas empresas de iniciativa jovem nascem, e com frequência assistimos à abertura de um novo espaço para sua instalação, seguindo modelos de gestão que estão bem testados internacionalmente (e até em Portugal). Em Viseu, e enquanto que muito tem acontecido noutras regiões do país, quantas novas empresas nós incubámos? Senhor Presidente, para além da disponibilização do espaço, tem Viseu uma aceleradora que sirva de suporte à criação de novas empresas? Há mecanismos de financiamento? Quais? Que empresas de *Venture Capital* atraiu para Viseu para financiar as ideias locais? Tem acompanhado o recente concurso lançado pelo Ministério da Economia, em conjunto com a Instituição Financeira para o Desenvolvimento (IFD ou Banco de Fomento), para garantir que as verbas atribuídas à Região Centro servem empresas de capital de risco interessadas em investir na nossa cidade? Que ligação existe entre o tecido empresarial da cidade, e o polo de empreendedorismo, sabendo, como se sabe, que a inovação é mais valorizada se estiver ao serviço daquilo que é o tecido económico instalado? Pode afirmar que existe em Viseu um ecossistema empreendedor? Poderá assumir aqui Senhor Presidente que Viseu tem sido bem-sucedida naquilo que é a criação de novas empresas de raiz, pelos empreendedores da Região? Por fim, não querendo mais uma vez passar uma imagem derrotista ou tacanha, tenho para o espaço uma ideia, daquelas que parecem agradar ao Executivo. Que tal disfarçar o vazio do edifício com uma imaginativa “instalação” de vanguarda artística? Pode ser que, com uma boa pintura, passe a ideia que em Viseu somos modernos, ajudando a esconder o vazio de oportunidades que com frequência ouço de alguns jovens, que, na sua terra cada vez mais encontram “pão e circo”, sendo cada vez mais Viseu, uma cidade que se preocupa com quem a visita, mas nem tanto com quem quer cá viver.-----



Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Presidente de Junta de Abraveses.-----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE ABRAVESES RUI PEDRO OLIVEIRA DE ALMEIDA (INDEPENDENTE):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores. Realizou-se no passado dia 9 de janeiro, a cerimónia de assinatura do acordo tripartido entre o Município de Viseu, a Fábrica da Igreja Paroquial e a Freguesia de Abraveses. Acordo que pôs fim ao diferendo com 106 anos, relacionado com a posse do “Largo do Arraial ou Adro da Igreja” em Abraveses, permitindo assim a realização da empreitada de obra de Arranjo Urbanístico de toda a zona envolvente à Igreja Matriz de Abraveses. Foi um acontecimento memorável para a Comunidade de Abraveses e nesse sentido estou aqui para agradecer publicamente aos Senhores Advogados que acompanharam o processo, aos Autarcas de Freguesia que nos antecederam, nomeadamente aos anteriores Presidentes de Junta de 1976 a 2017, que durante os últimos 40 anos de democracia se dedicaram também a este processo. Gostaria de agradecer também ao Município de Viseu, na pessoa do seu Presidente Dr. Almeida Henriques o importante contributo na resolução e na solução deste conflito e consequentemente agradecer também o investimento que está a ser realizado na freguesia, com a execução deste projeto emblemático há muito reclamado pelos nossos concidadãos. Queria também fazer aqui duas considerações se me permitirem que são referentes a este acordo tripartido, que está adjacente ao acordo tripartido, que é a unidade de execução 1 e 2 da UOPG 3.5, e queria referir aqui portanto, uma questão legal que tem a ver com o período de discussão pública que foi realizado e quanto a isso cumprimos todas aquelas que são as competências materiais da Junta de Freguesia ou seja, afixámos os editais, promovemos discussões com os proprietários, pedimos apoio aos serviços técnicos do município para nos acompanharem e realizaram-se algumas reuniões. Gostaria de dizer aqui o seguinte: Reunimos com todos os proprietários que estiveram interessados em reunir connosco, esta era uma questão que eu queria aqui falar.-----

A segunda questão é a questão moral, e eu gostaria de publicamente aqui manifestar o meu repúdio relativamente à história contada pelo Senhor Deputado Carlos Vieira que é a história da avozinha e queria dizer-lhe o seguinte: Se há aqui um “lobo mau” o “lobo mau” não sou eu Senhor Carlos Vieira, portanto, acho que a sua história publicada no Jornal Via Rápida, acho que, se me permite dizer-lhe, o Senhor Deputado Carlos Vieira antes de escrever este artigo devia-se ter informado, devia ter consultado o processo e até como Membro da Assembleia Municipal ficar-lhe-ia bem antes de escrever este tipo de notícia, este tipo de crónica, que ouvisse as partes, ficar-lhe-ia muito bem. Portanto, quanto a isto, eu acho que não vou fazer mais nenhum comentário. Gostaria de lhe dizer também que a unidade de execução que foi fechada há pouco tempo, não é uma unidade que os proprietários desconhecem, era uma unidade que existia já desde 2009 e estava apensa ao acordo de 2009, portanto, essa história de que não se conhece, que não se conhecia muito bem a proposta, a proposta já existe há muito tempo Senhor Deputado, a proposta já existe há muito tempo e ninguém pode dizer que desconhecia ou que foram todos apanhados de surpresa, esse argumento não cola, eu gostaria que, quando o Senhor Deputado quiser ser esclarecido relativamente a esta matéria e se eu puder ajudar estarei disponível, gostaria era que me pedisse esclarecimentos antes de escrever a notícia porque, repito, o Senhor veio contar a história da avozinha, mas se há aqui um “lobo mau” não é o Presidente da Junta, é o senhor. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Foi diretamente visado, tem direito ao contraditório.-----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da



Junta de Abraveses, o que está aqui em causa não é a bondade do projeto independentemente de considerações que se possam fazer acerca disso. É de facto um anseio antigo das populações da Freguesia de Abraveses a requalificação do Largo, havia aquele diferendo jurídico com a igreja, agora, uma coisa é certa, aquela família, se o senhor queria negociar, e como lhe foi dito de resto na assinatura do acordo tripartido pelo Senhor Presidente da Câmara, eu estava lá presente e ouvi, portanto, se diz que se negociou com todos os proprietários, isso não é verdade. Aquela família que está em causa, da unidade de execução 2, o senhor conhece-os, se calhar alguns acho que até votaram em si, mas isso não é relevante para o caso, sim, porque já o conhecem, conhecem-no, são 9 herdeiros e o senhor conhece-os a todos e em vez de falar com eles, colocou um edital, é verdade ou não é? E depois, quando eles o contactaram o senhor disse que já tinham passado os 30 dias para reclamarem, portanto, desculpe-me mas isto não me parece muito curial, pronto. Em segundo lugar, esta família está condicionada, e eu pergunto porque é que foram feitas duas unidades de execução, quando por o que eu vejo pelo projeto, é tudo para construir vivendas, porque é que não foi só uma unidade de execução? Porque é que esta família há-de estar condicionada? Porque repare, esta intervenção, a unidade de execução 2 fica para as calendas gregas, quantos anos vão ter que estar à espera? Pode acontecer como os proprietários da Avenida Europa, estavam a contar se calhar, como dizia o anterior Presidente Fernando Ruas que ia lá ter 10 mil pessoas se calhar logo em meia dúzia de anos e, já houve foi dois empreiteiros que abandonaram as obras a meio não é, e há um buraco mesmo ao lado do Tribunal, portanto, a cidade nem sempre cresce conforme a gente deseja ou idealiza e portanto, esta família vai estar condicionada qualquer intervenção que eles queiram fazer está condicionada à abertura dos acessos, de resto em também gostava de saber, isso não aparece em lado nenhum e eu consultei, quanto é que se vai gastar, quanto é que foi pago pela contrapartida da nova igreja, a esses proprietários, que parece que alguns até já estão arrependidos também da negociação a que chegaram, mas isso é o que me consta. Por outro lado, também já agora, gostava que me esclarecesse porque o que eu vejo aqui no projeto.-----

- O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo: Senhor Deputado, agradecia.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo: ... a estrada romana, segundo o que está aqui na planta, vai ficar com um passeio por cima... não? É o que está aqui desculpe lá...-----

- O Senhor Presidente da Junta de Abraveses intervém dizendo: É uma faixa de proteção Senhor Deputado.-----

- O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo.----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues retoma a sua intervenção dizendo: Acredito, acredito, pronto. A questão aqui é saber, e eu como Município e como Deputado Municipal gostava de saber quanto é que vai sair do erário público como contrapartida para estes proprietários, porque isso não é dito em lado nenhum. Portanto, a questão que está aqui em causa só para concluir é esta: Foi a má-fé com que isto foi negociado, o senhor diz que negociou e a verdade é que conhece as pessoas e não falou com elas, se diz que houve diálogo, e foi dito na assinatura do protocolo, foi dito por toda a gente que houve diálogo, e a verdade é que estiveram lá presentes famílias a dizer que ninguém dialogou com elas e o Senhor conhece-as. Só se coloca um edital, o edital só é colocado, e está ali um distinto Jurista que de resto fez parte do processo que poderá comprovar, o edital só é posto quando não se conhece o paradeiro dos proprietários ou quando eles são num número de tal maneira exagerado que não se podem contactar... -----

- O Senhor Presidente da Junta de Abraveses interrompe questionando: Quantos são? -----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues responde: Quantos são? São nove herdeiros.-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a interromper dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo. Senhor Deputado, já excedeu...-----

**- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues termina a sua intervenção dizendo:** ...portanto, é isso que está em causa, além do mais, só para acabar, mas isto é um considerando, eu ouvi uma entrevista muito interessante do Frei Fernando Ventura, à Antena 3, há poucos dias que disse esta coisa muito interessante: Deus não tem religião e a autarquia também não pode ter. Muito obrigado.-----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem um minuto Senhor Deputado.-----

**----- TRINTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE ABRAVESES RUI PEDRO OLIVEIRA DE ALMEIDA (INDEPENDENTE):** Ora, então se me permitem. Eu falei há pouco da questão legal e da questão moral. Quando me referi à questão legal, tinha a ver com: O requerente da unidade de execução é o Município de Viseu, como tal a quem compete propor, fazer a unidade de execução é o Município de Viseu. Se tem dúvidas quanto a isso, o senhor pergunte ao município nomeadamente aqui à Administração que está presente. Quanto à questão moral, a questão moral é aquela que também me importa porque o senhor acabou de dizer que há aqui má-fé e que conhecia as pessoas. Eu não conhecia as pessoas, ou os proprietários, até porque há terrenos que são indivisos e que têm muitos proprietários, houve proprietários que eu conheci há pouco tempo, e a questão moral foi: Antes de ser publicado o edital tivemos o cuidado de avisar e de fazer chegar a informação às famílias que iria ser publicado o edital sobre a questão que estivemos aqui a conversar, que iria ser publicado o edital e, disponibilizámo-nos também para que todos os interessados na matéria, se quisessem eventualmente reunir com os serviços técnicos do município nomeadamente como Departamento de Habitação e Urbanismo do Município, nós estaríamos disponíveis para promover essas reuniões. Houve reuniões que foram promovidas na Sede da Junta de Freguesia com alguns dos proprietários, promovemos, e não são nove proprietários Sr. Carlos Vieira são muito mais, são muito mais, e a proposta desta unidade de execução, deste estudo urbanístico a sul do Centro de Saúde Mental existe há muito tempo Senhor Deputado, existe há muito tempo, não é de agora, portanto ninguém pode dizer que desconhecia. E era a questão moral, má-fé? Aqui não houve má-fé, porque se reunimos com parte dos proprietários, teríamos reunido com todos aqueles que manifestassem interesse. -----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Presidente de Junta, penso que o assunto já está esclarecido, iríamos agora dar a palavra ao Deputado Vicente de Figueiredo. O Senhor Deputado Vicente de Figueiredo não está neste momento, por isso, não há mais ninguém inscrito... Florbela tem a palavra.-----

**----- TRINTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA FLORBELA DE ALMEIDA CORREIA SOUTINHO (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público presente.-----

Foi aprovada, no passado dia 9 de fevereiro, uma resolução que vem criar o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública.-----

Parece haver, por parte do Governo, alguma preocupação com os 116 mil trabalhadores em situação temporária no Estado. Parece, ... (mas o que parece nem sempre é...) já que este programa deixa de fora “carreiras de regime especial” ... e aqui também mais uma vez parece...parecem ficar de fora os professores, os médicos ou os militares das Forças Armadas porque o Governo ainda não esclareceu quais são as carreiras de regime especial. Uma coisa é certa, a realidade autárquica ficará fora das soluções que estão ao ser desenhadas para a Administração Central, invocado que está o respeito pelo princípio da autonomia deste sector.-----

Ora já o ouvimos aqui, noutras ocasiões, Senhor Presidente da Câmara, defender os trabalhadores da sua e também nossa autarquia que estão nesta situação, defendendo que abrir um concurso para a sua integração nos quadros só os iria prejudicar.-----

Como tal, gostaria que nos esclarecesse como pretende responder ao repto do governo que sugere que as autarquias, no quadro das suas competências, possam vir a aplicar um regime semelhante ao do PREVPAP que, como sabemos, a sua preocupação é o respeito pelas pessoas que atualmente ocupam esses postos de trabalho e que estão em situação precária, pessoas que têm um rosto, têm um nome e têm uma identidade.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Senhor Deputado Vicente tem a palavra.-----

----- **TRINTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente, e as minhas desculpas porque estava a resolver ali um assunto urgente. Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Membros da Assembleia Municipal e Público em geral. Uma intervenção muito breve apenas para apresentar um Voto de Condolências pelo falecimento do Dr. António Rocha. O Dr. António Rocha que eu me habituei desde muito novo a ver na Biblioteca Municipal onde exercia funções, primeiro ali na Biblioteca Municipal na Casa Amarela, depois na Biblioteca no novo espaço onde várias vezes me encontrava com ele na Videoteca. O Dr. António Rocha, que era um homem da cultura, esteve muito ligado como cinéfilo militante ao Cine Clube de Viseu, penso que ele terá feito parte dos corpos sociais, ou se não fez parte dos corpos sociais foi um militante ativo, acompanhando nesta atividade alguns Presidentes da Direção que tiveram uma relevância na Política Local nomeadamente o Dr. Sá Correia, o Dr. Ribeiro de Carvalho que também fez parte dos corpos sociais como Presidente e o próprio Joaquim Alexandre, pessoas que conviveram mais de perto com o Dr. António Rocha. É de louvar também a capacidade que ele tinha de transformar as coisas más em coisas boas, ele gostava muito de viajar, eu lembro-me de alguns relatos que ele fazia de viagens interessantíssimas que fazia. Escrevia também, escrevia para alguns jornais alguns artigos de opinião e era um homem que se encontrava muitas vezes, curiosamente muitas vezes nos eventos culturais promovidos quer pela autarquia quer por associações. Por este motivo proponho em nome do Grupo Parlamentar do PSD um Voto de Pesar, pedindo que seja comunicado depois à família, que neste momento presumo que seja apenas o seu irmão, o Senhor Delfim Rocha. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão este Voto de Pesar. Não há nenhum pedido de Intervenção? Dr. Ribeiro de Carvalho.-----

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Mantendo os cumprimentos que já apresentei antes, eu gostava de fazer uma mea culpa e de lamentar não ter sido umas das pessoas a trazer aqui um Voto de Condolências pelo Dr. António Rocha. O Dr. António Rocha era um brilhantíssimo cineclubista, era um amante do cinema, era um homem solidário e sempre trabalhador em prol do cinema, era uma figura diferente do habitual na cidade, era um homem introvertido, exceto quando escrevia e escrevia com alguma violência muitas vezes contra os corpos sociais do Cine Clube e até do Teatro Viriato, mas nem por isso deixava de ser uma personalidade de uma grande cultura, com quem eu tive o prazer e a honra de trabalhar durante alguns anos. Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, gostava de me associar ao voto que o Dr. António Vicente aqui trouxe. Muito obrigado.----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Iremos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade* este Voto de Pesar em relação ao Dr. António Rocha.-----  
Antes de terminarmos o Período de Antes da Ordem do Dia dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados.-----

**----- TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, cumprimento também as Senhoras e os Senhores Deputados, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras e os Senhores Vereadores, cumprimento todo o Público presente, e é com gosto que inicio esta primeira intervenção na Assembleia Municipal, procurando trazer algum esclarecimento a questões que aqui foram levantadas. Antes de mais, saudar o Senhor Presidente da Assembleia por continuar com a dinâmica da Assembleia Municipal Infantil XII edição, parece que foi ontem que nesse lugar que criei esta dinâmica e saudá-lo por manter essa mesma dinâmica muito importante, esta participação cívica dos mais jovens aqui na nossa Assembleia. Saudar o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho por ter trazido aqui também este Voto de Pesar pela morte do Dr. Mário Soares, aliás, em devido tempo o próprio executivo votou favoravelmente por unanimidade não só um Voto de Pesar mas também a atribuição do nome do Dr. Mário Soares na toponímia da cidade, e portanto, reconhecendo nele um vulto da democracia, é de facto um dos grandes construtores da democracia portuguesa independentemente de haver, como há em qualquer homem público aspetos com que não nos reconheçamos, eu tivesse sempre o cuidado naquilo que escrevi e disse, de não me rever designadamente naquilo que foi o processo de descolonização, mas enfim, a verdade é que é uma pessoa que merece todo o nosso respeito, e a sua memória deverá ser honrada. Também associar-me ao Voto de Pesar pela morte do Dr. António Rocha que de facto é uma figura ligada à cultura de Viseu que me apraz aqui realçar pelo seu percurso. Ia agora falar sobre a questão da 229 no fundo a ligação de Viseu ao Satão, é um assunto que dois anos depois voltamos outra vez a falar nele. Com um protocolo celebrado pelas Infraestruturas de Portugal e é pena que mesmo as estruturas do estado não deem andamento aos procedimentos independentemente dos Governos. A verdade é que este protocolo foi assinado e constava basicamente do quê? Constava a reabilitação da estrada entre Mundão e o Satão, com algumas correções de curvas e algumas vias de desaceleração, depois havia uma segunda vertente que seria uma ligação direta que iria aproveitar o nosso caminho municipal 1531 ligando a rotunda do Satão ao Alto do Caçador, portanto, no fundo ao atual IP5, e seria basicamente uma via de escoamento do trânsito de pesados do próprio Parque Empresarial de Mundão, para além disso, este protocolo previa a municipalização do troço entre Mundão e Viseu até à chamada rotunda da Betão Liz, que não está aqui neste momento em discussão com o Governo e previa também a requalificação do IP5 para que fosse municipalizado, isto é, o IP5 seria objeto de uma reabilitação e depois disso seria entregue ao próprio município, portanto, estamos a falar de um protocolo que neste momento pressupostamente vai ter a execução de um terço, eu tive conhecimento disto através de uma reunião em que estive presente com o Senhor Presidente da Câmara do Satão, estivemos os dois, foi-nos dado nota de que o Governo iria avançar com um conjunto de obras de ligação a parques empresariais, obviamente que sem deixarmos de manifestar nessa reunião nas Infraestruturas de Portugal que o protocolo não continha só isso, e dissemos, mas se o Governo quer avançar com esta parte e se isto não tem cobertura de fundos comunitários aceitamos que isso possa ser enfim, repartido no tempo do ponto de vista da sua execução, mas queria aqui realçar que efetivamente até ao dia em que este assunto foi apresentado a única informação que nós tínhamos foi da reunião que tivemos com o as Infraestruturas de Portugal e, em que as Infraestruturas de Portugal perguntaram à Câmara de Viseu e à Câmara do Satão se estariam na disponibilidade de suportar as despesas de expropriação dos terrenos, e, nós dissemos que não havendo projeto não posso assumir aqui já um compromisso de que vou assumir as despesas de expropriação, disse é, depois do projeto feito a câmara dirá se tem condições ou não, senão era passar um cheque em branco, depois não sabemos, não estou habituado a gerir assim, agora, gostava de realçar o aspeto positivo do Governo vir pegar outra vez num protocolo que foi assinado pelo Governo anterior, isso é um aspeto positivo e que se faça aquilo que eu disse, e o que disse também o

meu colega do Satão o Dr. Alexandre, faça-se que isso é que é importante, mas não deixando de referir que outras coisas estão por andar, em relação a este protocolo, mas esperemos que a seu tempo este assunto possa evoluir. Em relação a Viseu/Coimbra, posso dizer que não há reunião nenhuma ou nenhuma sessão onde esteja que não fale na ligação Viseu/Coimbra, eu acho que ele é de facto absolutamente imprescindível, é a última estrada que falta fazer em Portugal, todos o reconhecem, a verdade é que não passamos à prática, no início o Governo disse que não tinha projeto, agora parece que já tem projeto e que até já havia alguns estudos prévios feitos, enfim, eu espero é que, mesmo que se quisesse passar aquele período, o chamado período de nojo de um ano e tal para não haver uma colagem à solução anterior, que não se tenha esse tipo de preconceito, e que se for preciso pegar outra vez na solução que foi aquela que foi consensualizada com os autarcas, que é a solução da, chame-se Vias dos Duques ou das duquesas, isso não é relevante, o importante é que se faça a ligação Viseu/Coimbra e de preferência com o traçado que foi definido que é a ligação a sul de Coimbra, porque nos irá permitir manter o IP3 sem portagem, qualificado, e ter uma ligação a sul em autoestrada portajada e neste caso, provado com vários consórcios que havia quem estivesse disponível para a Conção/Concessão/Exploração na verdade é que, espero que no futuro este processo avance. Em relação à demissão do Senhor Tenente Coronel Lúcio Campos, enfim, demitimos mas com afetos não é? É um bocadinho o que se passa. Eles são competentes mas vamos demiti-los, mas com carinho, é que assim não custa tanto, e portanto, foi aquilo que sentimos aqui, é que efetivamente são pessoas que mostraram deram provas, e isto leva-nos aquela questão, do que é que são lugares políticos e o que é que não são lugares políticos. Sinceramente eu acho que o responsável da proteção Civil não é um lugar político, é um lugar de competência técnica, quero dizer que estes três anos que levo como Presidente da Câmara e sendo o responsável da Proteção Civil e no fundo com a colaboração do Vice-Presidente que me dá aqui o apoio nesta área, quero-vos dizer que foi um privilégio ter como responsável do CODIS como eles chamam, com aquelas siglas, o Tenente Coronel Lúcio, um homem de grande competência e de boa formação, isso é importante, enfim, também direi que estranho que efetivamente não se aproveitem estas competências e também estranho que já se esteja a querer aprovar aqui um Voto de Louvor a quem ainda não saiu de funções, acho isso sempre um bocado estranho, quer dizer, uma demissão quase anunciada em relação ao 2º Comandante Rui Nogueira, mas enfim, são as ironias da política, vota-se unanimemente um louvor e por antecipação com carinho vá lá à sua vida que já não precisamos de si. Depois, vamos à questão das repavimentações. Este município está neste momento a investir cerca de 1 milhão de euros na repavimentação de estradas, e um objetivo que fixou foi chegarmos ao final deste mandato sem nenhum buraco nas estradas, agora, não se faz tudo num dia, agora, se o meu colega de Tondela nos quer vir aqui fazer aqui um jeitinho olhe, ficamos-lhes agradecidos, por acaso o Senhor Presidente da Junta ainda não me tinha relatado este episódio, mas ainda bem que é assim, se o fizeram nos nossos terrenos seguramente que são bem-vindos, aliás, se a obra foi feita na nossa Boa Aldeia, uma Boa Aldeia nunca sairia do Concelho de Viseu para ir para um concelho limítrofe, portanto, a Boa Aldeia ficará cá, e está ali o Senhor Presidente da Junta que sorri com esta questão e de facto só pode sorrir e a placa seguramente que também o meu colega de Tondela não que agora exorbitar as suas competências vindo aqui invadir os terrenos de Viseu senão teríamos que arranjar um exército para defender as nossas fronteiras, mas as boas relações não permitem que isto aconteça. Queria também, enfim, agradecer aqui o elogio quer do Deputado Carlos Vieira, quer do Deputado Carlos Cunha, de facto nós fizemos o nosso trabalho a tempo e horas no que diz respeito ao amianto nas escolas, e estamos sempre habituados a procurar, obviamente que só não falha quem não faz, estamos sempre habituados a procurar por antecipação ver aonde é que estão os problemas, de facto, chegámos ao início deste ano letivo e nenhuma das escolas da responsabilidade do município tinha amianto, portanto, já



tinha sido banido, fomos mesmo dos primeiros concelhos do país, que com orgulho disseram naquilo que era da responsabilidade da câmara o assunto está tratado, agora, estas escolas que foram aqui referidas não são da responsabilidade do município, nem a EB D. Duarte de Vil de Soito, nem a EB de Mundão, nem a EB Azeredo Perdigão, obviamente que o município manifesta sempre a mesma disponibilidade, da mesma forma que pegámos com determinação na questão da Grão Vasco e na questão da Viriato, também estamos disponíveis para pegar nestas, desde que exista a respetiva contrapartida financeira estamos disponíveis para executarmos a obra, portanto, deixar aqui que colocamos sempre acima de tudo o bem-estar das nossas crianças e enfim, de tudo aquilo que é o bem das nossas pessoas. Foi aqui também referida a precaridade, de facto houve uma intervenção que eu critiquei no passado, de alguém que dizia, a câmara tem trabalhadores precários, e eu dizia neste caso à Senhora Deputada da CDU que se seguisse a metodologia que ela me estava aqui a indicar, o que estava a fazer era a mandar para o desemprego as 200 e poucas pessoas que nós temos de auxiliares educativos no contexto ainda do contrato de delegação de competências que foi feito entre o Município e o Ministério de Educação. Felizmente que hoje este assunto poderá ter solução, eu no dia 09/02 mandei uma carta personalizada a todos os trabalhadores nesta situação dizendo que, se este enquadramento nacional se pudesse aplicar à administração local, obviamente na autonomia que a administração local tem para este efeito que de imediato a autarquia de Viseu iria enviar uma carta a todos os seus trabalhadores nestas circunstâncias para saber se queriam ser integrados no quadro da própria autarquia. Portanto, esta carta no final dizia: *“Assim serve a presente para lhe transmitir que espero vivamente que o programa que o Governo agora anunciou com arranque até ao final do presente ano se torne realidade e que possa determinar o quadro legal necessário para que o seu vínculo laboral possa ser alterado, caso o pretenda, terminando a sua precaridade”*. Isto foi uma carta que eu enviei no dia 9 a todos os trabalhadores nestas circunstâncias. Nós temos 200 e poucas pessoas que estão no regime, sobretudo de auxiliares educativos, depois temos cerca de meia dúzia de Engenheiros que foram ficando em programas e que acabam por estar, enfim, com vínculos que não são os mais adequados, agora, a verdade é que este assunto com esta nova legislação que agora é aprovada e faltando ainda aqui um decreto regulamentar, no fundo vai ser esse decreto regulamentar que pode habilitar as autarquias a poder resolver o assunto, e portanto, a postura que tivemos sempre em relação a estas pessoas não é aquela postura do arautos que procuram encontrar aqui um cisco na autarquia que não gosta dos seus trabalhadores. Não, eu sou o primeiro a defensor dos trabalhadores da autarquia, até porque são eles que no dia-a-dia nos ajudam a promover o nosso trabalho, mas não queremos mandá-los para o desemprego, o que nós queremos é criar condições para que efetivamente aquelas pessoas que hoje estão a trabalhar connosco possam efetivamente continuar a trabalhar e esperemos, aliás, pegando também na intervenção que foi feita pela Senhora Deputada Florbela Soutinho, que efetivamente o Governo seja coerente, seja coerente na questão da integração dos precários, que não seja só para alguns, não seja bom pai para uns e padraço para outros, e que as diferentes categorias profissionais venham a ser também contempladas através daquilo que o Governo aprovou.-----

Em relação às Moções que foram aqui apresentadas. Em relação à 2ª Repartição de Finanças, eu próprio na altura enquanto Deputado da Assembleia da República disse que não via com bons olhos o encerramento, e hoje está provado que tinha razão, disse-o várias vezes publicamente. A quantidade de atendimentos que tinham as duas repartições fundidas numa só está a dar o belo resultado, e todos os dias de manhã quando vou levar a minha filha ao colégio verifico as filas que estão junto à repartição de finanças de pessoas que querem ser atendidas, e portanto, era bom que de facto estas questões fossem tratadas. Em relação à ligação ferroviária, não podemos confundir o trigo e o joio, para já Deputado Carlos Vieira, depois tínhamos que levar as mercadorias de *shuttle*, isso é que

era interessante, quer dizer, aqui as mercadorias a serem deslocadas de *shuttle* para o comboio, chegaríamos seguramente a essa situação, na verdade é que há um problema estrutural no país, de uma vez por todas, não é só Viseu que está em causa, é um problema estrutural do país. O país ou aposta seriamente na ferrovia ou fica, sobretudo esta região centro/norte ficam fora do comboio, eu tenho dito em todos os fóruns em que tenho participado, ou se cria a ligação Cacia/Viseu/Mangualde com melhoria da Linha da Beira Alta e ficamos definitivamente em sintonia com Espanha designadamente com a alta velocidade que levarão até Salamanca e centro/norte de Portugal serão centrais do ponto de vista de captação de investimento, se não se fizer isto definitivamente, o investimento que tiver que vir para o centro/norte da Península Ibérica vai parar à Galiza e vai para a Castilla y Leon, isto é a questão de fundo que este Governo continua a não querer ver como é, isto não se trata de uma disputa entre requalificar a Linha da Beira Alta ou fazer um novo troço, não, a Linha da Beira Alta obviamente que precisa de ser qualificada e eu nunca disse o contrário, mas não é um investimento estruturante e portanto, o Governo continua a dizer que está a candidatar as duas ao CEF *Connecting Europe Facility*, a primeira já foi aprovada através dos fundos comunitários no fundo de coesão e através do *Connecting Europe Facility*, e agora sei que o Governo voltou a apresentar pela segunda vez a candidatura, espero que seja bem-sucedida, porque é o país estrategicamente do ponto de vista do seu desenvolvimento económico que está em causa.-----

Quanto à questão da descentralização, é um assunto que eu tenho acompanhado como não podia deixar de ser de muito perto, portanto, não vamos agora discutir aqui quem é mais regionalista ou menos regionalista, eu sou um regionalista convicto e acho que o país se nestes 40 anos não andou para a frente em muitos aspetos e que cavou as assimetrias que cavou foi porque não se regionalizou, se se tivesse regionalizado provavelmente estaria hoje a caminhar a uma velocidade completamente diferente e por isso é que quando tratamos disso eu digo sempre, vamos separar as águas, descentralizar sim, aliás, achei muita piada ver ontem a líder do Bloco de Esquerda a lançar-se contra os Presidentes de Câmara e contra a descentralização, dizendo assim: Não queremos mais competências nas mãos dos Presidentes de Câmara, era isto que ela dizia ontem nas televisões, achei isto curioso, embora percebendo que o Bloco de Esquerda não tem Câmaras não é? Agora, posso-lhe dizer que na Associação Nacional de Municípios há uma grande consonância de pontos de vista entre o Partido Socialista, o PSD e o Partido Comunista, estamos todos, o parecer foi aprovado por unanimidade. Descentralização sim, até porque há muitas competências que são melhor tratadas na lógica de proximidade mas acompanhado do envelope financeiro, sem alteração da Lei das finanças Locais não há descentralização, não pode haver, assim como uma alteração daquilo que é a transferência de quadros, com que quadros, porque ao assumir competências novas tem que haver pessoas qualificadas em cada uma das autarquias para o poder fazer, portanto, descentralização sim, mas não a todo o custo e sem pressas, temos afirmado e corroboro que o trabalho deve ser feito, enfim, a aprovação deste primeiro trimestre parece-nos normal, até porque há projetos dos diferentes partidos, pelo menos dos três partidos que têm autarquias, a discussão em sede na Assembleia da República na especialidade até ao final desta sessão legislativa, para depois então entrar em vigor o novo quadro a partir das próximas eleições, e portanto, desse ponto de vista estamos completamente de acordo com a descentralização, não confundindo com desconcentração, já estou radicalmente contra esta filosofia dos autarcas, vejam o caricato que é esta Assembleia Municipal no futuro eleger pessoas que só têm uma função que é eleger o Presidente da CCDR, isto é o que está na proposta de lei do Governo. É, no fundo os Presidentes de Câmara mais os Vice-Presidentes têm o direito de voto, depois cada uma das Assembleias Municipais designa “X” representantes em função do número de leitores e então vai haver uma reunião onde essa Assembleia Eleitoral vota o Presidente da CCDR, vejam o caricato que é, de mobilizar todas as autarquias para votar um Diretor Geral, porque é disso que estamos a falar, um Diretor

Geral com mais algumas competências que depois vai continuar a depender de um Membro do Governo que tem a tutela dos fundos comunitários e que tem a tutela da parte do ordenamento, isto não faz sentido nenhum, é um perfeito disparate, aliás, eu disse isso ainda na quarta-feira ao Senhor Ministro Adjunto Carlos Cabrita, e ainda o disse ao Primeiro-Ministro há poucos dias, isto é um perfeito disparate e ainda bem que o Governo também não quis meter tudo no mesmo saco, ainda bem que o Governo aprovou o pacote da descentralização só, isto é a proposta de lei, a chamada proposta de lei-quadro e que não meteu ao barulho a questão da descentralização, eu estou convencido que o bom senso vai levar o Governo a recuar nesta matéria, assim como nas áreas metropolitanas, não faz sentido nenhum que haja autarquias de primeira e autarquias de segunda, então as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto passam a ter o seu representante eleito por sufrágio direto e universal, então as outras Áreas Metropolitanas de menor dimensão como são as Comunidades Intermunicipais? Está tudo mal pensado, portanto vamo-nos concentrar na descentralização porque acho que isto é que interessa.-----

Vamos agora às questões das infraestruturas desportivas. O Deputado Luís Filipe trouxe aqui, e o Deputado Cavaleiro depois veio aqui enfim, nisto é-se preso por ter cão e preso por não ter, a verdade é que nós estamos a desenvolver um projeto sólido e consolidado na vertente do desporto, eu pergunto se ter mais de 1700 atletas federados ao fim de 3 anos de trabalho se não é obra, se não é relevante, de 3000 passámos para 4700 atletas federados e eu pergunto se isto não é um trabalho que tem que ser elogiado? Não é um trabalho da autarquia. A autarquia o que é que fez? Foi criar estabilidade, e dizer aos clubes e às associações: Desenvolvam o trabalho no Tiro com Arco, no Ténis de Mesa, na Natação, no Futebol, em todas as modalidades que estão neste momento elencadas, desenvolvam o vosso trabalho que nós cá estamos para vos ajudar. Alocámos 1 milhão de euros por ano a este objetivo, este tal objetivo imaterial que agora parece que não tem o apoio do Deputado Baila Antunes, que só falava no imaterial no passado e agora só fala em betão mas enfim, a coerência fica com cada um. Por outro lado, definimos um conjunto de prioridades ao nível de infraestruturas desportivas, ora, se nós temos quase 60% dos nossos 4700 atletas federados que praticam Futebol, temos que melhorar e ter instalações condignas para que as pessoas possam fazê-lo, e a verdade é que, este relvado sintético de Ranhados, é mais do que um relvado sintético, é a criação de um polo 2, alternativa ao Fontelo, o Fontelo está saturado, o Fontelo não tem mais espaço para levar outro tipo de infraestruturas desportivas, e relembro só o que foi feito no Fontelo até agora em 3 anos: O Pavilhão do Fontelo, a requalificação da pista de tartan logo no início do mandato, as várias qualificações no Estádio do Fontelo que levaram a que ele tivesse este ano a classificação de Estádio Silver, os dois courts de ténis do Fontelo que foram requalificados e que estão hoje ao serviço das populações, o 1º de Maio com um novo sintético, o futebol de 7 com um novo sintético e com todas as melhorias que lhe foram feitas, isto só no Fontelo, para além do programa que está neste momento em fase final de requalificação do Fontelo que já começámos inclusivamente com a requalificação dos azulejos, agora estamos a trabalhar nas fontes, para no fundo trazer ao de cima aquilo que de melhor tem a nossa Mata Quinhentista do Fontelo, que é um monumento, é um monumento dos mais emblemáticos que nós temos, mas para além disso houve aqui uma filosofia que provavelmente o Senhor Deputado Cavaleiro não a entende, porque é um centralista e acha que deve ser tudo feito em Viseu, não, houve aqui uma perspetiva que foi disseminar infraestruturas pelo próprio concelho de uma forma realista, olhe, Lordosa hoje tem um campo de futebol 7 com relva sintética e passou a ter também um pavilhão onde fomos aproveitar o piso do multiusos que era utilizado muito poucas vezes e que passou a ser utilizado várias vezes. Olhe, Prime tem hoje um pavilhão exatamente para a prática de várias modalidades entre elas o Tiro com Arco em que temos até um Campeão Europeu, não sabe, mas enfim, devia saber estas coisas, para além disso, para além do pavilhão de Prime, realço também o trabalho que fizemos no Pavilhão da Cidade de Viseu com a

substituição do piso e com o programa que está neste momento em curso para avançarmos com uma remodelação completa do Pavilhão Cidade de Viseu. A Quinta da Cruz, foi uma opção, uma opção do executivo anterior construir, não vamos deitar abaixo um espaço que ali está, necessário foi verificar como é que nós podíamos tirar partido daquele campo para ele poder passar a ter competições oficiais, e portanto, foi aprovado há 15 dias em reunião de câmara avançar com essa obra de imediato, exatamente aumentando a capacidade daquele campo e colocando também o relvado sintético. Cavernães também foi aprovado para ser um Pavilhão Gimnodesportivo e multiusos que vai no fundo fazer a cobertura de Mundão, Cavernães, S. Pedro de France, Barreiros Cepões e Côta, portanto, no fundo vai fazer a cobertura daquele território, enfim, não vale a pena continuar aqui, eu sei que os Senhores Deputados do Partido Socialista procuram pela tónica de não há obra, o problema depois é que quando começamos de área a área, há obra e muita obra feita Senhores Deputados e feita sabem a pensar em quê? Não é a pensar no umbigo do Presidente da Câmara, é a pensar nas pessoas. As obras que eu tenho feito com a minha equipa e aqui com os Senhores Presidentes de Junta, não vi nenhum vir aqui reclamar por falta de obra, antes pelo contrário, vejo-os, sejam do PSD ou eleitos por outros partidos a estarem em sintonia com o caminho que definimos, foi um caminho de transparência, de previsibilidade e de planeamento, desde o início do mandato que todos os Senhores Presidentes de Junta, os 25 Presidentes de Junta sabem o trabalho e a obra que vão fazer no mandato, souberam desde início, isto é planejar, até para não andar a mentir às populações e dizer às populações, olhe, o seu assunto vai ser resolvido no ano “X” que é para as pessoas saberem, não os ouvi reclamar, por exemplo, para além daquilo que foi aqui enfatizado dos mais de 700 protocolos e mais de 200 contratos programa que já foram celebrados com as Juntas de Freguesia há um aspeto muito relevante que foi a cedência de materiais. Perguntem aos Senhores Presidentes de Junta, os senhores não andam no terreno por isso é que não sabem estas coisas, perguntem aos Senhores Presidentes de Junta quantas centenas de pequenas obras fizeram através da cedência de materiais, os Senhores Presidentes de Junta é que andam no terreno, agora falar de cátedra, estarem fechados num gabinete no Instituto politécnico ou noutro sítio qualquer não permite ter a noção do que se está a passar no concelho, nós andamos todos os dias por um lado e por outro, e sabemos o que estamos a fazer, e a verdade é que depois quando chegarmos a 1 de outubro, parece que vai ser essa a data das eleições, o povo julgará e dirá, fizeram um bom trabalho e têm direito a continuar ou fizeram um mau trabalho e não têm direito a continuar, portanto, o julgamento é feito pelo povo, agora há aqui uma coisa que é engraçada não é, que é verificar que os senhores à segunda, quarta e sexta dizem assim: A Radial de Santiago está uma vergonha, está uma vergonha, aquilo não tem condições para as pessoas andarem lá a praticar, depois à terça e à quinta vêm pôr em causa o programa da requalificação da Radial de Santiago, entendam-se lá, olhe, de uma vez por todas entendam-se lá se querem ir por um sentido ou se querem ir por outro, na certeza porém que nós iremos seguir o nosso caminho, aquilo que achamos que é o correto, aquilo que é o melhor para as populações é exatamente aquilo que nós vamos continuar a fazer sem politiquice, sem politiquice, porque as pessoas não merecem que se haja em função da politiquice. Senhor Deputado Baila Antunes, quando estava ali a ouvi-lo, parecia que estava a ouvir outra pessoa que não o senhor, porque o mesmo que durante o mandato anterior, na posição que eu estou ali, ouvi berrar (no bom sentido, sem qualquer ofensa, os senhores às vezes são tão sensíveis que às vezes eu até já fico com medo de usar algumas expressões que depois os venham a incomodar) a dizer assim: O imaterial! O imaterial! Bem, o senhor vai ali a uma intervenção, mas antes disso até lhe quero dizer uma coisa, tudo o que é estruturante e digo isto sem receio de ser desmentido, tudo aquilo que é estruturante e que estava no meu programa, estará até ao final deste mandato ou feito ou em fase de andamento, isso aí, tire o cavalinho da chuva, porque sou uma pessoa habituada desde pequenino a honrar os meus compromissos e a honrar a

palavra dada, e há uma coisa que me orgulha muito, desde que eu estou em funções todos os compromissos que assumi, honrei-os, e serei assim até ao final. Quando sair da Câmara, não sei se daqui a mais 5 anos, daqui a mais... não sei, quando sair há uma garantia que vou levar, consciência tranquila de que dediquei 7 dias por semana à causa pública, 24 horas por dia porque até sonho às vezes com os assuntos e totalmente concentrado naquilo que estamos a fazer, eu e a minha equipa, que não olhamos para as questões do município ao fim de semana, olhamos todos os dias para as questões do município, ouvimos as pessoas, com a consciência de que nem sempre conseguimos responder a tudo que é necessário responder, os Senhores Presidentes de Junta estão sempre mais reivindicativos, querem sempre mais e mais, e eu saúdo-os por isso porque eles têm que ser exatamente assim, é desta forma que nos temos relacionado ouvindo aquilo que se passa por um lado e por outro, mas olhe, mas fazendo, é que o senhor não realçou ali que há 4000 alunos neste momento no ensino artístico no concelho de Viseu isto não é obra? Olhe, não referiu que há 4700 jovens federados a praticar desporto, mais de 30% dos nossos jovens estão a praticar desporto, isto não é obra. Não falou aqui da dinâmica cultural e da dinâmica social do concelho, não falou da dinâmica da captação de investimento que o concelho tem desenvolvido, bem-sucedido ao longo destes 3 anos. Portanto o senhor diz assim: Olhe o betão! Olhe, se o seu Governo tivesse acelerado o Portugal 2020 se calhar já tínhamos outras coisas mais aceleradas, a verdade é que nós só tivemos fundos comunitários em condições de serem aprovados os projetos no terceiro trimestre do ano passado e a verdade é que neste momento a Câmara de Viseu com orgulho o diz, já tem mais de 30 milhões de euros de fundos aprovados, portanto, nós tínhamos o nosso trabalho feito, o Governo é que não o fez, o Governo não fez o trabalho no momento em que o devia fazer, porque eu não ia fazer a Casa das Bocas para a Unidade de Saúde Familiar podendo fazê-la com fundos comunitários não a ia fazer sem fundos comunitários, a requalificação do Orfeão, podendo fazê-la com fundos comunitários não a ia fazer sem fundos comunitários, a cobertura do Mercado 2 de Maio, podendo fazê-la com fundos comunitários não ia fazê-la à custa total do orçamento da Câmara, quem diz isso diz também da nova sede das Águas de Viseu, da qualificação da nossa Central de Camionagem, tudo obras que estão neste momento em curso, na fase de adjudicação umas, outras em visto do Tribunal de Contas, outras com o projeto já finalizado, lhe garanto que chegarei às próximas eleições com tudo aquilo que era estruturante, ou feito ou lançado, isso pode tirar o cavalinho da chuva que esse trunfo não o vai ter seguramente, e com uma consciência, do dever cumprido, do dever cumprido, de que tivemos a preocupação ao longo destes anos de olhar para o concelho, olhando para a diversidade que o concelho é, as diferentes dinâmicas que o concelho tem e fazendo políticas diferenciadas com os Senhores Presidentes de Junta, com as diferentes freguesias na lógica de proximidade, é isso que temos feito e vamos continuar a fazer se Deus quiser.-----

Em relação à questão levantada aqui pelo Senhor Presidente da Junta de Viseu, “Eu gosto do meu bairro”, é mais um exemplo prático de como se estudam os dossiers e se lança um projeto estruturado. Nós temos em Viseu vários bairros que foram construídos nos anos 60 e nos anos 70 que neste momento vem ao de cima que precisam de ser requalificados, e planeámos. Portanto, são 8 bairros que estão nesta primeira fase, no “Eu cuido do meu bairro” e também uma mudança de atitude, são 2 milhões de euros que estão alocados e aqui sem fundos comunitários, estes 2 milhões de euros que estão alocados a este “Eu cuido do meu bairro”, são 2 milhões de euros do orçamento direto do nosso município. Voltando ao Parque de Santiago, penso que há aqui dois aspetos muito relevantes no Parque Urbano de Santiago, por um lado é a ligação das duas margens, eu acho muito importante, porque no fundo ficaremos com um bosque numa das margens que hoje não era utilizada, qualificaremos ali uma parte da Quinta Agrária, e no fundo damos também aqui uma garantia às pessoas, ainda me lembro de ver há pouco tempo aqui um Senhor Deputado preocupado com a questão da urbanização da margem do Pavia junto à Quinta



Agrária, penso que esta é uma resposta. Se a autarquia opta por instalar ali um equipamento e ampliar para quase 8 hectares um parque de lazer e desporto, está a fazê-lo exatamente dando garantias que não vai fazer urbanização numa das margens do Pavia, para além disso nós estamos a falar de um parque que foi construído para ser a feira semanal e portanto, neste momento estamos a qualificá-lo para deixar de ser a feira semanal, que é passar a ter infraestruturas, o labirinto para as crianças, o relógio solar, vários parques onde as pessoas podem praticar o desporto informal, a vertente do campo de basquete, o parque infantil já lá está pronto, está pronto para inaugurar, aliás, não o inaugurei porque não fazia sentido estar a inaugurá-lo antes de ter o parque todo qualificado, mais a unidade que vai prestar serviços ao Parque de Santiago, portanto é uma opção que fazemos convictos de que estamos a criar mais um parque de lazer na cidade que se junta ao Aquilino Ribeiro que foi requalificado e é de facto uma referência, se junta ao nosso Parque do Fontelo, e este portanto, é mais um parque que se junta também, a Quinta da Cruz que hoje é um espaço muito procurado pelas diferentes pessoas, e portanto, esta aposta no Parque Urbano de Santiago é de facto uma aposta bem amadurecida e desenvolvida.-----

Senhor Presidente da Junta de Vil de Soito e S. Cipriano, o amigo Aurélio veio aqui e agradeço também as suas palavras que nos incentivam muito. Eu gostava só de relembrar aqui o seguinte, é que os números falam depois por si, e desmentem aquilo que os Senhores Deputados do Partido Socialista ou da “geringonça” aqui procuram fazer crer, a verdade é que nós começamos a somar e neste momento, só o trabalho feito nas freguesias já está não nos 40 milhões que o Aurélio aqui trouxe mas em 43, já são 43 milhões de desenvolvimentos de projetos nas freguesias, os tais 700 protocolos e mais de 200 contratos programa, são obras que falam por si, aliás, eu poderia pegar agora nesta listagem toda e começar a percorrer por aqui a baixo todas as obras que estão feitas em cada uma das freguesias, os Senhores Presidentes de Junta sabem exatamente o que está feito, e sei de uma coisa, se não tivesse havido da nossa parte o honrar dos compromissos, estariam todos ali a reivindicar e a defenderem os interesses das suas populações, se não estão é porque efetivamente temos honrado todos os nossos compromissos, já agora referir que se somarmos estes 43 milhões de euros de investimento direto do município a mais de 30 milhões, aliás, tenho aqui o último número que vos posso dar, é que nós na área do saneamento, o tal investimento que não se vê Senhoras e Senhores Deputados, é que fica enterrado e depois não se vê, à data da passada sexta-feira nós tínhamos executado, concluídas nas freguesias 53 obras no valor de 30 milhões de euros na área do saneamento e águas, estavam em curso, mais 29 obras no valor de 2.393.522 € estamos a falar de obras nas freguesias rurais e estavam em fase de lançamento de concurso para 12 freguesias quase 3 milhões e meio de obra na área do saneamento e águas, o que perfaz, nós neste mandato entre obra feita e obra lançada, chegaremos aos mais de 36 milhões de euros de obra na área do saneamento e águas. Meus senhores, dizer que não há obra? Por amor de Deus. Olhem, ponham a mão na vossa consciência e arranjem outro discurso porque efetivamente esse discurso não casa com a realidade.-----

Passando agora a outras questões, passaria agora à Senhora Deputada Graça Canto Moniz. Tenho todo o apreço por si, sabe disso não é? Não só por si mas também pela sua família e quero-lhe dizer que há aqui questões que é preciso vê-las, que é: Por um lado, nós quando chegámos ao município não tínhamos um sistema de promoção de empreendedorismo e portanto não tínhamos um sistema de empreendedorismo a funcionar no concelho, a verdade é que hoje começamos a tê-lo, a Libertrium é um exemplo de uma *start-up* surgida e que hoje dá cartas a nível nacional, por exemplo no domínio do *software* para empresas na área do orçamentos participativo, a incubadora de base científica e tecnológica que estamos a instalar lá em cima nas antigas instalações da Católica são um exemplo dessa preocupação inseridas no *cluster* das *smart cities*, nós hoje estamos a ter capacidade de atrair para Viseu inseridas num *cluster* nacional como um dos

*clusters* que mais vai crescer nos próximos anos, empresas como a IBM, empresas como a Bizdirect, empresas como a Compta e outras que se têm vindo a instalar aqui e que estão a trazer atrás de si todo um sistema de empreendedorismo. Por exemplo, o protocolo que nós celebrámos com a Universidade Nova há cerca de 2 meses, 1 mês e meio, aliás, aprovado por unanimidade prevê entre outras coisas o *open day*, isto é, os alunos da Nova, que são alunos em áreas onde estão a ser muito dinamizados para isso, virão a Viseu fazer um *open day*, todos os alunos finalistas exatamente para lhes mostrarmos as condições que temos para os acolher aqui e estamos a perspetivar o mesmo com os alunos da Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, de várias universidades, exatamente para trazermos aqui, para além do envolvimento que fazemos diariamente com o Instituto Politécnico e com a Associação Industrial, o que eu não posso aceitar é que se venha dizer que é errado envolver a Associação Industrial numa política de dinamização de uma incubadora, então se nós temos uma associação em Viseu que está focalizada nestas áreas vamos pô-la de parte e vamos andar a contratar fora outras entidades que não têm nada a ver com isso? Não, nós queremos, como em tudo o que eu tenho procurado fazer na Câmara, fixar competências em Viseu, não é comprar fora, é muito fácil comprar grandes projetos e temo-lo feito nos vários domínios, olhe, na mobilidade, fomos buscar um consultor externo que integrámos na nossa equipa para desenvolvermos o conceito da mobilidade, na área do urbanismo para o Centro Histórico, fomos buscar uma consultora externa para nos ajudar, que se envolveu nas nossas equipas, também aqui temos ido por vezes buscar *Know How* que não temos em Viseu para criar um sistema de empreendedorismo, portanto, nós temos feito tudo o que está ao nosso alcance para desenvolver estas dinâmicas que como sabe, uma cidade que não tinha dinâmica empresarial não é de um dia para o outro que se criam estas dinâmicas, apesar disso, eu digo-lhe até fico às vezes surpreendido com os resultados que já atingimos. Quer dizer, temos 22 contratos celebrados com a criação de 1300 postos de trabalho e mais de 130 milhões de investimento nestes três anos, até eu próprio fico espantado com os resultados que atingimos porque valeu a pena o esforço que fizemos já produziu bons frutos, agora, estamos muito longe de ter a cidade dinâmica do ponto de vista económico que gostaríamos de ter, portanto, temos que continuar a trabalhar todos no mesmo sentido, e portanto, é por isso que outras dinâmicas iremos trazer. Por exemplo na área cultural, não sei se a Senhora Deputada Graça Canto Moniz tem noção, sabe quantas pessoas já estão neste momento a trabalhar na área cultural em Viseu em *full time*? Mais de 200, quando nós chegámos à Câmara nem 50, ora, isto não é dinâmica? Não é empreendedorismo? A Incubadora? A incubadora, já passaram por lá empresas que saíram, aquilo não é um espaço onde sejam colocadas as empresas e fiquem lá depois eternamente, não, há um regulamento, e quando elas estão em situações de serem amadurecidas passem para o terreno, neste momento, de cabeça, pelo menos está lá uma na área do domínio das tecnologias da informação, está lá uma outra na área do marketing, está uma outra na vertente arqueológica e está uma outra na vertente da promoção de produtos turísticos, pelo menos das empresas que me estou a lembrar e depois no espaço *co-working* que está neste momento a ser reestruturado para eventualmente repartir o grande espaço de *co-working* em quatro ou cinco mais pequenos espaços de *co-working* portanto, estamos de uma forma dinâmica, mas com quem nós contratámos, nós contratámos A Associação Empresarial da Região de Viseu que é com quem temos um protocolo para fazer a gestão do dia-a-dia, a Câmara não tem vocação para fazer este tipo de gestões e por isso é que vai buscar o Politécnico e por isso é que vai buscar a Associação Industrial e os envolve em todas as dinâmicas, como também estão envolvidos na incubadora de base científica e tecnológica na vertente das *smart cities*, e portanto, dizer-lhe se eu utilizei a expressão que disse, eu penitencio-me, longe de mim utilizar para com a Senhora Deputada um epíteto qualquer que ponha em causa a sua capacidade, enfim, intelectual para produzir ideias.--- Vamos agora ao Arraial de Abraveses. Meu caro Rui Pedro, eu sei que incomoda muita

gente termos conseguido resolver este problema, é que o problema é esse, é o incómodo que coloca a solução de problemas, é pegar num assunto que há 50 anos não era resolvido e é este Presidente da Câmara, este Presidente de Junta com o trabalho abnegado aqui do Senhor Vereador das Freguesias, em conjunto com outras pessoas noutras funções, designadamente Advogados das partes etc., fomos nós que resolvemos este assunto. Agora, a resolução de um assunto com quase 50 anos tem custos, não é só o custo da construção do arraial e a virem dizer que nós não pusemos cá fora os valores. Não, em sessão de câmara foi aprovada a unidade operacional por unanimidade, portanto, isto foi a sessão de câmara, estas coisas são públicas, custa dinheiro? Custa. Eu assumi nas duas intervenções que fiz em Abraveses, para além do custo do arraial, nós tínhamos mais 1 milhão e 300 mil euros de custos que iriam ser necessários de infraestruturas que temos que fazer ao longo dos próximos 2 anos e meio, assumimo-lo num contrato que celebrámos com as partes, e temos que o honrar, porque se não honrarmos este contrato entramos em incumprimento, e portanto, isto são situações que não têm nada de sermos católicos ou de sermos protestantes ó Senhor Deputado, aliás, eu trato-o em igualdade de circunstâncias as diferentes igrejas existentes em Viseu, sempre numa perspectiva de total abertura e nunca vi ninguém a queixar-se disso, agora, a verdade é que devolvemos ao povo de Abraveses aquilo que o povo queria, que é o arraial, isso é que é a grande vitória, por outro lado, obviamente que há pessoas que andam a dormir, enfim, se os privados estão a dormir, nós há 50 anos que andamos para resolver este problema e agora é que vêm dizer que não foram ouvidos? Quantas vezes já não foram ouvidos? Agora se as pessoas queriam que a Câmara comprasse os terrenos, a câmara não compra terrenos, só compra quando tem que comprar, e neste momento não precisa de comprar terrenos, tem terrenos de sobra para poder fazer o que entender, agora, aplica a Lei, e a verdade é que quem fica com estes terrenos devidamente infraestruturados fica com os terrenos valorizados, agora, se tiver dinâmica ou não tiver dinâmica imobiliária é uma questão que corresponderá a cada um, e já agora Deputado Carlos Vieira, olhe que nós não definimos prioridades em função de quem vota em nós ou quem não vota em nós, primeiro o voto é secreto e portanto eu não tenho nada a ver com o voto de cada um, há uma coisa que ninguém nos pode acusar, toda a gente que chega à Câmara Municipal é tratada em igualdade de circunstâncias, toda, e venha o mais pintado a dizer que foi colocada em causa alguma pretensão por ser do partido A ou do partido B, não, tratamos todas as pessoas em igualdade de circunstâncias, às vezes até gostaríamos que efetivamente algumas coisas andassem mais depressa e não andam, ainda temos consciência que ainda há áreas na autarquia que não funcionam como nós gostaríamos designadamente a vertente do urbanismo, nós temos consciência disso e assumo-o publicamente. Há muitas áreas que já estão afinadas como nós queremos e ainda não temos a área do urbanismo afinada, falta-nos ainda a georreferenciação que está em curso, falta-nos ainda a cartografia digital que está neste momento em curso e só com estes instrumentos é que nós conseguimos de uma vez por todas pôr ordem final e pôr o urbanismo à velocidade que nós gostaríamos que estivesse, agora discriminação por votar no partido A ou B seguramente que nunca ninguém se queixou disso na Câmara de Viseu nem irá queixar, agora, meu caro Presidente da Junta de Abraveses, este assunto sabe porque é que tem polémica? Porque julgavam que nós não o íamos conseguir resolver, foi só isso, e como o resolvemos incomoda, a obra incomoda e depois aquele discurso de que não fazemos obra cai por terra, afinal de contas temo-nos preocupado com o imaterial porque nos preocupamos com as pessoas, as pessoas estão sempre primeiro, ninguém me vai ver a fazer obras de fachada, ninguém, todas as obras e todas as opções que tomamos no dia-a-dia é a pensar nas pessoas especificamente, e se me disserem que não é obra criar um passeio na Freguesia de S. Pedro de France para que as pessoas tenham as mesmas condições que em Viseu, levar mais água e mais saneamento a freguesias mais recônditas, isto é obra, e nós vamos continuar a fazê-la, sem fazer rácios, porque se nós hoje fôssemos fazer o rácio de investimento em algumas freguesias, por

exemplo estes 3 milhões e tal de investimento que vamos fazer agora no saneamento, que felizmente ainda conseguimos arranjar fundos comunitários para o fazer, se fossemos a fazer as contas ao que custa cada metro face às pessoas beneficiadas, este racional não permitia sequer avançar com um metro mais de investimento, mas a verdade é que tendo apoio comunitário e possível chegarmos mais longe e caminharmos, e num município que tem a taxa de cobertura que tem de saneamento e água, convenhamos que quando estamos a 2% numa e a 3% noutra dos 100%, não é fácil já conseguir fazer este percurso final e seguramente que algumas das localidades e alguns dos sítios vão ter que ser servidos por fossas céticas devidamente acompanhadas, porque não há hipóteses de algum dia chegarmos a cobrir o concelho na totalidade, e pronto, basicamente eram estas as questões que eu queria abordar e cá estarei a seguir para o ponto das informações onde seguramente também irão ter muitas questões para colocar. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Por isso vamos entrar na Ordem de Trabalhos, antes do início dos trabalhos recordar a todos os Membros da Assembleia a obrigação do cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011, no seu Artigo 15.º “Quando os processos devem ser instruídos com deliberações dos órgãos colegiais, e também a Mesa propõe a aprovação em minuta quer de todos os pontos da Ordem de trabalhos, quer extensivo ao Período de Antes da Ordem do Dia, até para podermos enviar as Moções. Por isso propomos que para efeitos de execução imediata as deliberações sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do art.º 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação, consubstanciado pelo n.º 4 do Artº58 do Regimento em vigor nesta Assembleia Municipal. Por isso, para o Período da Ordem de Trabalhos mas também extensivo para o Período de Antes da Ordem do Dia ao PAOD. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, foi Aprovado esta proposta.-----

Por isso dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara no Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos. Informação Municipal.-----

----- **TRINTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Renovo os cumprimentos que transmi a toda a Assembleia Municipal obviamente que neste período da informação irei usar a metodologia habitual, portanto, o documento escrito foi disponibilizado dentro do prazo devido e irei passá-lo nos diferentes pontos eventualmente até saltando um ou outro aspeto que já foi bordado e obviamente que ficarei sempre disponível para as questões que os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas queiram colocar.-----

Começo por destacar aqui a promoção de Viseu, aliás, no âmbito do programa “VISEU PRIMEIRO 2013/2017 esta questão da promoção de Viseu era uma questão estratégica e designadamente a valorização do nosso património material e imaterial, o nosso património do mundo rural e também natural, também a lógica da organização de uma agenda relevante de eventos culturais, sociais e desportivos no concelho e também enoturísticos, designadamente para reforçarem a nossa atratividade e também nos permitir um posicionamento estratégico, do ponto de vista da notoriedade da marca Viseu e também num destino enquanto “mercado interno”.-----

Os resultados estão à vista, a verdade é que, é com orgulho, este é um trabalho mais uma vez que não é só da autarquia, é da autarquia e de todos aqueles que estão envolvidos nele, aliás, não há nenhum trabalho que se faça sozinho, ou se faz com as pessoas de cada uma das áreas ou não os atinge, mas a verdade é que nos resultados atingidos em 2014 crescemos 13% na taxa de ocupação turística no ano de 2015 crescemos 18% e este ano tudo leva a crer que crescemos acima dos 20%, que ainda não existem dados. Convenhamos que as nossas 1700 camas qualificadas estão ter cada vez mais procura aproveitando aquilo que é o crescimento turístico no país. Obviamente que tivemos um ano muito forte no ano passado, designadamente com os três, com Centenário do Museu Nacional Grão Vasco, os 500 Anos da Sagração da Sé, os 500 anos da Misericórdia e

também o Centenário dos Paços do Concelho, e este ano procuramos também encontrar aqui o mote que nos permitisse captar pessoas e cativar turistas, e lançámos o ano 2017 como o Ano Oficial para Visitar Viseu numa parceria com a Entidade Regional de Turismo do Centro e também com a Autarquia e a Viseu Marca visando o quê? Visando consolidar o posicionamento de Viseu no contexto do mercado interno, e o mercado interno aqui é entendido num sentido amplo, portanto, estamos a falar no mercado ibérico e procurando exatamente trazer mais pessoas a Viseu, e procurámos fazê-lo também envolvendo quem cá está, isto é, o Ano Oficial para Visitar Viseu não é só um ano para captar novas pessoas, é também um ano para qualificar, por exemplo, na restauração, no trabalho que fizemos com a AHRESP, com a qualificação de alguns restaurantes, nós temos boa gastronomia, temos bom vinho, mas é preciso também qualificar o serviço e desenvolvendo-o, hoje temos 11 restaurantes no nosso concelho com essa certificação da AHRESP. Também o envolvimento da comunidade, são de 200 as pessoas que estão neste momento envolvidas, também na perspetiva de serem elas próprias guias turísticos ou anfitriões da nossa cidade durante este período, e tivemos também aqui, fruto do trabalho desenvolvido a possibilidade, aliás, será amanhã de manhã às 10 horas que é apresentada a BTL, a Bolsa de Turismo de Lisboa onde Viseu aparece e pela primeira vez é a cidade convidada, pela primeira vez que a BTL tem uma cidade convidada é exatamente Viseu, o que acho do ponto de vista da promoção da nossa cidade, do nosso concelho enquanto destino é extremamente importante, portanto, amanhã vou ter o privilégio de às 10 da manhã estar com os responsáveis da FIL, da AIP e com a Entidade Regional de Turismo do Centro a apresentar a participação de Viseu na BTL deste ano.-----

Também no domínio cultural, ainda esta semana que passou, portanto, mais concretamente no final da semana, assinávamos no âmbito do VISEU TERCEIRO e pelo terceiro ano consecutivo, os contratos com as diferentes entidades, portanto, com 6 são projetos já consolidados e 10 projetos emergentes, portanto, num total de 16 projetos, e com um investimento superior a meio milhão de euros, portanto, se entrarmos em linha de conta com o investimento direto mais o investimento em espécie estamos a falar de 577 mil euros para os vários eventos e também aqui numa perspetiva democrática, em 3 anos democratizamos o acesso a estes projetos, e a nossa agenda cultural, e digo isto também com orgulho, é hoje a agenda cultural que resulta não da compra de enlatados por parte da autarquia mas sim da dinâmica de produção dos próprios agentes culturais do concelho, da região e do país, que acabam por confluir neste mesmo programa, e portanto, da dança à fotografia, do teatro à música, do cinema ao património, temos de tudo neste programa continuando a apoiar projetos já consolidados como os “Jardins Efémeros”, como Festival Internacional de Música da Primavera, o Outono Quente, o VistaCurta, o Festival de Jazz de Viseu o 48 ShortMedia, e outros também como a “Feira e Mercado Lusitano”, e outros projetos que no fundo aprovámos nos que são emergentes. Esta é uma área que nos agrada muito, é que temos vindo a consolidar toda a nossa estratégia na vertente cultural no concelho e sobretudo puxando por quem cá está e promovendo as condições para que mais pessoas possam produzir connosco e criando uma agenda que efetivamente é uma agenda de que nos podemos orgulhar do ponto de vista das suas diferentes dinâmicas.-----

Também na promoção da qualidade de vida para todos e em todas as freguesias continuamos a apostar em programas como o Viseu Habita, o Viseu Educa ou a Atividade Sénior, desde logo a promoção da qualidade de vida ao lançar o programa de requalificação de bairros, “Eu gosto do meu bairro” não vou falar sobre este assunto porque já falámos suficientemente, mas realçar que no fundo é um programa que visa, por um lado a reabilitação, nuns casos são as águas pluviais ou o abastecimento de água, ou o saneamento que precisa de ser requalificado, noutros casos são os jardins, noutros casos são até algumas infraestruturas que fazem parte, portanto, há aqui uma geometria variável mas também uma nova atitude que é levar os habitantes de cada bairro a



envolverem-se na vida do seu Bairro, designadamente a dinâmica e a disponibilidade que o município demonstra neste programa, para até subcontratar nos vários condomínios do bairro por exemplo, o cuidar do jardim daquele bairro deixando de ser a autarquia ou a junta a fazê-lo, e portanto, isso é também uma nova atitude que é extremamente importante e aqui também uma opção descentralizadora desta missão municipal.-----

Também no domínio da requalificação este é um ano muito rico do ponto de vista de concretizações, realço aqui as Escolas EB2/3 Grão Vasco e a Secundária Viriato que se encontram já adjudicadas, lá está, fizemos o nosso trabalho de casa, porque quando abriram as *Call* para nós apresentarmos as candidaturas estávamos preparados para o fazer, neste momento já estão os dois projetos em visto do Tribunal de Contas, e contamos que o visto do Tribunal de Contas chegue exatamente a horas para nas férias escolares iniciarmos as obras nestas duas escolas, seja na Grão Vasco, seja na Secundária Viriato, estamos a falar de 1650 alunos que vão beneficiar deste investimento de 2 milhões de euros, em duas escolas que não são da competência do município mas que em boa hora ainda no domínio do programa anterior assumimos como nossas.-----

Também, a execução da requalificação e alargamento da Radial de Santiago, já falámos muito sobre ela, mas que é de facto uma opção que tem como objetivo criar mais um espaço de fruição familiar nesta lógica intergeracional que defendemos e que está na base deste investimento, para além do que já falei há bocado, das outras intervenções que estamos a desenvolver designadamente o Campo de Santa Eufémia que foi no sábado inaugurado na freguesia de Ranhados, o Pavilhão Multiusos de Cavernães que foi aprovado e que está em fase de arranque e os investimentos, enfim, nas freguesias que eu também já referi e que me abstenho agora de voltar outra vez a falar sobre eles.-----

Tinha aqui previsto também fazer um resumo sobre todo o investimento feito na vertente do desporto, mas já o fiz há bocado, portanto, não irei agora maçar-vos com tudo aquilo que já foi objeto de intervenção, gostava também de focar, no âmbito do VISEU EDUCA que em 2017, neste programa estrutural, aliás, há um triângulo virtuoso que é a questão da Educação, com a Cultura e com o Desporto, é de facto um triângulo que nos tem merecido uma grande atenção e carinho, porque está em causa prepararmos melhor as gerações futuras nas suas diferentes dinâmicas, e portanto, é um triângulo ao qual temos dado muita atenção e o VISEU EDUCA tem sido também a face visível desta aposta, aliás, mais uma vez com uma filosofia, não é o município que executa, são as várias entidades, associações, agrupamentos de escolas e escolas que se vão especializando e que vão trabalhando para toda a nossa rede, e portanto, “VISEU EDUCA” em 2017 no fundo revalida e aprofunda a estratégia de parcerias socioeducativas definida em 2016, ao mesmo tempo que garante intervenções também de regeneração, manutenção e equipamento das infraestruturas escolares. São 30 projetos e parcerias do programa “VISEU EDUCA” para 2017 mais cinco do que em 2016.-----

No total, o Município está a investir aqui do orçamento próprio próximo de 165 mil euros a que agora se irá somar o investimento que vemos agora a aumentar com os programas da CIM no âmbito do contrato celebrado com fundos comunitários. Portanto, face ao ano transato, estes projetos educativos crescem mais de 60 por cento em termos financeiros. No domínio da formação artística são já cerca de 4 mil alunos abrangidos e em salas de estudo mais de 1100 alunos que estão abrangidos, aliás, no ano de 2017 estamos a falar num investimento de 7 milhões de euros na vertente educativa que são alocados às diferentes vertentes, onde estão também as refeições escolares com 1 milhão e 200 mil euros, os transportes escolares com um milhão de euros e cem mil euros são dedicados a programas alimentares complementares e outro tanto é vocacionado a ação social escolar, portanto, são 7 milhões de euros do nosso orçamento que acabamos por alocar a esta atividade.-----

Uma outra atividade que também nos é muito cara nesta tal preocupação de estarmos atentos aos diferentes estádios da vida das pessoas do nosso concelho, desde o nascimento e

entrada no pré-escolar, até ao momento em que saem da vida ativa e entram na Atividade Sénior, e a Atividade Sénior, é de facto estruturante na promoção da qualidade de vida e também do envelhecimento ativo das nossas populações e permite hoje ter de facto uma base social alargada, são mais de 2200 seniores do nosso concelho que estão envolvidos nesta atividade, desde que chegámos ao executivo, foi um programa que já existia, que nós procurámos incrementar, são mais 800 pessoas do que aquelas que estavam envolvidas com cobertura hoje a 100% nas 25 freguesias do concelho processo que atingimos fruto da lógica em rede de trabalho, o irmos buscar a Escola Superior de Educação para nos avaliar o programa todos os anos, permite-nos hoje por exemplo verificar que dos dados do ano anterior o peso diminuiu nos nossos seniores que fazem atividade, o perímetro abdominal também diminuiu, a questão do equilíbrio melhorou, portanto há indicadores médicos que servem de avaliação do programa extremamente interessantes e sugestões que foram surgindo desta avaliação, como por exemplo criarmos três níveis de aulas de ginástica, portanto, para pessoas ativas, semi ativas e pessoas que já não têm mobilidade, aliás, nas pessoas que já não têm mobilidade este ano até passámos a instituir 4 aulas por semana de meia hora, porque a avaliação chegou à conclusão que aulas de 50 minutos eram demasiado para as pessoas que estavam abrangidas e portanto, chegámos a este ponto e introduzimos coisas novas como a Dança a pedido das pessoas, enfim, e muitas outras, o Xadrez e Boccia, que se junta já a Yoga ao Atletismo, enfim, procurámos sempre aqui nesta Atividade Sénior, no fundo ter esta dupla vertente, a vertente do desporto e da atividade física, nas sobretudo esta vertente que é fundamental que é o combate ao isolamento e à solidão destas pessoas. É de facto enternecedor verificar como mais de 2200 pessoas hoje, participam de uma forma ativa, algumas que passavam a vida à frente da televisão durante a semana toda, agora até no mês em que interrompemos a atividade falam com os monitores que de facto são fantásticos, os monitores que nós temos nesta área, coordenados pela Escola Superior de Educação, são de muito boa qualidade, são pessoas que se dedicam de alma e coração, na estão ali numa perspetiva mercenária, antes pelo contrário e é encantador verificar como mesmo naquele mês acabam por pedir ao monitor para manter a aula porque acham útil manter a atividade durante 12 meses por ano, portanto, se há atividade que me orgulha e que nos orgulha a todos é de facto esta que temos desenvolvido no âmbito da Atividade Sénior.-----

Também um outro aspeto que gostava de vos referir prende-se com a democracia local participativa, já o afirmei e continuo a afirmar, acho que a democracia representativa que nós temos só se consegue consolidar e completar com uma democracia também participativa e foi isso que fizemos ao criar os diferentes fóruns de discussão que temos hoje, desde o Fórum Cultural, ao incremento do nosso Conselho Municipal de Educação, enfim, alguns que eram de natureza legal e que nós lhes demos um impulso, a outros que não estavam previstos na Lei e que nós criámos, portanto, uma forma de levar ao envolvimento dos diferentes setores e gostava de destacar aqui o Orçamento Participativo, cada vez sou mais adepto do Orçamento Participativo e do trabalho que temos vindo a fazer nesta área, portanto, a qualificação da nossa democracia eu acho que é um desígnio de todos, nós que estamos na política ativa temos a obrigação de facto qualificar a democracia e não a denegrir no nosso dia-a-dia e de facto o nosso Orçamento Participativo Jovem Escolar de Viseu que está neste momento em curso, tem sido muito interessante ver como ele está a ser desenvolvido, é hoje o maior orçamento participativo jovem escolar do país com os seus 250 mil euros, tem 62 projetos concorrentes, tendo a publicação da lista decorrido no passado dia 31 de Janeiro e depois de terem sido avaliadas as 78 ideias inicialmente apresentadas apenas 11 foram consideradas “não elegíveis”, outras cinco foram objeto de fusão com propostas de âmbito semelhante ou complementar. A taxa de viabilidade é, assim, de 86%, há aqui projetos que estavam no âmbito da mobilidade, que já estavam previstos no MUV, não fazia sentido estar a sujeitar à votação algo que já está a ser feito e portanto, decorria até 17 de fevereiro o período para apresentação de

contestações está perfeitamente estabilizado e vamos agora entrar na fase da votação através de SMS com este software desenvolvido por uma empresa de Viseu que gostava de realçar, para além de já estar presente em quase 30 municípios foi o software que o Governo adotou a nível nacional para o Orçamento Participativo Nacional, numa empresa de Viseu, a tal *start up* de Viseu e é interessante verificar que tendo sido o Município de Viseu que estimulou, quando viu o produto disse: Isto não serve vocês têm que o aperfeiçoar aqui e acolá, aperfeiçoaram, ao longo destes dois anos aperfeiçoaram o produto designadamente a votação através de SMS, outros municípios com participação na Green Business Week no ano passado, levámos esta empresa à Green Business Week e nessa semana vários municípios tiveram a oportunidade de ver este *software* e a notoriedade que adquiriu fez que quando o Governo lançou agora o Orçamento Participativo quis conhecer o *software* e adotou-o o *software* da Libertrium exatamente como *software* nacional, portanto, a votação e o desenvolvimento do Orçamento Participativo Nacional está a ser feito com base numa plataforma de uma *start up* de Viseu, é assim que se dinamiza o empreendedorismo e portanto, por outro lado referir que, enquanto outros municípios têm até já programas para recuperar aquilo que foi aprovado no Orçamento Participativo e que não foram feitos, nós felizmente não temos esse problema, logo que avançámos com a requalificação das casas no Bairro da Cadeia que depois inaugurámos e dos 7 projetos que foram aprovados no 2º Orçamento Participativo neste momento 5 estão executados, o “Laços de Comunidade” que teve a sua implementação em Orgens e em Repeses S. Salvador está executado, a escola de Artes de Silgueiros também já visitei o espaço, no fundo assinalando o seu início de funcionamento, o Apeadeiro de Cultura e Lazer Jorge Braga da Costa no Campo também a infraestrutura física está concluída, portanto estão neste momento na parte da sua dinamização, o balneário público junto à Igreja de Ribafeita também já tive a oportunidade de fazer a inauguração deste espaço, e a recuperação da Escola Dona Henriqueta em S. João de Lourosa já está concluído, falta neste momento concluir dois projetos, falta concluir o projeto de Abraveses que cria condições para a prática desportiva nos diferentes espaços e foi objeto de um reforço, verba que a câmara aprovou por unanimidade porque não se conseguiria com os 30 mil euros cobrir as escolas todas e portanto, desta maneira reforçámos e a recuperação de um moinho em Vildemoinhos que no fundo trará ao de cima, também teve que ser reforçada a verba porque os 30 mil euros não chegariam, portanto, aprovámos à umas semanas atrás em reunião de câmara um complemento de verba porque achamos que a recuperação deste moinho tem aqui para além do aspeto simbólico da recuperação, também trazer a nossa broa trambela ao de cima e transformá-la cada vez mais num ícone da nossa região e de um produto endógeno que pode ser comercializado e que nós gostaríamos de ver comercializado nas diferentes superfícies pelo país fora da mesma maneira que a broa de Avintes e de outros locais, a nossa broa que é de facto de uma qualidade extrema e que é importante que de gerações para gerações se continue a passar a qualidade da nossa broa de Vildemoinhos e portanto, este projeto do nosso Orçamento Participativo também está em curso, portanto, a expectativa que tenho é que consigamos ter estas duas obras concluídas até ao dia em que apresentarmos os resultados do 3º Orçamento Participativo, portanto, significa que o temos em linha honrando os compromissos com a populações que votam nestes projetos, portanto, o Orçamento Participativo, a forma de incentivarmos as pessoas é exatamente através disto. Já agora referir que já somos Membro do Observatório Internacional de Democracia Participativa, foi um convite que tivemos deste organismo internacional face à dinâmica que estamos a ter nesta área, convidaram-nos, portanto, já fazemos parte, também foi aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara e estamos envolvidos nesta nova dinâmica e eram basicamente estes os pontos que selecionei para vos trazer neste período de informações do Presidente da Câmara, obviamente que estou completamente disponível

para responder a todas as questões que as Senhoras ou os Senhores Deputados queiram colocar neste período. Muito obrigado pela atenção.-----

**TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU EM 20 DE FEVEREIRO DE 2017.**-----

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,*-----

*Exmos. Senhores Deputados,*-----

*Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira, acompanhada das matérias referidas no nº 4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.*

*1. A promoção de Viseu enquanto destino turístico de excelência constitui uma das apostas estratégicas enunciadas no programa de governação local “VISEU PRIMEIRO 2013/2017”. Essa aposta, tal como consta nesse documento, é desenvolvida num triângulo virtuoso onde cabem a valorização do património material e imaterial, o mundo rural e natural e a organização de uma agenda relevante de eventos culturais, sociais, desportivos e enoturísticos, que reforcem e atratividade, o posicionamento estratégico, a atratividade e a notoriedade de Viseu enquanto destino, nomeadamente no chamado “mercado interno”.-----*

*Os resultados dessa aposta começam hoje a ser conhecidos e reconhecidos, designadamente no crescimento turístico registado pelo concelho nos anos de 2014 e 2015 e estimado para 2016, segundo os dados publicamente anunciados pela Entidade Regional de Turismo do Centro. Se em 2014 o volume de dormidas cresceu 13%, em 2015 esse incremento foi de 18% e em 2016 os dados confirmam uma tendência de aumento também de dois dígitos.-----*

*Certo, todavia, é que o potencial turístico da cidade, a correspondente animação económica e geração de riqueza e de empregos, apresenta ainda uma margem de realização e progressão muito relevantes.-----*

*É nesse contexto de valorização turística do concelho que a Câmara Municipal, em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal e associação local VISEU MARCA, promove em 2017 o “Ano Oficial para Visitar Viseu”, procurando sustentar e consolidar assim uma trajetória de recuperação e crescimento turístico e reforçar o posicionamento, a reputação e a notoriedade do seu destino.-----*

*Sem constituir uma nova agenda de eventos, a iniciativa visa realizar antes de mais uma qualificação interna da organização turística e, por outro lado, um forte e inovador apelo no “turismo interno” de redescoberta de Viseu, enquanto uma das cidades históricas e culturalmente mais relevantes do país, e com um elevado padrão de qualidade de vida.-----*

*Desta iniciativa, que surge na senda de um ano repleto de importantes comemorações de dimensão nacional (como o Centenário do Museu Nacional Grão Vasco, os 500 Anos da Sagração da Sé ou o Centenário dos Paços do Concelho), fará parte um conjunto de medidas de envolvimento comunitário, de renovação e upgrade da agenda de eventos e de promoção nacional e ibérica, num conjunto de mais de 20 ações. A afirmação de uma alternativa e de um complemento de destino fora do eixo litoral e dos grandes centros urbanos é outro dos objetivos assumidos.-----*

*O plano de ação foi apresentado e debatido com as forças vivas do concelho, nomeadamente no Conselho Estratégico de Viseu. O envolvimento comunitário nesta dinâmica é hoje sensível. Mais de 250 viseenses aderiram ao programa de formação “1 Viseense = 1 Anfitrião” ou à iniciativa das “Visitas Guiadas à Cidade”. Também diversas escolas têm apresentado contributos para a geração de uma dinâmica favorável de preparação da comunidade. O concerto de abertura oficial da iniciativa, na Sé de Viseu, de Rodrigo Leão e Scott Matthew, encheu de público o espaço e os claustros do monumento.-----*

*No contexto “Ano Oficial para Visitar Viseu”, nasce também um novo e importante “estatuto” no contexto da organização e comunicação desta que é a maior feira de turismo nacional: a BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa. Viseu será a sua primeira “Cidade Nacional Convidada”, na base de uma parceria inédita e inovadora entre a Fundação AIP e a FIL –*



*Feira Internacional de Lisboa, o Município de Viseu e a Entidade Regional de Turismo do Centro.*-----

*Na sequência de uma primeira e pioneira participação em 2016, Viseu adquirirá assim uma presença especial no certame e na sua agenda de eventos oficial, constituindo um elemento de especial atratividade do evento.*-----

*2. O fomento da criação e a promoção de uma programação cultural de qualidade e diversificada, enquanto fatores fundamentais de qualidade de vida, qualificação do capital humano e desenvolvimento local e regional, têm constituído prioridades na atuação do Município de Viseu.*-----

*Neste contexto ganha especial relevo o apoio regular, pró-ativo, esclarecido e organizado a atividades de criação artística e programação cultural independentes, nomeadamente ao abrigo do programa municipal “VISEU TERCEIRO”.*-----

*Em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, o Município de Viseu destina uma fatia relevante do seu orçamento em Cultura para estimular e financiar este tipo de atividades, que concorrem diretamente para a formação e dinamização de um cluster de atividades culturais locais, assim como para uma diversificação e qualificação da oferta de cultura e eventos para residentes e visitantes.*-----

*Resultado do concurso público que realizou, a Câmara Municipal aprovou um financiamento superior a meio milhão de euros para 16 projetos culturais independentes. A regularidade e a dimensão deste apoio distinguem o Município e constituem sementes renovadas na criação e promoção cultural do concelho.*-----

*Do portefólio de projetos aprovados, 6 são projetos consolidados na agenda cultural e anual de Viseu, e recebem apoio financeiro na ordem dos 331 mil euros. Os restantes 10 constam como projetos emergentes e colhem um valor de 168 mil euros.*-----

*Tendo em conta os apoios não financeiros às entidades, em isenção ou redução de taxas municipais, cedência de meios técnicos e logísticos e outros serviços, a tranche de financiamento ascende assim ao valor global de comparticipação na ordem dos 577 mil euros.*-----

*A listagem de projetos apoiados traduz um portefólio de atividades e um cartaz de iniciativas culturais para o concelho, nas mais diversas áreas artísticas: da dança à fotografia, do teatro à música; do cinema ao património, entre outras.*-----

*O projeto “Jardins Efêmeros”, da organização da Pausa Possível – Associação Cultural e de Desenvolvimento, lidera a lista de apoios aos “projetos consolidados”, na ordem dos 135 mil euros. Já o Festival Internacional de Música da Primavera, promovido pela Proviseu/Conservatório Regional de Música Dr. Azeredo Perdigão, beneficiará de um apoio global de 105 mil euros. Destacam-se ainda nos projetos consolidados o Festival Outono Quente, o VistaCurta, o Festival de Jazz de Viseu e o 48 ShortMedia.*-----

*No conjunto dos projetos emergentes, a “Feira e Mercado Lusitano”, da Escola Secundária de Viriato, e o Fujifilm – Festival Internacional de Fotografia de Viseu, promovido pela Chappa – Produções Fotográficas, lideram os projetos com maior apoio global, na ordem dos 30 mil euros.*-----

*3. A qualidade de vida é um direito inalienável das populações e uma marca do concelho de Viseu, devendo constituir um objetivo permanente do Município. A promoção da qualidade de vida para todos e em todas as freguesias merece, assim, uma atenção continuada e renovada, em diversas áreas de atuação, por parte da Câmara Municipal. Programas diversos como o VISEU HABITA, o VISEU EDUCA ou a ATIVIDADE SÉNIOR contribuem para esta prioridade estratégica.*-----

*Já este mês de Janeiro, a Câmara Municipal deu sequência a esta política ativa de promoção da qualidade de vida ao lançar um programa de requalificação de bairros residenciais da coroa urbana do concelho, cujo primeiro plano de ação tem início em Janeiro deste ano e concussão prevista até 2018.*-----



*Assim, o programa “Eu gosto do meu bairro” elegeu 8 bairros das freguesias de Viseu, Abraveses e Ranhados, carentes de intervenção prioritária, cujas obras serão executadas nos próximos dois anos, 2017-2018. O investimento municipal ascende os 2 milhões de euros, tendo sido já contratualizada a obra da 1ª fase de requalificação do Bairro das Mesuras, na freguesia de Viseu, no valor de 250 mil euros. A intervenção no terreno arranca em breve e terá um prazo de execução de 5 meses. Para breve está também a intervenção no Bairro da Quinta de São José, com projeto já elaborado.-----*

*As obras de requalificação respondem a diferentes necessidades, mediante as prioridades de intervenção de cada bairro. Alguns casos requerem uma intervenção mais profunda, nomeadamente ao nível da reformulação de infraestruturas de esgotos, águas e eletricidade. Outros exigem melhorias no ambiente urbano, com a reformulação e reforço da iluminação pública, a arborização e ajardinamento do espaço público, a melhoria da acessibilidade, construção de passeios e qualificação do estacionamento automóvel, assim como a construção ou requalificação de equipamentos de apoio.-----*

*O plano municipal “Eu gosto do meu bairro” irá beneficiar 14 mil residentes até 2018, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida, mas também para o reforço da segurança, acessibilidade e atratividade destes bairros.-----*

*Do conjunto de 8 bairros a intervencionar, todos os projetos se encontram elaborados ou em fase de desenvolvimento e a sua execução será contratualizada com as Juntas de Freguesias das zonas abrangidas, seguindo uma política de cooperação entre os dois níveis da Administração Local e uma opção descentralizadora da missão municipal.-----*

*Este é todavia um plano de ação “aberto”, que receberá outras iniciativas, a concretizar a partir do ano de 2019.-----*

*4. Como fica evidente pelo atrás exposto, 2017 será também um ano marcado pela intensificação significativa da execução de um conjunto alargado de projetos físicos de reabilitação urbana, requalificação da rede escolar concelhia, regeneração de parques urbanos e ampliação da rede de infraestruturas desportivas, entre outros investimentos.-----*

*Refira-se, neste contexto, que as obras de requalificação da Escolas EB2/3 Grão Vasco e Secundária Viriato se encontram já adjudicadas e dotadas de todos os projetos de intervenção, aguardando o necessário visto do Tribunal de Contas para o arranque da execução. Estas obras, necessárias e reclamadas há vários anos, irão beneficiar uma comunidade superior a 1650 alunos e largas centenas de famílias, representando um investimento na casa dos 2 milhões de euros, comparticipados pelos fundos estruturais do PORTUGAL 2020, em bom tempo garantidos.-----*

*Por outro lado, entrou em fase de execução a requalificação e alargamento da Radial de Santiago, que visa consolidar a sua vocação como “Parque Urbano”. Esta obra visa transformar uma infraestrutura originalmente destinada a recinto da Feira Semanal num parque ambiental de lazer familiar, de convivência intergeracional e apto para a prática desportiva informal, numa mais forte relação dos cidadãos com o rio e os valores naturais em presença.-----*

*O investimento municipal total, incluindo a empreitada que será lançada e a instalação de diversos equipamentos que melhorarão significativamente a atratividade e a usabilidade do parque, ascende a 452 mil euros, num esforço estritamente municipal e sem recurso a fundos comunitários. O projeto é também de responsabilidade municipal e a obra deverá estar concluída até ao início do Verão.-----*

*Uma das principais novidades está relacionada com o alargamento do parque à margem esquerda do Pavia, sendo as duas frentes ribeirinhas ligadas por uma ponte pedonal. A arborização, ajardinamento e sombreamento do parque, o reforço da sua iluminação e dispositivo de segurança, o equipamento com estruturas de prática desportiva, a instalação de novos pavimentos, arquiteturas e mobiliário urbano são alguns dos investimentos previstos.---  
No domínio desportivo ganham pertinência e atualidade a referência os campos relvados do Parque do Fontelo, o Campo de Santa Eufémia, na freguesia de Ranhados, ou o Pavilhão*

*Multiusos de Cavernães, no parque ambiental da freguesia, num investimento executado que ascende a 1 milhão de euros.-----*

*A substituição dos pavimentos em relva sintética do Campo de Futebol 1º de Maio e do Campo de Futebol de 7, no Parque do Fontelo, representa uma restituição social destes equipamentos a um padrão elevado de qualidade para a prática e formação desportivas. Para além da intervenção ao nível do pavimento, outras melhorias foram também realizadas, nomeadamente a pintura de muros e bancada e a substituição do sistema de rega, no Campo de Futebol 1º de Maio. Já no Campo de Futebol de 7, houve lugar à melhoria dos acessos a veículos de emergência e viaturas de manutenção, assim como à requalificação do espaço junto às piscinas municipais com vista à prática desportiva.-----*

*Na freguesia de Cavernães, o investimento no pavilhão multiusos representa um investimento na ordem dos 614 mil euros, que dotará esta freguesia e a sua envolvente de um equipamento social e desportivo de referência ao nível local.-----*

*5. As dimensões materiais e imateriais do desenvolvimento reclamam um desenvolvimento articulado e complementar, que permita potenciar as suas vocações. Neste âmbito e com esta filosofia de intervenção, deve destacar-se o desenvolvimento do programa VISEU EDUCA que, em 2017, revalida e aprofunda a estratégia de parcerias socioeducativas definida em 2016, ao mesmo tempo que garante intervenções de regeneração, manutenção e equipamento das infraestruturas escolares.-----*

*Assim, em Janeiro de 2017, deliberou a Câmara aprovar um conjunto de 30 projetos e parcerias do programa “VISEU EDUCA” para 2017 – mais cinco do que em 2016.-----*

*No total, o Município investirá mais de 165 mil euros em projetos educativos em vertentes artísticas, desportivas, linguísticas e de inclusão social, para além da aposta reforçada na componente de salas de estudo. Face ao ano transato, estes projetos educativos crescem mais de 60 por cento em termos financeiros. No domínio da formação artística são abrangidos 3912 alunos e em salas de estudo 1112 alunos.-----*

*Em termos globais, em 2017, o orçamento municipal em Educação no concelho será de 7 milhões de euros, considerando-se aqui os investimentos previstos nas escolas Grão Vasco e Viriato. Neste âmbito, 1,2 milhões de euros são destinados a financiar refeições de crianças e um milhão de euros o sistema de transportes escolares. Cem mil euros são dedicados a programas alimentares complementares e outro tanto é vocacionado a ação social escolar.----*

*6. No domínio social cumpre também prestar, nesta sede, informação relativa à execução da nova edição anual da “ATIVIDADE SENIOR”, iniciativa estruturante na promoção da qualidade de vida e do envelhecimento ativo da população sénior do concelho.-----*

*Iniciada pela primeira vez ainda durante o mês de Janeiro, este programa municipal tem vindo a adquirir maior base social e territorial de participação, ao mesmo tempo que tem vindo a incrementar significativamente a percentagem de inscritos nos grupos com maior número de aulas por semana.-----*

*Após três anos de incremento e qualificação deste programa, a “ATIVIDADE SENIOR” de Viseu constitui um grande projeto social, amigo dos seniores e da qualidade de vida, e um referencial nas práticas nacionais de envelhecimento ativo.-----*

*Hoje mais de 2200 seniores de Viseu são praticantes de atividade física regular e acompanhada, traduzindo desde 2013 um crescimento de quase 60% do número de aderentes (mais 800, portanto). Também hoje todas as freguesias estão abrangidas pelo programa, aumentando a sua acessibilidade social.-----*

*Paralelamente, o número de horas de aulas mais que duplicou. Foram em 2016 quase 10 mil horas de aulas, quando em 2013 não chegavam a 4700 horas. O número de participantes mais ativos, com 3 aulas por semana, também aumentou: foram em 2016, 429 seniores, ou seja, 20% do total. Em 2014, quando se deu início a esta modalidade, eram apenas 25 os beneficiários.-----*

*Este é também um projeto de inclusão social e solidário, que apoia os mais desfavorecidos no acesso ao programa, praticando isenções de taxas de participação, e que oferece respostas adaptadas a todas as necessidades e condições físicas.*-----

*O estudo que tem vindo a ser feito pelos parceiros científicos do projeto confirma a melhoria da condição física, a melhoria do equilíbrio e a melhoria na diminuição de peso dos praticantes. Estes são, a título de exemplo, indicadores positivos que confirmam a importância da aposta numa rede muito alargada de parcerias, incluindo as 25 Freguesias, o tecido associativo local e os centros de saber do Ensino Superior, nomeadamente das escolas Instituto Politécnico de Viseu.*-----

*Em 2017 é objetivo da Câmara Municipal renovar o crescimento do número de participantes no programa acima dos dois dígitos, conquistando mais de 200 novos aderentes. A diversidade da oferta de atividades complementares será também incrementada, inserindo as modalidades de Dança, Xadrez e Boccia, para das de Yoga e Atletismo. A duração e a frequência das aulas serão também adaptadas especificamente para seniores frágeis ou muito frágeis, garantindo uma relevância social cada vez maior.*-----

*7. Na estratégia de desenvolvimento municipal assumimos um compromisso no fomento de uma democracia local participativa, numa uma governação inclusiva e aberta, e de construção de uma cidadania mais consciente, responsável e ativa. A qualificação da nossa democracia é um desígnio superior que contribui para o desenvolvimento local e a modernização da própria governação autárquica.*-----

*O Orçamento Participativo de Viseu, promovido pelo Município pelo terceiro ano consecutivo, constitui um dos principais instrumentos ao serviço desses objetivos. A sua organização qualificada, mobilizadora e transparente, o cumprimento regular do seu calendário e a execução escrupulosa dos projetos vencedores pelo voto popular têm credibilizado socialmente esta iniciativa de forma relevante.*-----

*O 1º Orçamento Participativo Jovem Escolar de Viseu configura a terceira edição desta iniciativa, estando dotado de um orçamento de 250 mil euros, o que o converte no maior orçamento participativo jovem escolar do país. Cumpridas as fases de proposição por parte das escolas e de avaliação técnica por parte dos serviços municipais, esta iniciativa conta para já com 62 projetos concorrentes, tendo a publicação da lista decorrido no passado dia 31 de Janeiro.*-----

*Um dos objetivos propostos foi já alcançado: todas as escolas secundárias, profissionais e de Ensino Superior do concelho contam com projetos por si elaborados, em resultado das 78 propostas submetidas a este terceiro Orçamento Participativo de Viseu.*-----

*Das 78 ideias inicialmente apresentadas apenas 11 foram consideradas “não elegíveis”. Outras cinco foram objeto de fusão com propostas de âmbito semelhante ou complementar. A taxa de viabilidade é, assim, de 86%.*-----

*Até 17 de Fevereiro decorre o período para apresentação de contestações à conversão das propostas em projetos e à classificação de elegibilidade. A 14 de Março iniciar-se-á a votação, de carácter universal, com recurso a voto eletrónico, por SMS e presencial.*-----

*O lançamento dessa importante fase do Orçamento Participativo Jovem Escolar acontece numa altura em que 5 dos 7 projetos do anterior Orçamento Participativo de Viseu estão concluídos e os restantes dois em fase de execução. A saber, a requalificação de um moinho de água de Vildemoinhos, antiga ambição local, e a construção de um novo piso para recreio de escolas de Abraveses. Este grau de execução credibiliza o Orçamento Participativo e estimula a confiança dos cidadãos.*-----

*A votação neste Orçamento Participativo Jovem Escolar contará com todos os canais de voto anteriormente adotados – presencial, eletrónico e por SMS – e será monitorizado por tecnologias e dispositivos contra robôs informáticos e práticas abusivas.*-----  
*(Anexo 1, página 90).*-----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Só para dizer que a informação já foi distribuída a todos, independentemente do resumo que

o Senhor Presidente fez, toda a informação fará parte da Ata da Assembleia como é normal. Atendendo ao horário iríamos suspender agora a Assembleia e começávamos às duas e meia.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Então íamos começar os nossos trabalhos, já temos quórum informava também que a próxima Sessão Extraordinária do 25 de Abril vai ser na Freguesia de Santos Evos, há o acordo de todos os Grupos Municipais, há a disponibilidade e toda a motivação do Senhor Presidente de Junta, a Câmara Municipal também está de acordo, por isso, a próxima Sessão Extraordinária do 25 de Abril é em Santos Evos. É também uma forma que todos sentimos de homenagear os Autarcas das Freguesias no ano em que se comemoram os 40 Anos do Poder Local e os 100 Anos também das Freguesias e por isso a Sessão Extraordinária deste ano vai ser numa Freguesia e em concreto na Freguesia de Santos Evos, por isso Senhor Presidente de Junta contamos consigo e sabemos da sua boa receptividade.-----

Iremos então iniciar os nossos trabalhos, quem é que queria intervir? Estamos no Ponto Um da Ordem de Trabalhos. Dr. Ribeiro de Carvalho tem a palavra. Estava a ver que não havia questões para o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Senhor Presidente da Câmara, a informação que Vossa Excelência trouxe a esta Assembleia trata logo no ponto dois da cultura, entendendo como prioridades de atuação do município, cito, o fomento da criação e a programação cultural de qualidade e diversificada enquanto fatores fundamentais de qualidade de vida, da qualificação do capital humano e do desenvolvimento local e regional. Depois, desdobra-se na indicação de que a Câmara destinou no âmbito do Programa Viseu Terceiro mais de meio milhão de euros, no, volto a citar, apoio regular proactivo esclarecido e organizado a atividades de criação artística e programação cultural independentes, e saliento desde já a característica de independentes, isto porque reunidas qualidades de criação artística esclarecida, organizada, proactiva e independente e também fortemente subsidiada pelo município num apoio tripartido com o Ministério da Cultura ignorou Vossa Excelência o Teatro Viriato ou mais propriamente o CAEV Centro de Artes do Espectáculo Associação Cultural e Pedagógica, mas não o fez por lapso e muito menos inocentemente, antes num ato de puro amuo para com quem através da sua criatura Dr. Jorge Sobrado e principalmente através da sua própria voz tentou domesticar e submeter a uma vontade despótica de tudo tratar como coisa sua, do Presidente da Câmara, tudo quanto se mexe nesta cidade. De facto usando da maior arrogância do quero posso e mando, tentou Vossa Excelência impor a uma associação de direito privado como é o CAEV, diretivas e orientações que só a essa associação cabem numa inusitada ingerência nomeadamente a de escolher o Diretor Artístico competência atribuída expressa e unicamente ao CAEV no referido protocolo tripartido com o Município e o Ministério da Cultura, e mais, que esse Diretor Artístico de sua escolha fosse uma figura nacional o que perdoe-se-me a crueza da expressão releva de puro provincianismo de que só em Lisboa estão as sumidades tanto mais que a pessoa que a Assembleia Geral do CAEV elegeu para essa função, Paula Garcia, é já uma prestigiada figura nacional, nomeadamente porém o reconhecimento do seu trabalho e competência ter sido eleita para vogal da Performart associação recentemente criada entre 14 teatros, que vão desde os Teatros Nacionais D. Maria II de Lisboa e de S. João do Porto a Centro Cultural de Guimarães, vários teatros municipais entre eles os de Lisboa agregados no EGEAC Empresa Gestora dos Equipamentos Culturais da Câmara Municipal de Lisboa etc. Prestando as declarações públicas que prestou, tentando desvalorizar, e aqui saliento que Vossa Excelência à momentos, disse que é de sua política, de política do seu executivo valorizar o que é da terra, dizia eu portanto, prestando as declarações públicas que prestou, tentando desvalorizar quem ao



longo dos últimos 18 anos, tantos quantos de vida leva o CAEV, na criação e promoção de uma programação cultural de qualidade e diversificada do Teatro Viriato, vem colaborando e tantas vezes mesmo substituindo o seu primeiro Diretor Artístico Paulo Ribeiro, prestou Vossa Excelência um mau serviço à cidade e um mau serviço à cultura, tanto mais, que como que desautorizando as declarações públicas de Vossa Excelência, a Senhora Vereadora da Cultura presente na apresentação da programação 2017 do Teatro Viriato, não deixou de reconhecer aos *media* que se trata de uma boa programação. Gostava, para terminar, e antes de referir um facto concreto, era que Vossa Excelência não podia ignorar isso porque foi durante muitos anos Presidente do Conselho Fiscal do CAEV, mas gostava para terminar, fazer três reflexões: A primeira é de que na mitologia grega a arrogância era o único pecado não perdoado aos deuses. A segunda é de que muitas vezes a criatura tende a ultrapassar o criador sem que este se dê conta disso. A Terceira é de que em 1977 a Escritora Agustina Bessa Luís disse: A Cultura não é custear espetáculos. A cultura não se elabora, vive de uma filtragem moral e sentimental da sociedade que a produz. Não é obra de empresários nem de mecenas. Não é programa de Estado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra a Deputada Cristina Fonseca.-----

----- **QUARENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA MARIA NUNES FONSECA (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Senhores Jornalistas e Excelentíssimo Público. Depois de ouvirmos atentamente relativamente à prestação de contas que hoje o Senhor Presidente da Câmara aqui nos trouxe, começamos por referir que reconhecemos a importância da iniciativa Atividade Sénior. Reconhecemos a importância da promoção da qualidade de vida e do envelhecimento ativo, reconhecemos a importância da prática da atividade física regular e acompanhada, reconhecemos o esforço do envolvimento das freguesias, reconhecemos os impactos positivos na saúde e funcionalidade dos participantes, reconhecemos e mais do que isso, valorizamos o acesso para seniores frágeis ou muito frágeis, reconhecemos e valorizamos a dinâmica de os escutar e de alargar as áreas de intervenção, porém, não podemos deixar de assinalar que enquanto iniciativa inserida no programa de apoio à população sénior, é manifestamente insuficiente inclusivamente no que diz respeito a iniciativas de promoção de envelhecimento, é manifestamente insuficiente e há muito por fazer naquela que se apelida e que nós todos queremos que seja de facto Viseu a Melhor Cidade para Viver. Portanto, eu não poderia deixar de recolocar como preocupação aquilo que nos últimos anos tem vindo a ser colocado na ordem do dia sobretudo quando são lançados anualmente os dados da operação Censos Sénior que costumam anualmente ser divulgados, e de facto receamos que 2017, tal como em 2015 e 2016 Viseu venham de novo a ser o Distrito com o maior número de casos de idosos a viverem sozinhos ou isolados. Importa recordar os números, 4113, mais 358 do que no ano anterior, é no distrito sim, mas envolve Viseu. Julgo que hoje mais do que nunca, Viseu é uma comunidade atenta, Viseu é uma comunidade colaborante, Viseu é uma comunidade solidária, prova disso são os vários programas de voluntariado que nós também aqui queremos saudar e de facto dizer que é uma grande marca de Viseu. Falar também do envolvimento intergeracional onde estão envolvidos para além das juntas de freguesia, para além da autarquia, também as nossas escolas onde muitos de nós exercemos funções. Isto, representa muito, representa que Viseu está consciente de que há muito por fazer no que diz respeito aos seniores, representa que Viseu está consciente que muitos dos nossos seniores estão num conjunto de áreas e devido a circunstâncias de vida e de fatores complexos em risco, sozinhos, isolados, numa situação de enorme vulnerabilidade e a necessitar de medidas preventivas, habilitativas e de proteção. Quero também aqui



recordar-vos e trazer até vós uma nova área que nos últimos anos também está emergente em Viseu através das várias associações que nós temos visto, que estão em fase de constituição inclusivamente em implementação em Viseu, e que resulta também de alguns estudos que nós temos visto alguns produzidos pela União das Misericórdias Portuguesas por exemplo, em que 9 de cada 10 idosos em lares e também na sua situação de vida individual têm alterações cognitivas que sugerem demência, sendo que deste grupo 78% têm efetivamente demência, portanto, este estudo é um estudo recente que abrangeu também algumas instituições em Viseu, portanto, Viseu, não foge à tendência nacional, diria mesmo global, ou seja, à medida que as nossas cidades crescem aumenta a sua percentagem de residentes com idades superiores a 60 anos, idades superiores a 70 anos, com idades superiores a 80 anos, com idades superiores 90 anos, é que a nossa esperança de vida aumentou e bem. No que diz respeito à promoção de uma vida saudável e funcional ao longo da vida, todos nós reconhecemos que as pessoas mais velhas são um recurso para as respetivas famílias, comunidades e economias, em meios envolventes que lhe proporcionam apoio e a possibilidade de capacitação, não sou eu que o estou a dizer, há várias entidades que o têm dito, inclusivamente a Organização Mundial de Saúde, efetivamente esta questão que eu aqui abordo já foi há uns anos atrás, no início do mandato do Senhor Presidente alvo de uma intervenção da nossa mesma bancada do Partido Socialista e portanto, eu hoje trago-vos uma vez mais, indo ao encontro daquilo que já se faz e bem no que diz respeito à Atividade Sénior, lanço uma vez mais, que sejamos capazes em conjunto criarmos um consenso e um compromisso de que de facto Viseu se aprofunde nesta matéria de uma cidade amiga das pessoas idosas, que estimule de uma forma integrada e em rede o envelhecimento ativo através da criação de condições de saúde, participação, segurança, de modo a reforçar a qualidade de vida. Que nesta requalificação e bem, a requalificação que há pouco aqui foi falado, Eu Gosto do Meu Bairro, que também se tenha em conta quando se trata de pessoas idosas a possível adaptação das suas estruturas, do serviço e do modo como estes incluam e sejam acessíveis a pessoas mais velhas, estamos a falar dos impactos das quedas, estamos a falar dos impactos dos acidentes vasculares cerebrais, estamos a falar dos impactos das incapacidades, que de facto limitam esta faixa de população. Eu não vou dizer muito mais, vou dizer o que a abordagem em termos europeus e que tem vindo a ser gradualmente recomendada nos diz e à semelhança daquilo que eu ouvi o Senhor Presidente da Câmara dizer no que diz respeito à Atividade Sénior e que de facto os idosos por terem sido os seniores que participam, por terem sido escutados, neste momento houve um alargamento de áreas de intervenção na actividade física, que também eles sejam mais uma vez ouvidos e que esta abordagem, e era esse mesmo o apelo que eu lançava, é que fossemos capazes de promover com um compromisso muito comprometido por parte da câmara, esta necessidade e esta consciência lógica de conhecer, de os ouvir, de dar destaque às questões expressas, as nossas pessoas mais velhas, os nossos pais, os nossos idosos, e por quem lhes presta inclusivamente serviços em todas as áreas que nós próprios entendemos que são as grandes áreas da nossa qualidade de vida e que justificaram que Viseu seja entendida como a Melhor a Cidade para Viver, vocês sabem quais são, mas eu posso dizer-vos: Os espaços exteriores, os edifícios, os transportes, a habitação, a participação social, o respeito, a inclusão social, a participação cívica, o emprego, a comunicação e informação, o apoio comunitário e serviços de saúde. Eu volto a dizer, tenho consciência que muito já se faz em Viseu, e de facto o apelo que eu lanço vai no sentido do aprofundamento, no sentido de tornar Viseu efetivamente a abraçar este projeto de uma cidade mais amiga ao nível da sua região dos idosos e que de facto este programa de apoio que já existe seja alargado para um programa de apoio integrado de um trabalho em rede de base comunitária, e coloco pois, à consideração do Executivo Municipal e à consideração desta Assembleia que se avance para esta abordagem participativa de baixo para cima, e que sejamos capazes efetivamente de perceber do que é que os nossos idosos valorizam na

nossa Cidade de Viseu o que é que eles consideram ser barreira e obstáculos, quais são as suas necessidades, o que é que falta à nossa região de Viseu para ser melhorada a saúde, a participação, e considerando que estão emergentes em Viseu várias atividades no campo da saúde mental, também para quando a aposta na criação de respostas neste domínio nomeadamente uma Unidade de Cuidados de Saúde Mental. Disse.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Filipa Mendes.-----

----- QUARENTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD): Boa tarde a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Digníssimos Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Comunicação Social e Público presente. O Senhor Presidente da Câmara veio hoje apresentar-nos a situação financeira do município e a atividade desenvolvida pelo executivo em funções.-----

No que diz respeito à parte financeira, que vem em anexo às informações do Senhor Presidente, e fazendo apenas uma avaliação global, podemos naturalmente dizer que Viseu está bem e recomenda-se. As boas contas continuam a ser pedra de toque do município de Viseu com um equilíbrio bastante positivo quanto a receitas, despesas e dívidas.-----

Isto, num país em que muitas vezes há um endividamento nacional e de várias câmaras que se mostra incontornável, assim, as contas apresentadas nesta câmara demonstram que saber gerir dinheiro público municipal, aumentando igualmente o investimento local é um feito com ecos nacionais que deve orgulhar e que muito orgulha Viseu.-----

Caros Deputados, Minhas Senhoras e meus Senhores, a Câmara Municipal de Viseu fez-nos a todos um convite especial para este ano. Declarou-se 2017 como “Ano Oficial para Visitar Viseu”. Uma aposta no turismo, nas ofertas e na riqueza do nosso concelho. Valorizamos o que é nosso, e ao fazê-lo concedemos valor a nós próprios e às nossas raízes. É por demais lógico as consequências para o desenvolvimento local, nomeadamente para o emprego e potencial para e da cidade.-----

Depois de um ano recheado de aniversários redondos como os 100 anos do Museu Grão Vasco, os 500 da Sagração da Sé, os 500 anos da Misericórdia e ainda os 100 anos dos nossos Paços do Concelho, somos agora convidados a conhecer ainda mais e melhor o nosso património, material e imaterial e nos tornarmos anfitriões e sermos nós a guiar os nossos amigos e familiares pelas ruas do concelho de Viseu.-----

Para o mote desta iniciativa teve enorme importância e tem enorme importância Viseu ser a primeira “Cidade Nacional Convidada” na Bolsa de Turismo de Lisboa, que o nosso Presidente nos informou que vai ser apresentado amanhã, numa parceria com a Fundação AIP, a Feira Internacional de Lisboa e a Entidade Regional do Turismo do Centro.-----

Sermos nós a alternativa a polos de grande turismo como são Lisboa e Porto é uma estratégia extremamente positiva para a defesa e interesse da nossa cidade região, defendida por este executivo no programa Viseu Primeiro.-----

A governação local não é feita desconexamente nas diferentes áreas. Esta complementaridade também é visível na área da educação, na preocupação com a população mais velha e na reabilitação dos edifícios urbanos de Viseu.-----

Se pretendemos continuar na senda e na marca da qualidade de vida das populações, das habitações e do bem receber, todas as áreas de intervenção municipal contam e devem ser tidas em consideração. Neste sentido, está a ser iniciada a requalificação de oito bairros municipais residenciais e que se prolongará até 2018, e que também já foi aqui referida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Viseu o Professor Diamantino. O programa “Eu gosto do meu bairro” além de proteger o património cultural e arquitetónico de cada bairro é da mesma forma um pedaço de memória das freguesias e das suas gentes. Um investimento de 2 milhões de euros para beneficiar milhares de cidadãos do nosso concelho é o caminho certo da requalificação urbana.-----

Dentro desta preocupação urbanística, educativa e de qualidade de vida, as intervenções na Escola Básica Grão Vasco e na Escola Secundária de Viriato, agora com o esperado visto do Tribunal de Contas e conseguidos fundos através dos Portugal 2020 é por demais pertinente e necessária para dar resposta a obras urgentes. Intervenções essas que seriam obrigação do governo central mas que a Câmara chamou a si a resolução imediata destes problemas pois em primeiro lugar estão as pessoas, e neste caso estão em primeiro lugar os 1650 alunos destas escolas.-----

Relevamos igualmente as obras na Radial de Santiago que se passará a chamar Parque Urbano de Santiago. Será efetivamente um parque aberto, familiar e em harmonia com a natureza e com a prática desportiva ao ar livre. Este novo projeto irá dar mais vida a este local da cidade que precisa de outro tipo de configuração.-----

A defesa do desporto, das práticas desportivas através da criação ou renovação das suas estruturas foi um objetivo traçado desde o início das funções deste executivo. O caminho não está todo percorrido mas é inegável com as últimas obras como o relvado do Parque do Fontelo, o Campo de Santa Eufémia, em Ranhados e o pavilhão multiusos em Cavernães que há uma meta clara para a área do desporto. Colocar à disposição das populações, clubes e associações as infraestruturas úteis para uma vida mais saudável, comungando desta oferta tanto os mais novos como até aos mais velhos. Estes investimentos promovem também o desenvolvimento das freguesias, a dinâmica dos clubes e associações e uma mais-valia na possível atração de pessoas para Viseu. Aqui também existe uma política sustentada, sustentável e complementar.-----

Há muito que o programa “Viseu Educa” foi por muitos declarado de sucesso, de enorme importância para a comunidade educativa. Realiza projetos em rede, combate problemas que surgem no seio das escolas e é próximo das diferentes entidades, colaborando para um objetivo comum, a educação. Assim, o orçamento municipal da educação de 7 milhões de euros globais, dentro dos quais 16 mil euros são atribuídos para “Viseu Educa” contribuiu para dar luz aos mais diferentes e desafiantes projetos educativos.-----

Também, se há sector de crucial preocupação desta equipa da câmara é o sector social, especialmente no que diz respeito à população sénior do concelho. A atividade sénior tornou-se ela própria uma marca desta administração e os resultados deste êxito se devem a uma cooperação entre município, juntas de freguesias e associações locais. Não está tudo feito mas o caminho está a ser realizado. Ninguém pode ser uma ilha e quem governa para todos deve construir estas pontes com aqueles que tem interesses em comum. De facto, os 2200 seniores que usufruem desta atividade têm uma diversidade de modalidades e ofertas desportivas que respondem aos cada vez mais exigentes viseenses. Isto porque também à exigência foram habituados.-----

Dito isto, se há críticas que podem ser feitas, há sucessos que devem ser sublinhados. E o percurso que está a ser realizado ou que foi realizado ao longo de 3 anos e meio é construído todos os dias, com trabalho, com dedicação. Trabalho esse que volto a afirmar, não é apenas da câmara mas também das juntas de freguesia, das associações e da própria sociedade civil que teve e tem uma voz ativa nesta governação local.-----

Política em rede e de compromisso é a melhor política. Obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- QUARENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP): Muito obrigado Senhor Presidente. Renovo os meus cumprimentos e ia exatamente começar a minha intervenção pelo Parque da Radial de Santiago que já aqui foi tão falado, correndo o risco de chover no molhado, mas penso que não. Queria começar por dizer que a intervenção que está a ser feita é bem feita e é absolutamente necessária e congratulamo-nos com ela uma vez que já falámos aqui também várias vezes sobre ela, agora, há aqui um reparo que nós queríamos fazer em relação ao Parque da Radial de Santiago e prende-se precisamente, ainda bem que o Senhor Presidente falou à

bocado, e que tinha a ver com a questão da inauguração dos equipamentos infantis que lá estão instalados, e tem a ver precisamente com o piso de areia. Nós pensamos que aquele piso de areia devia ser substituído quando houvesse possibilidade, sobretudo por placas de borracha, pavimento sintético mais adequado para parques infantis por permitir o amortecimento das quedas, um elevado grau de higienização, escassa manutenção, sendo bastante permeável à água uma vez que não deixa acumular poças, para além disso é também resistente aos raios UV, características que aquela areia não possui, daí esta nossa chamada de atenção para que depois não se volte a deitar remendos sobre remendos. Uma vez que está a mexer no parque e que isso está previsto fazermos essa alteração seria de todo importante. Voltamos também a chamar à atenção de Vossa Excelência para a requalificação do parque de merendas do Fontelo, pois se este é o Ano Oficial para Visitar Viseu, e permita-me aqui discordar de si na questão do ano oficial porque eu acho que todos os dias, todas as horas, todos os anos são bons para declarar o amor por Viseu, e já que estamos em mês de S. Valentim permita-me este piropo a Viseu. Isto depois do almoço a coisa fica mais inspirada. Ora, digamos-lhe que em relação ao parque de merendas do Fontelo achamos que essa então é uma necessidade que urge melhorar, uma vez que estamos a falar de uma das principais salas de visita da nossa cidade, procedendo também ainda à reparação e substituição das papeleiras e dos caixotes do lixo de madeira, uma vez que alguns deles já se encontram em estado de degradação. Perguntar também aqui se Vossa Excelência tem prevista, para quando, já falámos aqui algumas vezes, mas, voltava novamente a este assunto, que tem a ver com a requalificação da Mata do Fontelo. Já falou aqui das fontes, já falou aqui da azulejaria, perguntar-lhe uma vez mais para quando a intervenção direta mesmo na vegetação. Perguntar-lhe também, se no seu horizonte prevê a realização de obras de requalificação na bancada principal do Estádio do Fontelo, sobretudo a criação de um espaço de bar, porque aquele bar, o estar lá, para quem utiliza o Estádio do Fontelo e para quem é frequentador daquele espaço, aquele bar que ali está não tem as condições desejadas. Perguntar-lhe também, se depois dos semáforos instalados na Avenida de Salamanca se já está a prepara o corte daquelas árvores já aqui também faladas que libertam aquele algodão tão desagradável que tantas reclamações tem provocado. Por fim, falar-lhe também dos Jardins Efémeros e do apoio prestado pela autarquia a este projeto âncora do Centro Histórico, gostaríamos no entanto que alguma desta programação cultural dos Jardins Efémeros, esta é a nossa sugestão, sabemos que é um evento que é dinamizado no Centro Histórico e algumas ruas periféricas também, se havia a possibilidade, isto em jeito de desafio, de os alargar e estender alguns dos programas às freguesias, também era bom que as pessoas se deslocassem às freguesias periféricas para aí poderem assistir a espetáculos dos Jardins Efémeros, descentralizar alguns espetáculos dos Jardins. Manifestar também a este respeito, ainda nos Jardins, a nossa preocupação relativamente ao facto deste evento colidir em termos de calendário como Tom de Festa organizado pela ACERT, pensamos que devia haver um diálogo mais profícuo entre os agentes culturais envolvidos para evitar a sobreposição de datas destes eventos, até porque as autarquias são da mesma cor política e acreditamos que os canais e comunicação devam estar desimpedidos não é? A meu ver...

*- Alguns Senhores Deputados Intervêm dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito*-----

*- O Senhor Deputado Carlos Fernandes da Cunha prossegue a sua intervenção dizendo:* A meu ver... temos lá um bom candidato, temos lá um bom candidato... dos restos se faz boa comida.....

*- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo está bem?-----

*- O Senhor Deputado Carlos Fernandes da Cunha retoma a sua intervenção dizendo:* ...a roupa velha por vezes dá um prato excelente. Desde que tenha o cozinheiro ideal não deixa

de ser uma boa comida. Continuando, eu acho que encerro mesmo com esta situação, tem a ver mesmo com a sobreposição das datas dos Jardins Efémeros e da questão da ACERT. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Baila Antunes.-----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Boa tarde a todos. Renovo os meus cumprimentos à Mesa, e fazia aqui uma coisa um bocadinho diferente, começava por dizer o título da minha intervenção que é ao mesmo tempo uma pergunta de certo modo retórica ao Senhor Presidente. Ao nível do desenvolvimento socioeconómico Viseu tem aproveitado as vantagens comparativas do território? No que se refere ao desenvolvimento socioeconómico promovido pelo município o executivo camarário anunciou apostar forte nos seguintes vetores:-----

1. Começo, não por acaso, precisamente pelo fim: atratividade do território através de uma amplificada campanha de marketing territorial.-----
2. Muito concertado com o ponto anterior, a realização de eventos socioculturais, essencialmente associados ao movimento de animação urbano e à promoção de produtos endógenos, fundamentalmente o Vinho do Dão, em linha com uma aposta no turismo.-----
3. Atração de investimento empresarial, incluindo industrial, mudando o paradigma de “modelo” socioeconómico do concelho, historicamente baseado no comércio tradicional, nos serviços administrativos e na construção civil.-----

Depois da infraestruturação básica do território, dos equipamentos e dos espaços públicos, o marketing territorial forte (em todo lado se vê *visit...* nas camisolas de futebol e em todas as cidades onde vamos), os eventos, o turismo e um papel ativo das autarquias na captação de investimento, são na generalidade tal e qual a estratégia de todos os municípios do país. Viseu, seguiu a onda ou amplificou-a no caso do marketing territorial, apostando numa marca pouco corporizada.-----

Em muitos municípios – cidades médias - que comparam com Viseu a estratégia baseou-se em produtos endógenos ou *clusters* densos já constituídos. Veja-se o sol-praia-mar ou a sua proximidade, a universidade secular, as classificações da UNESCO, as telecomunicações, o *software*, a indústria naval, o setor automóvel, etc. etc., que Viseu, infelizmente não possui ou ainda não possui.-----

Pese a mudança de paradigma, ao nível do investimento, a *décalage* (como eu mostrei na última sessão) aumentou significativamente para as cidade médias e para os concelhos industriais vizinhos. Ainda nos últimos dias foram anunciados grandes investimentos em Bragança e Mangualde.-----

Com exceção da Feira de São Mateus e do Vinho do Dão, o Município de Viseu não tem sabido gizar uma estratégia estruturada e conseqüente em vantagens comparativas, vantagens comparativas, que nos possam garantir uma verdadeira diferenciação competitiva do território, como hoje se exige.-----

Não tenho muito tempo, mas poderei salientar algumas:-----

Viseu, no coração de Portugal, geoestrategicamente localizada, é das poucas cidades médias que ao seu redor, em mais ou menos de 20-30 min 20-30 km tem mais de 300 mil habitantes. Pois Viseu, como é histórico, continua sem conseguir fazer valer esta polaridade articulando-se com os seus vizinhos, incluindo polos industriais significativos, antes pelo contrário. Viseu Primeiro! É único, acrescento.-----

Ao nível da logística, o que foi feito? Por exemplo, na discussão-definição do eixo ferroviário e ligação rodoviária em autoestrada que nos falta a Coimbra, complementares ao cruzamento A24 -A25, não se começou a impor, de raiz, estrategicamente, a bandeira de uma eventual plataforma logística para Viseu.-----



Viseu, mais do que qualquer cidade média, está inserida no centro de uma área florestal significativa, incluindo indústrias pesadas do setor. O que Viseu tem feito pela fileira florestal (produção e transformação)? Zero ou praticamente zero.-----

Viseu, distrito, é ao nível das energias alternativas, uma das poucas regiões – porventura a única - que é autossustentável em produção de energia elétrica. O que foi feito relativamente à indução deste setor... com tão elevada intensidade de mão-de-obra? Zero? Diferentes áreas das energias alternativas, incluindo centros de competências, estão a ser drenadas para Aveiro.-----

Ao redor de Viseu, em diferentes subsectores, há, em crescimento, uma constelação industrial do setor automóvel. O que é que Viseu fez para chamar a si a concertação e articulação inteligente deste setor industrial vital. Nada!-----

Nesta época assomada da 4ª Revolução Industrial, a aposta nas TIC é generalizada em todos os territórios nacionais ou globalmente.-----

Viseu, como cidade com qualidade de vida, que todos conhecemos, outra mais-valia única... conseguiu atrair 2 ou 3 empresas de ponta. Ainda assim, longe de se constituir num *cluster*, compare-se com outras cidades como Aveiro, Braga, Leiria ou até mesmo Coimbra.-----

Neste setor, as *Smart Cities* são anunciadas como uma aposta estratégica, este sub *cluster*. Eis se não quando, outras cidades emergem em força nesta área e Viseu parece, também aqui, a vê-los passar. Por exemplo, estrategicamente, Rui Moreira não dorme, o Cluster *Smart Cities* Portugal foi anunciado no Porto, nos seus órgãos de gestão aparecem diversas empresas, nenhuma de Viseu, tendo uma instituição pública de Bragança na sua gestão.----

Aliás com muita pompa... mas sobretudo com muitas linhas de ponta, o Programa Indústrias 4.0 - Economia Digital foi anunciado na cidade de Leiria.-----

E eu acabo com aquele célebre anúncio da Citroen que em Viseu por acaso até é pertinente a propósito da faculdade de medicina, da Citroen, da ferrovia etc., não sei se muitos se recordam daquilo que aliás, já referi aqui, havia um anúncio da Citroen, um mecânico estava a ver passar Citroens constantemente, “E nós a vê-los passar!”, e eu enho medo sinceramente, acrescento, que mais uma vez estejamos a ver passar o comboio dos novos sectores, das novas estratégias que tem de haver para a competitividade do território.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **QUARENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Reiterar os cumprimentos a esta Assembleia. Muito boa tarde.----

A informação política do Senhor Presidente sobre a mais recente atividade municipal, não tem novidades. Mantém a marca da política do “celofane” ou do “embrulho”, como se queira, a que privilegia a propaganda, apresentando como novidade e ideias futuristas o que afinal não passa de meras cópias de importação, travestidas para uso doméstico, servidas em sonantes consignas, como o “Viseu Primeiro”, o “Viseu Educa”, o “Eu Gosto do Meu Bairro”, o “Viseu Investe”, o “Viseu Terceiro” o “Ano Oficial para Visitar Viseu”. O que fica, depois de tirada a fita-cola e aberta a caixa? O que faz o poder local por todo o País, com menos ruído e espalhafato, mas não menos eficácia.-----

Tomemos como exemplo a campanha “2017, Ano Oficial para Visitar Viseu” que, nas palavras lidas, “visa reforçar o crescimento turístico, a reputação e a notoriedade do seu destino”.-----

“Ano Oficial para Visitar Viseu” é um *slogan* simpático, que se aceita. Mas não é novidade. Regiões como a Madeira e cidades como Braga (ainda ontem, tivemos oportunidade de ver a publicidade “visit Braga” nas camisolas do clube de futebol local) assumiram há muito esse desígnio. Estas campanhas, em minha opinião, para além dos rios de dinheiro gastos na promoção, deviam ser uma oportunidade para suprir carências e dotar o Concelho de infraestruturas em falta. Um exemplo:-----

Imaginemos um turista amante da natureza, encantado com a ideia de uma cidade jardim, que sai de casa de mochila às costas por ter aceite o “convite” inserto em jornais nacionais, rádios e televisões, para “Visitar Viseu”. Em que parque de campismo do concelho pode montar a tenda? O mesmo se pode perguntar a respeito de um caravanista. Em que parque seguro e apetrechado pode pernoitar? No Almargem não, porque as obras que eram para inaugurar em Setembro pararam e não se sabe quando recomeçam. Em Vale de Cavalos, também não, porque as obras nunca arrancaram. No Fontelo ... pois, só com uma cunha ao Baden Powell.-----

Mas vamos receber com *glamour* os turistas endinheirados, os bons, os que se instalam em hotéis e pousadas, com tempo e gosto por vindimas e provas vínicas.-----

Sendo que 2017 já tem campanha, que 2018 seja o ano oficial para construir equipamentos indispensáveis a uma oferta turística diversificada.-----

Ainda na informação do Senhor Presidente enfatiza-se o crescimento turístico verificado no Concelho, associando-o ao brilhantismo e audácia da promoção e aos eventos patrocinados pelo executivo. Temos de tirar isto a limpo. É que a Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal chama a si esse mérito, ao anunciar que a Região Centro, globalmente, teve o terceiro maior crescimento do País, referindo como indicadores a Serra da Estrela, Coimbra, Figueira da Foz, Fátima, sem nunca mencionar neste ranking Viseu. Já o INE – Instituto Nacional de Estatística – diz que o mérito foi mesmo de Portugal, que teve o maior crescimento turístico de sempre. Em que ficamos?-----

O Projeto/Programa “Eu Gosto do Meu Bairro” é outro exemplo acabado de demagogia, transformando responsabilidades institucionais da Câmara e das freguesias em “espantosas campanhas de recuperação de bairros”.-----

É óbvio que em ano de eleições dá muito jeito fazer umas obrazitas, pôr as máquinas e o pessoal a mostrar-se na rua, mesmo que seja apenas para o arranjo da calçada, do banco do jardim, do candeeiro de iluminação pública. Mas não são estas obras tarefas e obrigações permanentes da Câmara Municipal e não é seu dever dotar as freguesias de meios financeiros e técnicos que permitam a estas tratar a todo o tempo da manutenção das suas ruas e espaços públicos?-----

Sendo que a Câmara leva quatro anos de mandato, porquê só a escassos meses das eleições colocou na sua ordem de prioridades a intervenção nos bairros? Foi por falta de dinheiro? Não. Foi por falta de projectos. Pelos vistos também não. Só resta a falta de vontade política. Reparem na obrigação das e cito “obras estarem prontas nos próximos 5 meses”, mesmo a tempo de serem inauguradas. “Mas este é todavia um plano de ação “aberto”, que receberá outras iniciativas a concretizar a partir de 2019”, diz a informação. Como pode prometer obras para 2019 se ainda nem sequer foi eleito para novo mandato? Este anúncio assume-se como uma peça de refinada chantagem, ao jeito de: “se queres obras no teu bairro, vota em mim em Outubro”.-----

É que as carências vão muito para lá das obras anunciadas. Mesmo na “coroa urbana” há muito que as populações reclamam colocação de saneamento e arranjo de ruas, por exemplo, no Bairro da Floresta, em Rio de Loba, na Rua da Mina, do Mieiro, de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Vitória, do Chão do Mestre, em Abraveses, em Passos de Silgueiros continua sem resposta datada a resolução do problema dos maus cheiros e pragas de insetos causados pela Fossa Séptica, já aqui trazido de viva voz pelos moradores.

A Radial de Santiago passou a ser a “menina dos olhos” do Executivo e faz lembrar aquela apreciação de Aquilino Ribeiro sobre o seu romance “A Casa Grande de Romarigães”. Dizia o Mestre: “estava a fazer um gamelo para o cão e saiu-lhe uma viola”. A Radial nasceu para Feira Semanal e vai crescendo como Parque Urbano. É positivo. Ao contrário, a Mata do Fontelo nasceu como Parque Urbano e plumão da cidade e está progressivamente a transformar-se em espaço degradado e abandonado. Fica a ideia de que o investimento na Radial se faz à custa do desinvestimento no Fontelo. Recentemente voltei a este espaço natural da cidade e fiquei desapontada com o nível de degradação do

circuito de manutenção e com o desaparecimento dos aparelhos destinados à atividade física, que estiveram instalados junto aos balneários. Pude igualmente constatar que do anunciado projeto de intervenção (sempre os anúncios prematuros) no Parque do Fontelo, que falava na recuperação das fontes, das ruínas da capela, da catalogação das espécies arbóreas, nada está feito. Só posso lamentar e reclamar que o projeto seja executado e que no imediato sejam devolvidos ao Parque os aparelhos retirados, beneficiado o Circuito de Manutenção e que ali sejam igualmente instalados outros equipamentos inclusivos. Sem esquecer a disponibilização do Desfibrilhador, para eventual socorro vital, em caso de acidente cardíaco dos desportistas e frequentadores.-----

Outros locais existem na cidade a merecer cuidados com as árvores e jardins. Refiro como exemplo o Bairro de Santa Eulália e o Bairro da Caixa onde dezenas de árvores estão secas há vários anos.-----

O Governo fez bem abrir às autarquias a possibilidade de se candidatarem a fundos europeus para recuperarem escolas por todo o país. Mas tarda em demasia a intervenção nas escolas Viriato e Grão Vasco.-----

Sobre os orçamentos participativos já aqui falei noutras ocasiões. Mantém-se a tendência para valorizar a quantidade em vez da qualidade: “o maior orçamento participativo jovem escolar do país”. Indesmentível, indesmentível é termos o maior orçamento municipal do País em propaganda e mistificação.-----

Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Sofia Mesquita.-----

----- **QUARENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA SOFIA DANIELA PEREIRA MESQUITA (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu e o Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Caros Deputados, Senhores Presidentes de Junta e restante Público Presente.- Viseu é cada vez mais um concelho atrativo quer em termos de turismo como, também, na fixação de famílias e jovens. É preciso fazer política a pensar nas pessoas de forma a se poder adaptar a nossa atuação às suas necessidades. Tem de se pensar nas crianças, nos jovens, nos idosos, nos estudantes e nas pessoas que já estão no mercado de trabalho. Pois, só assim é possível criarmos uma sociedade sustentável e atrativa à fixação de pessoas.-----

O progressivo desenvolvimento turístico, cultural, social e económico é visível. E isso, também se deve à crescente implementação e dinamização de políticas de juventude. A aposta nos jovens do nosso concelho tem sido uma constante ao longo do mandato deste executivo que demonstra um modelo de governação dinâmico, garantindo uma política de proximidade que incentiva a participação cívica dos jovens do concelho.-----

Iniciativas como o Orçamento Participativo Jovem promovem a aproximação dos jovens à autarquia, consolidando a participação democrática e o seu envolvimento na causa pública. Na 3ª edição do Orçamento Participativo a autarquia voltou-se para os jovens, o que permitiu incentivar o diálogo e interação, assim como contribuir para a educação cívica e adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos jovens, aumentando a transparência da sua atividade.-----

Os jovens não olham para a política com indiferença. Eles têm um espírito crítico da sociedade que os envolve e estão atentos àquilo que os rodeia. Desta forma, é fundamental criar oportunidades para que eles possam partilhar a sua opinião e dar os seus contributos, e é isso que tem vindo a ser feito por este executivo, dar espaço aos jovens para que a nossa voz seja ouvida e acima de tudo valorizada.-----

Igualmente, e no âmbito do “Viseu Terceiro” o fomento da criação e a promoção de uma programação cultural de qualidade e diversificada, proporciona um desenvolvimento local e regional, ao mesmo tempo que contribui para um aumento da qualidade de vida da população. Como foi referido são múltiplos os projetos consolidados de aposta anual que

atraem turistas ao nosso concelho, assim como os projetos emergentes. A cultura é a identidade de uma população e Viseu tem todo o potencial para vir a competir com outras cidades e ser o maior centro cultural da nossa região, apostando num portefólio de atividades e um cartaz de iniciativas culturais para o concelho, nas mais diversas áreas artísticas. Também estas medidas de dinamização cultural contribuem para que Viseu seja mais atrativa para as gerações mais novas e jovens famílias.-----

No que respeita ao desporto esta é uma área que proporciona, também aos jovens, não só uma forma de se conhecerem a si próprios, as suas capacidades, potencialidades, o seu espírito de perseverança e também limitações, e simultaneamente uma forma de construção de um espírito de equipa e saber trabalhar em prol de um objetivo comum. Assim, a aposta que tem vindo a ser feita nesta temática é fundamental para a potencialização e dinamização do concelho, tendo-se traduzido já num número emergente de desportistas federados.-----

A aproximação às novas gerações é também constatada através da grande dinamização das redes sociais e forte aposta nas plataformas digitais. Estas medidas culminam numa efetiva aproximação à população, facilitando o diálogo e promovendo uma maior envolvimento dos munícipes e consequente incremento da participação cívica.-----

Mais uma vez, é explícito que este é um executivo consciente que pensa no que é importante e essencial para tornar o nosso concelho mais modernizado e de interesse e foco nacional. Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **QUARENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. O Bloco de Esquerda na Conferência Nacional Autárquica que se realizou no passado fim-de-semana viu aprovado o documento onde se pode ler a certa altura, o BE tem escrita a descentralização nos seus genes políticos, no entanto não é possível escamotar a realidade. Cerca de 70% dos municípios portugueses têm menos e 30 mil habitantes, a escala recursos e meios são insuficientes para novas competências municipais nas áreas de educação, saúde e na segurança social e devem estar a um nível supramunicipal. A entrega dessas funções a privados é nova oportunidade que espreita. A descentralização para municípios e freguesias é possível e desejável mas de acordo com os recursos disponíveis nomeadamente financeiros. A solução para a descentralização é a regionalização com órgãos eleitos diretamente pelas populações. Isto é só para esclarecer o Senhor Presidente a propósito daquilo que disse há pouco, que a nossa coordenadora que não quer descentralizar ou entregar competências aos municípios, é uma questão de escala, eu diria mais, é uma questão de escala e uma questão de escola, porque há de facto uma escola de décadas de maiorias absolutas de municípios como o de Viseu que praticam uma gestão discriminatória e preconceituosa, e refiro-me por exemplo ao negociar com o SINTAP da UGT, preterindo e em vez de negociar também com STAL da CGTP que se viu discriminado, ou por exemplo a ter... há pouco disse que não discriminava religiões, mas tem um crucifixo no Salão Nobre da Câmara e não tem um Crescente por exemplo, quando há uma comunidade islâmica em Viseu, que até têm uma Mesquita ou o Templo Dourado dos Sikhs, há uma forte comunidade Sikh em Viseu e também lá podia ter uma fotografia com o Templo Dourado, portanto, eu devo confessar-lhe até Senhor Presidente, quando foi a Tomada de Posse eu pensei para com os meus botões, se eu continuasse católico praticante como era até à pré adolescência eu não conseguiria resistir e ajoelhar-me e a fazer o sinal da cruz perante o crucifixo, pronto. Portanto, e há outra discriminação ideológica e política quando por exemplo não reconhece a FRAP, a Federação Regional de Associações de Pais de Viseu como interlocutor e parceiro por exemplo no Viseu Educa, porque se reconhecesse a FRAP como parceira, o Senhor Presidente saberia, teria conhecimento das críticas que têm chegado ao Bloco de Esquerda relativamente à comida

nalgunas escolas que continua uma vergonha, comida que é fornecida por cantinas, portanto, contratadas pela câmara. Sopa azeda na Grão Vasco ao ponto de alguns alunos vomitarem, pudins estragados nas Escolas de Santiago e da Ribeira, uma perna de frango que parecia de codorniz, que aquilo ou é raquítica ou deve ser se calhar feito na china, e portanto, há de facto essa dificuldade, há essa dificuldade. Por outro lado, há problemas como, requalificar os bairros, acho muito bem, por exemplo o Bairro de Santo Estevão era um que estava a precisar, ontem passei lá, no parque infantil, não percebi, havia lá uns rapazotes a jogar à bola, rapazotes que foram de carro, portanto, já tinham idade para conduzir, a jogar à bola no parque infantil que está fechado, depois descobri porquê, porque tem um degrau do escorrega partido, mas a verdade é que os miúdos acabam por saltar e vão para lá, não sei porque é que aquilo não se compõe, qualquer marceneiro compõe aquilo. No Bairro da Pomba, o parque infantil está completamente encharcado, mas está aberto, portanto, os miúdos até podem aterrar ali. Também não sei porque é que está há tanto tempo, estiveram uns dias de sol os miúdos podiam ter aproveitado para ir para lá brincar, e não se esqueça já agora Senhor Presidente também dos Bairros Municipais, porque por exemplo, no Bairro da Cadeia aquele bloco novo já tem queixas desde estores estragados, torneiras estragadas, humidade, mas a humidade não é exclusiva daquele bairro, por exemplo no Bairro da Pomba, eu já pude verificar, já vem de há muito tempo, são bairros para pobres, construídos com materiais de má qualidade, mas no Bairro da Pomba por exemplo há lá uma família que também tem problemas, tacos podres, quartos cheios de humidade, de água, etc., mas há várias, uma senhora com o complemento solidário para idosos, 308 euros, o marido tem uma reforma de 360 euros e tem um filho desempregado, há uns anos pagava 20 euros, passou para 40 euros à 3 ou 4 anos, 86 euros há 2 anos, 169,85 em 2016 e agora em março de 2017 vai pagar 204 euros, eu pergunto se isto são rendas sociais? Quer dizer, 204 euros é o valor de mercado, portanto, não há favor nenhum aqui. Depois, já que 2017 vai ser o ano oficial para visitar Viseu, eu já apresentei a Recomendação, mas acho que, como também não tive oportunidade de a ler, a cidade de Viseu, apesar do aumento considerável da população, de facto tem assistido ao encerramento de muitas casas de banho públicas ao dispor dos moradores e visitantes, nomeadamente, junto à sede da PSP, no Largo de Santa Cristina, na Travessa da Misericórdia, no Jardim da Ribeira e no Jardim de Santo António, no Jardim de Santo António eu não percebo, eu sei que vai requalificar o jardim, mas aquilo já está há anos com aquele WC fechado, e há anos que os alunos e os professores da Escola Emídio Navarro veem alguns utentes do jardim a irem urinar atrás dos buchos porque não têm alternativa...-----

Um Senhor Deputado intervém do seu lugar não se percebendo na gravação o que foi dito----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo: Pois são porcos, são porcos porque são incontinentes, podem ter problemas de saúde;-----

Pois é, é que a profusão de cafés pelas ruas da cidade não serve de alternativa, uma vez que as instalações sanitárias são para uso dos clientes, e nem todos os viseenses, em particular os mais carenciados e idosos e os mais jovens já agora, que não têm emprego, têm condições económicas para consumirem só para usufruir do WC, até porque, naturalmente se poderão sentir constrangidos ao usar as instalações sem consumir, tanto mais que em muitos estabelecimentos é preciso pedir a chave ao balcão não é?-----

As duas modernas e amplas instalações sanitárias que a Câmara e a Viseu Marca construíram na última edição da Feira de S. Mateus, no terreiro em frente ao Pavilhão Multiusos, a uma centena de metros uma da outra, estão encerradas desde a realização do Feira embora todas as noites fique com a luz acesa sem qualquer utilidade, mas também estão mesmo ali as casa de banho do Fórum, enfim, só servem mesmo para a Feira;-----

A qualidade de vida numa cidade também depende das respostas municipais a necessidades básicas, como é a satisfação das necessidades fisiológicas mais elementares,



em particular para todos os que, como os mais idosos, se confrontam com doenças da próstata, (os senhores estavam-se a rir mas ela existe) a hipertensão arterial ou incontinência urinária, os senhores riem-se, mas reparem, há um estudo clínico que aponta para que 50% dos idosos com mais de 80 anos são incontinentes, (você lá chegarão, espero que sim) o que lhes pode provocar estados depressivos) é uma doença grave;-----

Só para dar dois exemplos:-----

Paris, que é uma das cidades mais turísticas da Europa, há 20 anos quando eu lá fui, não sei se já disse isto aqui, as casa de banho eram pagas, agora, o Município de Paris distribuiu profusamente pelas ruas os WC públicos gratuitos, chamados “Les Sanisettes”, com design moderno e funcional, dotados de sistema de lavagem automático e que funcionam com energia renovável, (tem seleção de fluxo) e estão gratuitamente ao serviço. Mas também a Cidade do Porto, que o Senhor Presidente aposta como chamativo, aposta para atrair turistas para Viseu, que foi considerado o melhor destino turístico deste ano também, a Cidade do Porto publica no portal oficial do Turismo do Porto ([visitporto.travel](http://visitporto.travel)), a lista completa dos WC públicos com a respetiva localização. Isto pode parecer despidendo mas é importante.-----

Por outro lado, Viseu, quer atrair turistas mas Viseu não tem um equipamento que é fundamental para atrair turistas, repare que o parque de autocaravanas... ainda há dias um cunhado meu ficou admirado, passámos lá e disse, é pá mas isto está cheio de autocaravanas, está porque existe o parque, está nos roteiros e eles vão, não temos um Parque de Campismo, foi um erro do anterior executivo não municipalizar o Parque de Campismo, entregou-o aos Escoteiros, até poder ser bonito, eles brincam e tal, fazem lá acampamentos, tudo bem, mas não temos de facto um Parque de Campismo, numa cidade de passagem como é Viseu em que as pessoas vêm de passagem, se tiverem aqui um Parque de Campismo agradável no centro da cidade, ainda por cima numa mata como é a do Fontelo, como dizia o Biólogo Jorge Paiva, é único em Portugal, é um dos raros exemplos de diversidade botânica em Portugal, um parque de Campismo naquela mata seria um fator de atratividade.-----

A sinalética que foi colocada também pelo anterior executivo para os turistas pedonais, é uma vergonha, porque aquilo é giratório, basta passar um miúdo e mandar uma pancada e vai para ao Rio Pavia em vez de ir à Catedral.-----

Já agora, um último ponto, mas depois deixarei isto para uma próxima oportunidade que é que é de facto a Cava que continua... parece que há aqui uma “islâmofobia” mais uma vez relativamente à Cava, eu ouvi um guia ainda ontem a falar no D. Ramiro que quis fazer a “cidade áulica” na Cava, eu acho uma teoria... mas a verdade é que quem defende esta teoria nunca publicou nada e agora, há uma teoria da Helena Catarino e do Vasco Gil Mantas que diz que de facto que a Cava é um exemplar dos “amsar”, que é a cidade acampamento utilizada pelos árabes no próximo oriente há um em Samarra no Iraque e portanto, seria um fator de atratividade turística a assunção da Cava de Viriato, eu sei que isto é polémico mas a verdade é que há já uma teoria que está comprovada e está defendida, e a outra é assim uma coisa isotérica que se diz de vez nos *power points*, mas não se escreve nada sobre isso, portanto, não há qualquer documento científico a fundamentar...-----

- O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo: Senhor Deputado, já vai em 11 minutos.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues termina a sua intervenção dizendo: ... pronto. Muito bem, era importante ter isto em conta, nós temos de facto ali uma das joias da coroa, temos o maior monumento muçulmano da europa e não tiramos partido disso, e dizemos que aquilo pode ser tudo e mais alguma coisa e...-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

**----- QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Público e Comunicação Social. Tenho uma breve apreciação à comunicação que nos foi entregue por parte do Senhor Presidente da Câmara, a comunicação escrita da atividade municipal, antes disso porém queria, e também no âmbito da atividade municipal queria registar com agrado que hoje já se começaram a ver aqui anúncios de obras que estão a desencadear-se nas freguesias, outras que estão no prelo e portanto, parece-me que efetivamente desencadeou-se pelo menos uma comunicação de obras que até aqui não tinham sido comunicadas e ainda bem porque é alguma coisa de concreto que vai acontecer nas freguesias, e estou a referir-me concretamente às freguesias para lá daquilo que é urbano, freguesias urbanas ou periurbanas, estou-me a referir às outras porque essas é que me preocupa porque todas as demais são de alguma forma privilegiadas, perdoem-me as que estão incluídas nestas as que eu chamo privilegiadas, mas é assim que eu penso é assim que eu vejo o nosso concelho e as nossas freguesias, e passo a enumerar aqui algumas coisas que é a minha apreciação da comunicação que nos fez e que também se refere efetivamente às freguesias ditas rurais, ou pelo menos não urbanas nem periurbanas. Também quero dizer aqui que não estou aqui na qualidade de defensor dessas freguesias como já algumas vezes tenho sido acusado, não sou de facto isso nem quero ser isso, sou é uma pessoa atenta e que constata alguns factos, e da comunicação do Senhor Presidente da Câmara ressaltam-me aqui alguns pormenores. Logo no ponto nº1 quando se refere ao destino turístico de excelência com que pretende valorizar o património material e imaterial, o mundo rural e natural e a organização de uma agenda relevante de eventos culturais, etc., etc., depois a gente percorre todo o texto e o mundo rural e as freguesias rurais, são pouco citadas e pouco contempladas por tudo aquilo que aqui vem, por exemplo, no âmbito do “Ano Oficial para Visitar Viseu” é enumerada aqui uma iniciativa onde refere que mais de 250 viseenses aderiram ao programa de formação, eu perguntava quantos desses 250 cidadãos são residentes nos meios rurais ou nas freguesias rurais deste concelho, e portanto, qualificados nessas ações de formação para envolverem tudo aquilo que não é cidade nesta atividade? Passava a um outro pormenor que é... depois também se refere ainda no mesmo âmbito, refere que no âmbito de um concurso público realizado a Câmara Municipal aprovou 16 projetos culturais independentes, a regularidade e a dimensão deste apoio distinguem o Município e constituem sementes renovadas na criação e promoção cultural do concelho, e eu mais uma vez pergunto, destes 16 projetos que foram aprovados, retirando aqui, ou excecionando aqui os concertos musicais que pela altura do natal mais ou menos com que são contempladas todas as freguesias, gostava de saber, destes projetos o quê e quantos é que são para as freguesias não urbanas? Depois também, um outro assunto daqueles que me ressaltaram, refere-se ao plano municipal “Eu gosto do meu Bairro” eu acho que é uma iniciativa que eu tenho que dizer que me agrada pessoalmente, deixava aqui as seguintes questões: Pensa estender este programa às freguesias não urbanas e periurbanas? Quando e como? Eu sei que não. Eu sei que não Senhora Vereadora, mas é o meu sentimento. Depois queria para acabar e porque também não me passa despercebido aquilo que eu entendo que é bom, quero deixar aqui o meu elogio a duas iniciativas desta câmara que me parece que merecem sê-lo, uma já me referi que são os concertos musicais das freguesias outra a Atividade Sénior que eu acho uma boa iniciativa reforçada este ano e espero que continue a ser reforçada, porque de facto é uma iniciativa que beneficia muita gente que de outra forma não teria oportunidade dela disfrutar, é este o pensamento que eu tenho volto a frisar na apreciação que faço daquilo com que não são contempladas as freguesias não urbanas comparativamente com estas. Muito obrigado.-----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há

mais alguma intervenção? Não havendo mais nenhuma intervenção iria dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Queria de novo voltar a cumprimentar todas as Senhoras e os Senhores Deputados, começava até pelo Senhor Deputado Carlos Vieira e dizer-lhe que com jeitinho, se não fossem os seus antecedentes ainda o via a fazer campanha ao meu lado nas próximas eleições não é? Com reparos e com os elogios que tem feito ao longo destes três anos e quatro meses diria que estava quase convencido, mas eu também não vou tentar convencê-lo, prefiro que continue a fazer o seu percurso coerente como tem feito até aqui, e dizer-lhe se o seu partido não defende a descentralização, é porque também não tem câmaras não é? Como não tem autarquias não tem tanto a noção da necessidade de haver uma descentralização efetiva para que os cidadãos possam ser melhor servidos. Agora indo às questões que me foram colocadas... ai, e já agora dizer-lhe também que enquanto eu for Presidente da Câmara o crucifixo estará no Salão Nobre porque entendo que estou desta maneira a espelhar aquilo que é a vontade da esmagadora maioria do concelho que sirvo, mas por outro lado também não deixarei, como estou neste momento a fazer, licenciar uma Mesquita para Viseu, está lá um pedido entrado, houve uma reunião prévia e obviamente que o farei, nós temos uma perspetiva ecuménica das coisas e portanto, temos uma lógica de liberdade absoluta, agora também temos uma lógica de respeito pelos valores da religião que nos elege, portanto, o crucifixo está lá e enquanto eu for Presidente da Câmara estará lá, no fim quando eu deixar de ser Presidente da Câmara quem vier que o tire, eu seguramente que não o farei, porque acho que estou a respeitar aquilo que é o sentido das populações que sirvo nesta função, e já agora também dizer-lhe, que em relação à questão das Associações de Pais, nós privilegiamos o contacto com as Associações de Pais de cada uma das escolas, e até nem é verdade que nós façamos qualquer discriminação negativa em relação à FRAP, ela faz parte do nosso Conselho Municipal de Educação, mais do que isto era impossível Senhor Deputado, portanto acho que errou aí algumas das suas pontarias. Em relação às casas de banho, enfim, só estou há 3 anos e 4 meses em funções, lá chegaremos, muitas já se fizeram e outras se farão porque acho também que a qualidade do município se afere em questões como a acessibilidade através do *wi-fi* e mede-se também por esses parâmetros, nós no Jardim de Santo António vamos ter uns sanitários, já construímos um na Feira Semanal, e noutros locais também temos estado a suprir essas falhas aos bocadinhos.-----

Indo ao início, eu gostava de dizer ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, como sabe já agora, para que seja público, o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho é o Presidente da Assembleia Geral do CAEV e foi nessa qualidade que esteve ali presumo eu. Eu gostava de ter estado na Assembleia Geral do CAEV onde este assunto foi discutido para eu exatamente o discutir nos mesmos termos, pena que a Lei me impeça de o fazer, porque de facto a Lei, sendo eu Presidente da Câmara não permite que eu intervenha nas múltiplas associações de que sou sócio, e tenho muito orgulho de ser sócio do CAEV, e o facto de ser sócio do CAEV, ainda me dá mais autoridade moral para todo este percurso que foi feito e para continuar a estar completamente de acordo com o percurso que fizemos até agora. Eu gostava só de relembrar o Senhor Deputado do seguinte: No dia 8 de novembro o Senhor Ministro da Cultura esteve em Viseu, e tinha sido público há poucos dias a saída do Paulo Ribeiro, e é questionado sobre o assunto, e ele diz assim: O teatro é municipal a Câmara é soberana na decisão do nome, é natural que o Senhor Presidente da Câmara converse comigo porque temos uma relação muito boa institucional e pessoal, isto foi dito pelo Senhor Ministro Luís Castro Mendes. A 9 de novembro esclareci que faria essa escolha na base de um diálogo com o Ministério da Cultura e que ouviria também o Diretor cessante Paulo Ribeiro conforme o fiz. Depois defendi publicamente que o Teatro Viriato no patamar em que estava guindado, e é uma estrutura, convém que se saiba, o Município para além dos 300 mil euros anuais de contrapartida que dá para este Teatro

ainda investe cerca de 100 mil euros mais na manutenção do espaço, portanto, este é um investimento do ponto de vista cultural, tem 400 mil euros de investimento da autarquia e tem 300 mil euros de investimento da parte da administração central, portanto, só nestas duas entidades estamos a falar de um investimento de 700 mil euros para a programação regular do CAEV e felizmente também, uma programação que vai para além do CAEV, ainda ontem e não os vi lá, tivemos cá a Orquestra Filarmónica de Portugal que uma das suas primeiras *tournées* veio a Viseu também fazer o seu concerto, e portanto, o Teatro Viriato enquanto estrutura, o Teatro Viriato, Teatro Municipal é de facto de numa importância crucial até porque não temos outra infraestrutura como aquela, o Teatro Viriato enquanto espaço de acolhimento do CAEV tem de facto um percurso notável que fez ao longo destes anos e por isso de facto merecia uma atenção diferente daquela que merece. Eu na altura defendi que devíamos continuar a ter um Diretor de 1ª divisão como era o Paulo Ribeiro. O Paulo Ribeiro de facto para além da sua valia enquanto produtor, tem também a sua valia enquanto figura nacional, acrescenta valor ao Teatro Viriato, acrescenta o seu nome ao todo o percurso de grande valia que o Teatro tem do qual eu me orgulho, porque repare, eu não apoio o Teatro só de agora como Presidente da Câmara, apoiei-o enquanto Presidente da Associação Industrial, quando os primeiros mecenas começaram a apoiá-lo, e apoiei-o enquanto sócio que sou do CAEV, eu tenho muito orgulho desse percurso, e sou a pessoa mais à vontade para falar de uma estrutura da qual faço parte, porque efetivamente continuo a ser sócio com quotas em dia, senão procure lá ao tesoureiro se não tenho as quotas em dia e portanto, eu na altura, o que disse é que havia um Diretor de 1ª divisão e que não poderíamos substituir o Paulo Ribeiro por uma escolha de segunda linha, e depois a 29 de novembro, fui a Lisboa reunir com o Senhor Ministro da Cultura, com o Senhor Secretário de Estado da Cultura, e também estava o Senhor Chefe de Gabinete do Ministro da Cultura onde acordámos por sinal uma visão comum sobre o assunto, da renovação do projeto do Teatro Viriato, falámos sobre o perfil do novo Diretor e inclusivamente avancei com um nome ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado que no dia seguinte, ou nesse mesmo dia, ligaram a essa pessoa dando-lhe o conforto porque achavam que era uma excelente escolha, isto estou-lhe a falar de factos concretos. No início de dezembro e até esse momento nunca tinha falado com a pessoa que estava em causa, no início de dezembro reuni com a artista em causa e convidei-a a aceitar o desafio, desafio que aceitou, incluindo os termos financeiros que não são muito atrativos e disponibilizando-se a desenvolver um projeto em diálogo com o CAEV. Antes mesmo dessa reunião, a artista recebeu da parte do Ministério da Cultura o tal telefonema de conforto e falei depois com o CAEV, falando exatamente desta situação e convidando-se a reunirem com a pessoa para encontrarem uma ponte de entendimento. Onde é que as coisas não correram bem? Foi exatamente no CAEV, porque a atitude não foi de receber uma sugestão de alguém que viesse de fora ajudar o projeto, foi pura e simplesmente afastar a pessoa, isto é, foi através da prática subtrair-lhe funções, autonomias, no fundo, esperar que uma pessoa desta envergadura pudesse ser um Diretor Artístico só de fachada, obviamente que a pessoa não podia aceitar, e portanto, quando chegámos ao final, nem foi o nome que o Paulo Ribeiro tinha induzido, e sabe disso, nem chegou a ser o nome que foi induzido por mim e pelo Ministério da Cultura, diga-se de passagem que foi conjunta a indicação, e acabou por ficar a Paula Garcia contra quem eu não tenho nada, absolutamente nada, acho a Paula Garcia uma pessoa excelente, acho que tem feito muito bem o papel de nº 2 do teatro Viriato, porque no fundo ela foi sempre também programadora, ela é sobretudo uma programadora, agora, temos que reconhecer que a Dra. Paula Garcia independentemente da mais-valia que tem, não tem uma dimensão nacional e portanto, acho que faria falta ao Teatro Viriato uma figura com dimensão nacional e portanto, não está aqui em causa, pôr em causa a prata da casa, nada disso Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, portanto, foi com estes factos que tudo se passou, e já agora deixe-me que lhe diga Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, eu não

amuo, mas já os tenho visto aqui amuados nesta Assembleia Municipal não é? E também não me crispo, mas também já os tenho visto aqui a crispar não é? Portanto, ó Senhor Deputado aí o senhor pede-me meças nesse tipo de comportamentos. Nunca ninguém me viu amuado nesta Assembleia Municipal e nós já vimos algumas pessoas a amuarem nesta Assembleia Municipal, agora, também não deixo de achar estranho, nunca vi ninguém aqui ninguém nesta Assembleia, é o último reparo que eu faço, nunca vi ninguém, à exceção da legitimidade dos Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Presidentes de Junta têm toda a legitimidade e são uma voz muito sonante, aliás, há bocado quando estava a ouvir o Senhor Deputado Alberto Ascensão, sabe o que é que me ocorreu, é que nós temos 25 vozes muito sonoras nesta Assembleia Municipal, e essas 25 vozes sonoras são as 25 vozes dos nossos Presidentes de Junta que não se representam só a eles, representam todas as suas equipas e todas as pessoas das freguesias, e quando o Senhor vem aqui dizer que agora é que foram anunciadas umas obras, é mesmo sinónimo que o Senhor tem andado a ver passar ao comboios e que não sabe o que se está a passar pelas freguesias, fale com cada um dos 25 Senhores Presidentes de Junta e alguns até são eleitos pelo seu partido e pergunte-lhes o trabalho conjunto que temos feito ao longo destes 3 anos e o senhor aí talvez fique com consciência, olhe, fazer oposição não é dizer mal sistematicamente, fazer oposição também é reconhecer, então como é que justifica, então eu desbaratei os 43 milhões de euros de investimento que foram feitos nas freguesias até agora, foi dinheiro que eu desbaratei, e os 36 milhões em saneamento e águas também foi desbaratado? Onde é que está esse dinheiro? Então, abra lá um inquérito para saber onde é que eu investi esse dinheiro. Se ele saiu dos cofres para esse objetivo, o senhor abra um inquérito para perguntar onde é que o Presidente da Câmara andou a gastar 70 e tal milhões de euros ao longo destes 3 anos. Então, se a obra não está feita, então eu devo ter gasto o dinheiro em algum lado e ando aqui a dizer que gastei esse dinheiro nas freguesias, e os Senhores Presidentes de Junta sabem bem onde é que ele foi investido, não é gastar, é investir. Portanto, o Senhor Deputado Alberto Ascensão arma-se muitas vezes nessa figura do “justiceiro”, vá primeiro ao terreno, olhe, o meu Vereador das Freguesias está disponível para lhe fazer um roteiro guiado, até lhe dou esse privilégio, o Senhor Vereador, apesar da ocupação em excesso que tem vai fazer consigo um roteiro guiado...--

- O Senhor Deputado Alberto Gonçalves da Ascensão intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:... não, é para ver se o Senhor “Vereador” (não sei se não será futuramente candidato) o Senhor Deputado, ficava bem numa lista como Vereador das Finanças ou das Freguesias do ponto de vista do PS, olhe, é uma sugestão que fica aí para a sua colega do lado e portanto, o senhor pode fazer uma visita guiada para poder ir por aí fora....-----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva pede à Mesa para intervir.----

- O Senhor Presidente da Mesa responde: Depois vamos ouvi-la, vai ter a palavra está bem?-----

- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: Indo agora às outras intervenções... ó Senhores Deputados não têm que se sentir incomodados, o Presidente da Câmara tem o direito de dizer aquilo que pensa não tem?-----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva manifesta-se do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- O Senhor Presidente da Câmara retoma novamente a sua intervenção dizendo:... desde que o faça la legitimidade democrática que tem e no respeito por cada um dos Grupos Municipais aqui localizados e pelo respeito da individualidade de cada um dos eleitos, o Presidente da Câmara tem tanto direito a dizer as coisas como os senhores, e portanto, se os senhores vêm ali e dizem o que vos apetece, também têm que ouvir aquilo que o Presidente da Câmara tem para dizer porque é assim a democracia, o contraditório é



exatamente assim, o contraditório é assim, é ouvir, saber falar e ouvir, falar e ouvir, é as duas coisas está bem?-----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva manifesta-se mais uma vez do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo está bem?-----

- O Senhor Presidente da Câmara retoma novamente a sua intervenção dizendo: Senhora Deputada Cristina Fonseca, quero-lhe agradecer a sua intervenção, aliás, eu estava a ouvir a sua intervenção e sei que é uma pessoa de bom trato e de fino gosto e inteligente, e uma pessoa que estuda bem os *dossiers*, e senti-me perfeitamente identificado com a sua intervenção, reflete exatamente aquilo que tem sido o nosso programa no terreno no domínio da Atividade Sénior, e dizer-lhe que não o temos feito sozinhos, repare, os 25 Presidentes de Junta estão envolvidos nesta atividade, há mais de 80 instituições que estão envolvidas, e mais de 100 IPSS envolvidas neste programa, no próprio CLAS há uma secção específica onde só se trata destas questões, obviamente que a Senhora Deputada falou em dados distritais, felizmente que os nossos dados não são tão maus quanto isso, nós temos identificados cerca de 300 idosos que vivem numa situação de isolamento mas estão claramente identificados e temos tido aqui também para além da participação das nossas diferentes IPSS e da Polícia que nos tem ajudado muito, quer a PSP quer a GNR, quer a própria Polícia Municipal que em muitas circunstâncias têm atuado no terreno e portanto, quero-lhe dizer que não podia estar mais de acordo e efetivamente que a política que nós estamos a desenvolver nunca está concluída porque há sempre coisas novas, e quero realçar aqui o papel que tem tido a Escola Superior de Educação e a Escola Superior de Saúde, têm sido dois parceiros cruciais nesta matéria, porque deixámos de fazer as coisas numa base empírica para passar a fazer as coisas numa base científica não é? Porque às vezes o voluntarismo é inimigo daquilo que se deve fazer, e já agora dizer-lhe que os nossos Séniores não fazem só ginástica, muito longe disso, têm a atividade de ginástica, têm hidroginástica, mas também têm por exemplo aulas de literacia, têm várias ocupações ao longo do ano em diferentes dimensões, visitam os nossos Museus, temos grupos do nosso concelho que atuam para os nossos Séniores, têm os seus convívios, têm toda essa componente que acabou por referir e obviamente que nós os ouvimos, sabe que há um inquérito na Atividade Sénior? Da mesma maneira que fazemos uma análise do comportamento da saúde de cada um dos nossos Séniores, também fazemos um inquérito de satisfação, em que eles avaliam os monitores, avaliam qualidade das aulas, tudo isso é feito anualmente e tratado por uma entidade externa, neste caso concreto a Escola Superior de Educação, isto para lhe dizer que nós temos assumido, e digo-lhe com orgulho, é dos programas que é elogiado a nível nacional, tenho vários colegas que pedem para vir cá e para lhes fornecermos informação sobre o programa que temos desenvolvido na Atividade Sénior, obviamente que há sempre espaço para melhoria e temos feito muitos fóruns para discutirmos isso, já agora, convido-a para participar no 2º Congresso do Envelhecimento Ativo que vai decorrer no dia 10 de março, e já agora gostava de a ver nas outras ações que temos feito, porque ia lá dar o seu contributo como pessoa conhecedora do assunto e ajuda-nos a melhorar todos os dias, portanto, fica desde já, sem ironias, o convite para que efetivamente lhe seja feito, por outro lado, nas diferentes políticas nós temos sempre em linha de atenção, eu digo isto várias vezes e não é da boca para fora, nós olhamos para os vários segmentos da população, dar atenção especial aos nossos jovens que entram pela primeira vez na escola, aqueles que estão a desenvolver as suas capacidades, aos que depois entram na vida ativa, às pessoas que estão na vida ativa, o envelhecimento, olhamos para o envelhecimento na perspetiva de combater a solidão e manter a sua integração plena na sociedade, a lógica do voluntariado que tanto se tem desenvolvido no nosso concelho, onde nós também estamos envolvidos não é? Obviamente que estamos envolvidos sem nos substituírmos à sociedade, esse tem sido um princípio da

minha gestão, tem sido um princípio de estarmos com os outros, que eu já não gosto muito da lógica do trabalho em rede que isso já serve para tudo e mais alguma coisa, é trabalhar com os outros, é trabalhar com as instituições e sobretudo com aquelas que estão mais próximas das pessoas e quando desenhamos por exemplo, este programa Viseu Seguro que está neste momento a ser desenvolvido designadamente na circunvalação e nas escolas, estamos a pensar em dois públicos, estamos a pensar nos mais jovens e estamos a pensar nos mais idosos, estamos sempre a pensar. No concurso dos autocarros, portanto, o concurso para os transportes que neste momento já está a adjudicação feita, os requisitos dos autocarros têm lá as plataformas, enfim, a pensar exatamente nas pessoas, aliás, temos cá a Dra. Paula Teles que conhecem bem, foi a consultora que nos ajudou na vertente da mobilidade portanto, procurámos juntar a nós pessoas que nos vêm cá trazer até um certificado exatamente de um concelho acessível, isso é importante, é acessível para os idosos e também para as pessoas que andam com cadeiras de rodas, etc., mesmo algumas melhorias que nós fizemos na Feira de S. Mateus, foi a pensar nos idosos, foi a pensar nas senhoras e nos carrinhos de bebés, portanto, este é um concelho que se preocupa com estes vários segmentos, portanto, agradeço imenso a sua intervenção para lhe dizer que efetivamente estamos sempre disponíveis para melhorar, nunca tudo está feito, aliás, quando eu cheguei à Câmara havia muita coisa que estava por fazer, mas muito também estava feito, quando eu sair terei muito trabalho feito e haverá muito trabalho para os outros que vierem, nisto nunca nada está esgotado, até porque a vida é dinâmica e designadamente nestas vertentes, portanto, deixar-lhe aqui enfim, no fundo esta informação que reflete bem... desde os passes sociais, nós vamos ter passes sociais a pensar nos nossos seniores, nos novos autocarros, portanto, todas estas preocupações estão contidas na política que temos vindo a seguir par os nossos mais séniores.----- Depois a Filipa falou aqui sobre várias questões designadamente a vertente financeira, é exatamente uma área a que temos dado muita atenção, e por caso estranho nunca mais ouvi a oposição a vir falar sobre a situação financeira do município, é engraçado, nunca mais falou, nunca mais vi ninguém vir falar sobre educação, sobre cultura às vezes são umas coisinhas o que é bom sinal, quando a oposição não fala é porque também está de acordo, aliás, se nós olharmos para as deliberações do município, a esmagadora maioria das deliberações são tomadas por unanimidade, o que é bom, eu acho que no trabalho autárquico temos que despir a nossa camisola partidária, a minha camisola é Viseu, e todas as pessoas, eu disse no dia em que tomei posse que seria o Presidente da Câmara de todos os viseenses e eu tenho procurado sê-lo todos os dias e procurar não me desviar dessa lógica de o ser, isso implica que se nós não tivéssemos mantido uma boa situação financeira da nossa autarquia não podíamos agora estar na primeira linha já da aprovação de fundos comunitários, 30 milhões de euros já de apoios comunitários que temos aprovados, o que significa que estávamos atentos e fizemos o nosso trabalho de casa, pena temos que estes fundos comunitários não tivessem ficado disponibilizados há um ano atrás, até nos dava jeito, porque eram mais obras que estavam concluídas neste momento, e portanto, na tal perspetiva eleitoralista que eu não tenho, não tenho nada essa perspetiva, nem tenho a tal perspetiva de olhar para o umbigo como já hoje vi aqui, quer dizer, se eu fosse agora aqui a pôr o planeamento da autarquia a pensar no umbigo do meu mandato, então não estaria a trabalhar com 8 Presidentes de Câmara aqui à volta na construção da Barragem do Vouga, que já não serei eu a inaugurar seguramente, nem que faça os 3 mandatos, já não serei eu a inaugurar, agora, um Presidente da Câmara tem a obrigação de pensar sempre no curto, médio e longo prazo e pensar naquilo que é melhor para o seu concelho no futuro mesmo que não venha a inaugurar a obra e portanto, eu sei que se o Partido Comunista estivesse na gestão do município estaria sempre a olhar para o umbigo, mas não são todos os comunistas, olhe eu ainda tive um ex-comunista este fim-de-semana cá, do Concelho do Redondo, que está cá a promover, e já agora, faço-vos o convite, vale a pena irmos ao nosso Mercado Municipal e visitar a mostra da Festa das

Flores do Redondo, que se veio promover a Viseu, e se tem estado a promover pelo país, tive aí esse meu colega, antigo comunista, agora eleito como independente, se não estou em erro já à dois mandatos, e já agora convido-os a passar no Mercado 2 de Maio e verificarem o que lá está, mas sei que pelos vistos, que pela forma como pensam os comunistas da nossa terra, estariam sempre condicionados pelo limite do mandato o que significa que nunca se planeava a prazo, planeava-se sempre para o dia seguinte, mas isso nós também já sabemos, agora a verdade é que nós vamos fazendo o nosso percurso, a adesão das populações vai sendo cada vez maior e vamos atingindo os nossos objetivos, obviamente com a consciência que nem tudo está feito, também concordo que faz falta em Viseu um Parque de Campismo e Caravanismo, faz falta em Viseu um parque para auto tendas e para caravanas, estamos a trabalhar nisso, estamos a trabalhar nisso, designadamente não vai ser a Câmara a fazê-lo, mas vai ser seguramente uma entidade privada que vai concorrer e que se vai instalar, portanto, estamos a preparar um concurso público no sentido de instalar uma lacuna que Viseu tem, obviamente que tem, agora, não se constrói de um dia para o outro uma infraestrutura dessas, tem que se construir com pés e cabeça, definindo bem a sua localização e trabalhando, portanto, nem tudo está feito, aliás se tudo estivesse feito enfim, íamos embora e não nos recandidatávamos, se já tudo estivesse feito fazíamos as malinhas e íamos para casa que já não estávamos aqui a fazer nada, ora, se nos recandidatamos a um novo mandato é porque entendemos que já fizemos um percurso e que há um percurso para fazer, além disso, nós quando nos apresentámos, apresentámos um programa para 10 anos, foi assim que nos candidatámos, um programa para uma década se merecêssemos ou se tivéssemos a confiança dos viseenses. Já agora, aconselhar a Deputada Filomena Pires a ouvir a juventude, a ouvir a Sofia, e tem aquilo que é o espelho do que pensa a juventude, em contraste manifesto com a sua visão sempre negativa de tudo o que se faz em Viseu, a juventude olha para Viseu de uma forma positiva e olhe, eu tenho filhos em idade escolar com quem converso todos os dias, se há gente com quem eu convivo muito é com jovens, e ouço as interações deles e por aí fora e sinto-me muito confortável pela avaliação de que somos alvo por parte dos diferentes jovens deste concelho com quem eu tenho o privilégio de interagir todos os dias e faz-me muito bem ir por exemplo à Freguesia de Torredeita como noutro dia fui e ver dois jovens a virem-me dizer assim: Nós estamos a trabalhar na IBM. Fico feliz com isso, porque é sinónimo que o trabalho que temos vindo a fazer faz sentido, ao contrário de algumas pessoas que vêm aqui fazer um duplo discurso, é que há pessoas que quando as encontro no Instituto Politécnico fazem um discurso elogioso ao trabalho que a autarquia tem vindo a fazer, elogiam a IBM, elogiam a BizDirect, elogiam estas parcerias, depois chegam aqui perece que isto é um desastre, que nada foi feito. Ó Senhor Deputado Baila Antunes, eu não me canso de mostrar este gráfico, olhe, ele vale o que vale, mas isto era a situação que tínhamos quando chegámos ao Município em termos de desemprego, quase 6 mil desempregados, neste momento estamos aqui abaixo dos 4500, estes é que são os factos, são muitos? Claro que são, claro que são. Se calhar metade destes infelizmente nunca vão ter emprego, sabe porquê? Porque não têm qualificações necessárias para atingirem um posto de trabalho algum dia, e eu estou preocupado com eles, agora, o senhor vir aqui dizer que nada tem sido feito pela criação de emprego como diz sistematicamente, não é aquilo que eu ouço quando vou ao Politécnico, e se outras instituições e outros concelhos como Braga e Aveiro que apresentou como exemplos, têm um histórico de captação de investimento é porque também têm estabelecimentos de ensino muito fortes, eu ainda não vi o seu departamento a criar nenhuma dinâmica que traga investimento para Viseu, ainda não vi, porque repare, o senhor disse assim, vou fazer uma pergunta de retórica, e de facto o que o senhor fez foi retórica, foi um discurso de retórica, foi aquilo que o senhor fez aqui, de alguém que está no gabinete e não sabe o que se passa no terreno e que não sabe o que custa trazer para cá uma IBM, não sabe o que custa trazer para cá uma BizDirect, ou uma Compta, ou um Hospital da CUF e muitos outros que nós trouxemos, é

disso, é de quem não sabe que foi com este executivo que veio para cá o primeiro Parque Eólico, por acaso ainda não o inaugurámos por isso é que o senhor ainda não sabe, mas tinha obrigação de saber, também foi connosco que se criaram as condições para uma Central de Biomassa em Viseu que no fundo vai servir toda esta região do ponto de vista florestal, também não sabe porque está desatento, porque obviamente que chegar ali aquele parlatório e dizer mal de tudo e de todos é fácil, mas o povo julga isso, é por isso que vamos ter eleições, enfim, ainda bem que há eleições é bom, porque vai-nos permitir debater abertamente os caminhos que queremos seguir, nós lá apareceremos com a cara limpinha enfim, com costas levantadas, com um sentimento, é que temos dado todos os dias o melhor que temos para dar, todos os dias, nós executivo, a equipa toda da câmara, os trabalhadores, os nossos executivos nas Juntas de Freguesia, tenho que fazer aqui justiça aos nossos 25 executivos que têm trabalhado todos os dias de uma forma abnegada connosco, não regateamos esforços em nome da nossa terra, hoje estou nesta função porque o povo quis, porque o povo quis, e estarei enquanto o povo quiser e sempre com o mesmo espírito, espírito de missão, com a consciência de que não está tudo feito, tomara eu, eu bem sei as dificuldades que encontro todos os dias, felizmente que ainda encontro pessoas no seu setor que ajudam, eu tenho pessoas, não vou aqui falar em nomes, mas também tenho pessoas Socialistas que me têm ajudado no dia-a-dia, porque têm uma visão positiva da sociedade e que me ajudam às vezes até a abrir portas num ou noutro sítio, para conseguirmos captar investimento, da sua parte nunca vi uma porta aberta, e portanto, no dia em que abrir uma porta eu venho aqui à Assembleia Municipal e digo: O Senhor Deputado também me abriu uma porta e a minha recandidatura à Câmara é uma recandidatura aberta, conforme no passado tive pessoas da esquerda à direita comigo, desta vez também tenho o gosto de as ter, porque para além de uma candidatura do PSD, é uma candidatura aberta à sociedade, aliás, que reflete a forma como tenho governado o município, de uma forma aberta, arejada e ouvindo as pessoas, é dessa maneira que eu sei estar na vida, não é só de estar na câmara, foi sempre assim que eu estive na vida, sempre em todos os sítios por onde passei até hoje.-----

Por último Senhor Deputado Carlos Cunha o Ano Oficial para Visitar Viseu, já agora aproveito para lhe dizer o seguinte: É uma ação de marketing territorial, todos temos amor à nossa terra, todos os anos são oficiais para visitar Viseu, mas quem não perceber que isto é uma campanha de marketing territorial o que é que eu hei-de dizer, o que eu esperava é que hoje todas as pessoas que estão aqui nesta sala estivessem aqui a ombrear ao meu lado a dizer vamos lá promover Viseu como destino, como destino interno, como destino externo e não, perde-se aqui tempo a deitar areia para aquilo que os outros apreciam, é que é engraçado, é que aquilo que os senhores vêm aqui tentar deitar abaixo, são as mesmas situações que os nossos vizinhos e outros Presidentes de Câmara e outras pessoas por esse país fora apreciam, e apreciam de tal maneira que até nos convidaram para sermos a cidade convidada da BTL está a ver? É a diferença entre quem olha para as coisas de uma forma positiva ou quem olha para as coisas de uma forma negativa, e já agora em relação ao Fontelo, já me viu aqui afirmar, eu já o disse várias vezes publicamente que o Fontelo não é só a questão da requalificação pontual, o Fontelo precisa de uma grande obra de requalificação, aquilo que está neste momento feito pelos nossos serviços e equacionado custa 1 milhão e 200 mil euros é quanto custa a requalificação do Fontelo, começámos já com os azulejos, estamos agora a trabalhar nas fontes, temos estado a trabalhar em algumas espécies da própria Mata do Fontelo inclusivamente na sua classificação, porque não faz sentido que uma Mata com 500 anos não seja ela própria requalificada, por outro lado temos que fazer uma reconciliação que é estrutural, que é devolver ao Solar do Vinho do Dão a sua Mata, na sua origem, isto não está, vai ser uma parte que será feita e um projeto feito dentro da câmara, obviamente que, olhamos para os fundos comunitários e não há fundos comunitários para esta linha infelizmente mas temos que o fazer com meios próprios, e em vez de um ano vamos fazer como fizemos na Escola

da Ribeira, em 3 anos resolvemos os problemas, também iremos fazer em 4 anos aquilo que está previsto para o Fontelo, demos prioridade nesta primeira fase à reabilitação de algumas infraestruturas que eram absolutamente imprescindíveis e agora, vamos avançar em quatro fases com a requalificação do próprio Fontelo, aliás, não é novidade nenhuma porque eu já o tinha dito aqui e noutros lados.-----

Agora, o algodão das árvores como lhe chamou, nós temos neste momento uma equipa a trabalhar nisso inclusivamente com o envolvimento da Escola Superior Agrária de Viseu, agora não há nada a fazer, eu não vou deitar árvores já com anos abaixo, quer dizer, temos que ir vivendo com o que temos, estamos a ter outro tipo de cuidado com a escolha das árvores nestas novas que estamos a plantar, mas temos que ir fazendo isto de uma forma paulatina, se neste momento deitasse abaixo todas as árvores que estão na Avenida da Europa convenhamos que era capaz de ser crucificado no dia seguinte, que é onde está a grande parte das árvores com este problema, é exatamente na Avenida da Europa, vocês crucificavam-me no dia seguinte, eu próprio me auto crucificava porque achava uma enormidade fazer isto, agora, obviamente que as coisas têm que ser feitas. As críticas que fez aos Jardins Efémeros, tem que falar com a promotora, não é comigo, olhe, o júri apresentou-nos, e estão aqui os Senhores Vereadores da oposição que não me deixam mentir, o júri apresentou-nos um escalonamento das várias atividades, o executivo aprovou, agora, as datas têm que ser concertadas entre promotores a câmara não tem que se meter nisso, não é? Isso são os promotores que têm que se entender embora eu achando também que era de bom-tom que os Tons de Festa não coincidissem com os Jardins Efémeros, era de bom-tom, mas isso é uma questão entre promotores, nós não temos que nos meter nessas questões e esperemos que os vários promotores culturais tenham de facto uma boa relação uns com os outros, e pronto, era basicamente isto que eu tinha para dizer sobre as várias intervenções que aqui se fizeram, e enfim, mais uma vez agradecer todas as sugestões que nos são dadas, faltando só aqui realçar um aspeto que a Filipa Mendes me trouxe que faz sentido realçar, é de facto que para além de todo o trabalho que temos vindo a fazer a DGAL ainda agora nos dados mais recentes coloca o Município de Viseu a fazer pagamentos a 13 dias, portanto, a média de 13 dias é porque há pagamentos que são feitos no dia seguinte e portanto a média dá 13 dias é uma das médias melhores do país isso é um dado da situação financeira que acaba por se refletir em quê? Nas boas condições que temos nos concursos que abrimos, porque se nós pagamos bem obviamente que os nossos fornecedores também vêm com preços mais competitivos e portanto, referir também esta situação. Já agora por último, na questão da educação que foi aqui referida, o tal triângulo virtuoso Educação, Cultura e Desporto, não é por acaso que o Programa Viseu Educa acabou por ser a base do programa que a CIM desenvolve hoje nos 14 concelhos, porque se entendeu que era neste momento o programa mais elaborado que tínhamos em todo o território e o nosso papel também é esse enquanto Cidade Região temos que estar atentos a tudo o que se passa à nossa volta e também contribuir para todos os concelhos que estão aqui à nossa volta. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então passar ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O MUNICIPIO DE VISEU E VODAFONE PORTUGAL - COMUNICAÇÕES PESSOAIS S.A. - PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS.** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. É muito simples esta questão deste protocolo entre o Município de Viseu e a Vodafone, tem a ver com uma política ativa que nós desenvolvemos ao longo deste 3 anos, nós temos assimetrias no domínio das comunicações, ou melhor nas estradas, mas hoje ainda mais importante que estradas é o acesso à comunicação, designadamente o acesso às tecnologias móveis e o acesso à *internet*, e nós temos ainda buracos negros no nosso concelho como em todo o país, sítios onde efetivamente é complicado fixarmos por



exemplo um jovem agricultor em S. Pedro de France quando a pessoa que cada vez que tem que enviar um *mail* tem que andar ali à procura de um sítio onde tenha sinal, e portanto, o que é que nós fizemos? Primeiro, com o incumbente, o incumbente aqui é a PT, depois com outros, lançámos o desafio, ver quem é que estaria disponível para fazer a cobertura de territórios que temos sem cobertura, a Vodafone foi uma das que acedeu ao nosso desafio, neste caso concreto estamos a falar de S. Pedro de France que é a freguesia que vai ser beneficiada com esta antena nesta primeira fase, mas depois obviamente que estamos aqui com outros processos em curso com outras operadoras e designadamente com a Vodafone e aquilo que nós oferecemos como contrapartida foi exatamente a isenção de taxas para que estas infraestruturas pudessem ser colocadas, quando há municípios por esse país fora que até as antenas têm pago, porque efetivamente o importante é que as populações sejam servidas, como é que nós vamos combater a desertificação se não dermos aquilo que é o essencial? Portanto, aquilo que nós estamos aqui a fazer, é a trazer a esta Assembleia Municipal o pedido para que se conceda a isenção total das taxas em causa, cuja despesa fiscal, de acordo com as informações precedentes se estima ser de 477 euros e 24 cêntimos, portanto, é isto que está aqui no ponto dois.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Está aberta a discussão deste ponto. Há alguma intervenção? Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de S. Pedro de France.-----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE S. PEDRO DE FRANCE FERNANDO MARTINS MACHADO (PPD/PSD):** Muito boa tarde a todos. Antes de mais cumprimentar a Mesa na Pessoa do Senhor Presidente, a Senhora Secretária e o Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caros Colegas, Público e Comunicação Social. Eu não me vou alongar, venho efetivamente em nome da Junta de Freguesia de S. Pedro de France agradecer de facto que o Senhor Presidente tivesse trazido aqui a esta Assembleia esta proposta. De facto S. Pedro de France é uma freguesia que infelizmente, derivado à população diversa e ao grande relevo que tem, somos a única, penso que será a única freguesia do concelho que não tem as infraestruturas de uma antena de telecomunicações, neste momento tivemos de facto o apoio da Vodafone, temos neste momento outra operadora também a instalar, nesta primeira fase, é um projeto-piloto que vai começar de facto em S. Pedro de France, não vai passar pela construção de uma torre, as torres de 40 ou de 50 metros que habitualmente são colocadas, são emissores que são colocados, portanto, num suporte de betão que rondará os 12 metros de altura, neste momento temos dois emissores que estão garantidos, o projeto está feito, a Vodafone disponibilizou-se durante duas semanas a trazer técnicos que enfim, vistoriaram um pouco a freguesia e chegar a conclusão que efetivamente há determinados locais que são de maior interesse para a colocação, e é nesse sentido que eu venho aqui agradecer de facto que esta proposta naturalmente perdoem-me a imodéstia, que vai passar, mas naturalmente que o Povo de S. Pedro de France agradece porque de facto, isso também, na parte das telecomunicações também de facto, estamos aqui a dar uma mais-valia e de facto a contribuir para o bem-estar da população. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Iremos então proceder à votação.-----  
Quem vota contra a proposta? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade. (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 91/92).*-----

Iriamos então passar ao Ponto Três, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO ESTABELECIMENTO (AVIÁRIO) - ARMANDO MENDES LOUREIRO MARQUES - PROCESSO N.º 53/2016/66612.** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Muito rapidamente trata-se de dar mais um último passo para a regularização desta situação de acordo com a documentação que foi entregue às Senhoras e aos Senhores Deputados que é o reconhecimento de interesse público municipal do estabelecimento para que efetivamente se possa proceder à sua legalização.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há alguma questão a colocar neste âmbito? Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINQUENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Sobre esta matéria dizer que, de facto a proposta que estamos a discutir para o reconhecimento de interesse público municipal de um pequeno aviário, na Freguesia de Silgueiros, penso que não foi disponibilizada informação qualificada suficiente para poder sancionar com verdade e com objetividade esse reconhecimento municipal.-----

Fico igualmente sem saber, por ausência de qualquer documento que o ateste, qual a opinião do órgão autárquico da zona administrativa onde se insere o referido equipamento avícola. Mesmo que por simples cortesia e consideração democrática, devia constar na informação em nossa posse, qual a posição da Junta e da Assembleia de Freguesia de Silgueiros sobre o assunto.-----

Dei conta também de alguma contradição na informação, a par da contenção argumentativa do parecer sancionatório do vereador do pelouro. Uma das contradições é sobre o tipo de estabelecimento a legalizar. É um aviário ou um matadouro? Afirma-se que o proprietário cria no espaço a reconhecer 4.500 frangos, mas um acrescento manuscrito introduzido pelo próprio no Requerimento dirigido à Câmara, diz: “sem a marca da exploração não se pode abater os frangos a partir de 2 de Janeiro de 2017”. Em que ficamos?-----

Pela informação atrás transcrita, ficamos também a saber que o referido estabelecimento pode estar a funcionar ilegalmente desde 2 de Janeiro de 2017, evidenciando, a verificar-se tal facto, que a requerida declaração de “reconhecimento de interesse público municipal” não é determinante para a sua laboração.-----

Embora aceitando que se possa tratar de uma pequena exploração familiar, cujo proprietário, até pela idade (quase 80 anos), não conviva muito de perto com as alterações legislativas e necessite dos rendimentos da atividade para subsistir com mais dignidade, não posso admitir que a Assembleia sancione a banalização do “reconhecimento de interesse público municipal”. Estamos a abrir precedentes graves. No futuro a Câmara e a Assembleia não terão autoridade para negar o mesmo tratamento a qualquer cidadão que invoque o direito à subsistência para ver legalizados os estabelecimentos mais bizarros, mesmo que ilegais.-----

Não contribuirei com o meu voto favorável para esta encenação. Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Pediu a palavra o Senhor Deputado António José Coelho Lopes.-----

----- **CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOSÉ COELHO LOPES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente, boa tarde. Cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público, Comunicação Social. Sobre este tema, que enfim, domino minimamente porque me passam nas mãos vários pedidos a nível do serviço onde eu trabalho, dizer e esclarecer também, porque se calhar penso que haverá aqui alguma falta de esclarecimento, que para o licenciamento destas explorações pecuárias já decorreram todos os prazos e como decorreram todos os prazos e a maior parte das explorações não foram licenciadas, o chamado REAP, foram abertas sistematicamente outras figuras para que se possam licenciar, este decreto-lei veio criar enfim, mais uma oportunidade através do reconhecimento de interesse público municipal para não só, neste

pacote digamos assim, estão as explorações pecuárias, mas também estão pedreiras e outras pequenas unidades que poderão licenciar a sua atividade através de reconhecimento municipal e isso é uma atribuição da legislação, da lei, que atribui isso realmente às Assembleias Municipais, às Autarquias e esclarecer também que a atribuição da marca de exploração no caso das atividades pecuárias não é para abate, é que todas as explorações pecuárias, salvaguardando umas que irão ter um regime especial serão até chamados a exploração caseira, quem tem, enfim, lá em casa um animal, uma galinha ou um pato, que também deveria licenciar, vai ser excluído e portanto não terá necessidade mas tem que ter uma marca e essa marca é que nos garante a nós consumidores que aquele animal teve origem num determinado ponto, portanto, acompanha o animal digamos assim, desde a sua origem onde ele foi criado até chegar ao matadouro, é isso que nos garante quando nós compramos uma peça de carne, vem lá uma tal marca que nos garante onde é que está esse animal, portanto, não significa, Senhora Deputada e fique tranquila, por acaso eu conheço o pequeno aviário em causa, até conheço o produtor e realmente até me espanta porque é que ele ainda não terá licenciado na altura devida, mas dada a idade dele percebe-se até porquê, ele apenas realmente produz frangos, os tais 4 mil que enfim, para nós aquilo já é desculpem a expressão, um galinheiro, porque comparando isso com as unidades que neste momento são verdadeiras unidades industriais de 30, 40 mil e mais, o que ele tem lá realmente acaba por ser quase um galinheiro, mas portanto, a atribuição da marca feita efetivamente pelos serviços da DGAV da Direção Geral de Alimentação e Veterinária carece primeiro de um licenciamento da construção em si e é essa prerrogativa que eu penso que está aqui em causa que é necessária e que esta Assembleia dê esse consentimento. Eu apelaria realmente à colega Deputada do PCP porque o que está aqui em causa realmente é que aquele senhor continue a laborar ou que possa laborar se calhar por mais um ano ou dois, porque a exploração dele acabará por cair por outras razões que enfim, agora não interessam, mas por razões mais económicas a exploração dele vai terminar quase de certeza quando ele deixar de laborar. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

----- **CINQUENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. É muito breve. Só para dizer que teria alguma dificuldade em abrir este precedente para um aviário a pretexto do interesse municipal, mas como se trata de um galinheiro de interesse municipal eu ficarei mais à vontade. Efetivamente por aquilo que eu pude averiguar e de resto vem aqui no documento, um aviário com 4500 frangos é um galinheiro de facto, só para ficarmos a saber, para encher um camião são precisos mais de 6 mil frangos, aliás, só há duas empresas, é a Avicasal e a Norte Aves que comprem a pequenos produtores, portanto, abaixo desta quantidade, normalmente vão buscar mil aqui 2 mil ali, e tal, (mil é um exagero se calhar) e só os aviários com mais de 90 mil é que precisam neste momento de fazer uma ETAR, porque antes era a partir de 50 mil. O proprietário tem 80 anos, aguarda a reforma para ter a marca da exploração precisa do REAP portanto, e como é um galinheiro acho que não tem impacto ambiental, portanto, não tenho qualquer prurido em votar a favor.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma questão iríamos proceder à votação do Ponto Três **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO ESTABELECIMENTO (AVIÁRIO) - ARMANDO MENDES LOUREIRO MARQUES - PROCESSO N.º 53/2016/66612.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com uma abstenção.* (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 93/94).-----

Iriamos passar agora ao Ponto Quatro, será um ponto só de apreciação, TOMAR

**CONHECIMENTO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE A VISEU NOVO, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU S.A. – AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO IHRU – INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA - ACORDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS Nº16/2016. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----**

**----- CINQUENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Como é do conhecimento público a aquisição da participação social do IHRU a título gratuito, e recorro que o executivo tem 55% do capital e o IHRU tem 45%, portanto, estava em curso uma aquisição a título gratuito dessa participação que foi recusada pelo Tribunal de Contas. Portanto, no fundo o conhecimento que hoje venho dar é que conformámos já toda a nossa atuação em conjunto com o IHRU portanto, a Câmara e o IHRU no sentido de ultrapassarmos aquilo que foram as questões levantadas pelo Tribunal de Contas, e portanto, no cumprimento do acórdão como não podia deixar de ser, e nas questões que o município considera de serem naturalmente cumpridas em face da recusa do visto do Tribunal de Contas, aguardámos por um lado a formalização da comunicação da SRU após as reuniões dos seus órgãos para agora trazer aqui aos órgãos municipais o ponto de situação do processo, portanto, no final de janeiro foi realizada a Assembleia Geral da Sociedade pelo que sendo hoje a primeira Assembleia Municipal após a mesma, aqui trago ao conhecimento dos Senhores Membros da Assembleia os atos praticados que aqui destaco: Por um lado o envio de comunicação à Tutela sobre o estado da iniciativa legislativa relativa ao quadro legal aplicável às SRUs, está neste momento a decorrer até uma consulta por parte da Tutela no que diz respeito às SRUs, o envio de comunicação à Tutela e ao IHRU a determinar a não produção de efeitos do contrato celebrado fruto da recusa do visto do Tribunal de Contas, já com acordo prévio feito com o IHRU de manutenção desta mesma entidade nacional no Capital Social da nossa SRU, e esta Assembleia Geral realizada com vista a proceder à alteração do objeto social da VISEU NOVO – SRU ou seja para retirar a questão da exploração dos parques de estacionamento que tinha sido incluída e que agora foi retirada. Desencadeamento também de um procedimento de ajuste direto com o convite a diversas entidades com o intuito de ser realizado um estudo ou auditoria à VISEU NOVO que não só analise as avaliações remetidas pelo IHRU ao Tribunal de Contas como estude a viabilidade económico-financeira da sociedade, com projeção a 5 anos. Demais diligências tomadas pelos órgãos da própria VISEU NOVO que se encontrarão na documentação disponibilizada. Portanto, basicamente para dar conta que face ao acórdão do Tribunal de Contas, a deliberação do executivo foi no sentido de manter a sociedade a funcionar com o objeto que efetivamente hoje tem extremamente relevante do ponto de vista da persecução designadamente a reabilitação do nosso centro urbano e obviamente com o acórdão do Tribunal de Contas conformámos a nossa atuação em relação aquilo que era o acórdão e portanto, como estamos a dar conta hoje aqui à Assembleia estamos a dar conta também às diferentes instituições dos procedimentos que adotámos para ultrapassar essa recusa do visto e continuarmos com a nossa SRU à semelhança... recorro que só há duas SRUs no país, há a Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu e a Sociedade de Reabilitação do Porto que aliás teve uma recusa do visto idêntica à que nós tivemos, e que portanto, continuarão a sua atividade normal ultrapassando estas questões que tinham sido colocadas pelo Tribunal de Contas.-----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Dr. Ribeiro de Carvalho.-----

**----- CINQUENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Renovo os meus cumprimentos já apresentados antes e, antes de exatamente começar aquilo que eu quero dizer, gostaria de referir apenas ao Senhor Presidente da Câmara que quando falo nesta Assembleia, falo no uso exclusivo do meu direito de cidadania e de cidadão eleito, e não venho aqui

representar ninguém, represento-me a mim próprio Deputado desta Assembleia. Se pareceu a Vossa Excelência pareceu mal porque eu poderia aqui dizer outras coisas. Senhor Presidente da Câmara, enviou Vossa Excelência para conhecimento desta Assembleia a deliberação tomada em Reunião de Câmara no passado dia 9 do corrente sobre VISEU NOVO, SRU Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu S.A., segundo a qual a recusa de Visto do Tribunal de Contas determina a cessação de feitos das deliberações tomadas bem como de todas as iniciativas encetadas pela VISEU NOVO, SRU e serviços da Câmara Municipal tendo em vista superar as desconformidades relatadas no referido acórdão. Eu gostava de referir a Vossa Excelência, que conforme consta deste documento, isto foi enviado à Assembleia para efeitos de conhecimento mas, através da competência conferida pela sublínea ccc) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 que diz o seguinte: Apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre as matérias da competência desta. Isto não se compagina com o que Vossa Excelência nos enviou. Manda-nos uma coisa para conhecimento, quando na realidade as propostas que tem que apresentar, é da nossa competência, ora Vossa Excelência não nos dá competência nenhuma, comunica-nos um facto, bom, mas independentemente disso, e isto é meramente legal, eu vou continuar aquilo que dizia. Diga-se desde já e antes de mais que o Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia está inteiramente em desacordo com as iniciativas referidas que em seu entender são ilegais e responsabilizam quicá criminalmente quem as tomou. Com efeito, a Assembleia foi chamada a ratificar em setembro de 2015 a deliberação camarária de aquisição da participação social do IHRU no VISEU NOVO, SRU o que a Assembleia fez, mas o facto é que nunca veio a ser referido até agora, que cerca de dois meses decorridos a dita SRU alterou o seu Pacto Social introduzindo como objeto social a possibilidade de criar parques de estacionamento o que o acórdão do Tribunal de Contas que a Câmara refere neste papel que nos enviou, ter tido agora conhecimento mas que na realidade é de 27 de setembro de 2016 e depois disso já houve uma Assembleia, expressamente reputa de ilegal e passo a citar “não compatível com o elenco de competências das SRU estabelecido pelo Artigo 6º Decreto-Lei nº104/2014 nem se coaduna com o carácter temporário da atividade de reabilitação urbana”, mas essa é apenas uma das irregularidades, sendo outra, como aponta o mesmo acórdão, passo a citar “pese embora o contrato de cessão da participação social caracterize o negócio como gratuito”, (como nos foi referido aqui na Assembleia em setembro de 2015, a nós) “a verdade é que ao assumir as responsabilidades do IHRU quanto ao passivo de 2014, o Município assume uma despesa que não era da sua responsabilidade, na parte proporcional ao capital social do IHRU, pelo que estamos perante uma despesa não permitida e, por isso, ilegal.” Diz o acórdão do Tribunal de Contas, e finalmente aponta o Tribunal de Contas uma irregularidade e essa é inultrapassável, é que a VISEU NOVO, SRU apresenta desde 2011 até pelo menos 2015, passo a citar “resultados operacionais ilíquidos negativos o que implica necessariamente a sua dissolução nos termos da legislação aplicável, no caso o artigo 62º do (RJAEL) Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das participações locais que é a Lei 50/2012 de 31 de agosto e suas posteriores alterações. Ora, em vez de cumprir o que era de imediatamente a seguir ao conhecimento do acórdão dissolver a VISEU NOVO, SRU, optou o Município e a SRU por encontrar escapatórias como a de ter-se uma eventual alteração da legislação e inquirir do Governo se isso seria para breve ou a de escudar-se num hipotético cenário de que podendo a VISEU NOVO SRU vir a ter lucros em 2016 poder eventualmente estar sanada a irregularidade e contornado o imperativo legal. Dir-se-á contudo e muito claramente que:-----

1. Sendo o acórdão do Tribunal Constitucional irrecorrível, desse acórdão já não cabe recurso, o mesmo é definitivo e não se compadece com qualquer das duas canhotas tentativas de remedeio.-----
2. Mesmo que o Governo alterasse agora a legislação em causa, é princípio geral de direito



que as Leis dispõem para o futuro e mesmo concedendo-lhe efeitos retroativos tal retroação não invalida os casos definitivamente julgados. Este acórdão, repito, não pode ser de novo julgado, é irrecorrível.-----

3. Mesmo que por hipótese a VISEU NOVO, SRU viesse a ter lucro em 2016, (eu estou a analisar cada um dos itens que a Câmara está a tentar remediar) e isso seria evidentemente uma negação de uma empresa local cujo objetivo não pode ser o do lucro, tal não teria qualquer impacto nem afastaria a realidade de que pelo menos durante 5 anos se acumularam prejuízos e de que, pela simples constatação de prejuízos em 3 anos consecutivos, acarretaria a obrigação de dissolução da SRU.-----

Isto posto, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Viseu caso a Câmara Municipal não reveja a sua posição e cumpra a Lei, dissolvendo a SRU na próxima Reunião de Câmara, isto é delibere a dissolução da VISEU NOVO, SRU irá aconselhar os Vereadores do PS a que levem o assunto ao Ministério Público para que este se pronuncie sobre a legalidade ou ilegalidade da tomada de posição da maioria dos Presidente e Vereadores do PSD sobre este assunto, ou seja, e para finalizar, o assunto é demasiado sério e eu verdadeiramente e em termos de colaboração solicito ao Senhor Presidente que analise a possibilidade de que isto lhe traga problemas legais nomeadamente problemas criminais ou de perda de mandato. Por favor cumpram a Lei.--

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **CINQUENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Caros colegas, Comunicação Social, Público em geral. Antes de mais dizer que estamos numa democracia representativa pelo que eu entendo que estou aqui a representar outros, não me estou a representar a mim próprio, é a minha postura e que fique claro, sempre que falo aqui subentendo que estou a representar outros, porque é assim a base da nossa democracia que é uma democracia representativa, é que estamos aqui a representar aqueles que em nós votaram e portanto, eu quero deixar da minha parte bem claro que sempre foi essa a minha postura.-----

Antes de mais, gostaria de realçar positivamente a opção do executivo ter optado por nos trazer este assunto a esta Assembleia lembrando que por imposição legal a tal não estava obrigado, mas, e a exemplo de muitas outras situações anteriores, por uma questão de transparência e de atuação participativa para com esta Assembleia e para com os munícipes optou por bem introduzi-la na Ordem de Trabalhos trazendo assim à discussão um assunto estrutural para o desenvolvimento do nosso concelho. Sabemos que nem todos agiriam desta forma mas para nós é muito tranquilizador diria até honroso, termos um Presidente de Câmara que com este tipo de postura dignifica e muito o cargo que ocupa assim como a política e os políticos. A Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, atualmente denominada VISEU NOVO, SRU foi criada pela nossa autarquia em 2005 que fundamentou essa sua decisão com um elevado e estruturante objetivo de, e passo a citar “Melhorar a qualidade de vida no centro urbano de Viseu” (fim de citação) sendo que, até o próprio quadro legal então existente e ainda atual qualifica as Sociedades de Reabilitações Urbanas de um veículo primordial na implementação de estratégias de reabilitação urbana. Um dos primeiros objetivos era o de inverter a acelerada degradação das condições de habitabilidade, de salubridade, de segurança e obviamente de estética da generalidade dos edifícios da então considerada área crítica de recuperação e reconversão urbanística geograficamente em todo coincidente com a denominada zona histórica da cidade. Importa também lembrar que já na sua criação sempre se teve em conta que a mesma não sobrecarregasse a estrutura organizacional do município, pelo que a mesma foi dotada dos meios adequados para uma atuação autónoma. O trabalho que foi e está a ser feito neste âmbito já por várias vezes foi reconhecido e elogiado nesta mesma

Asssembleia nomeadamente aquando da apresentação da dinâmica da mesma na recuperação já visível da zona histórica que tem permitido uma significativa melhoria da qualidade de habitabilidade aos residentes, a criação de novos empregos dos renovados espaços comerciais, um visível e significativo aumento de turistas que dinamizam economicamente toda esta zona. Relembro ainda que foi devido a toda esta fundamentação positiva que acabei de enumerar que em 2014 esta mesma Assembleia deliberou alargar a sua área de intervenção passadas a estar incluídas na mesma, a Zona da Ribeira, a Cava de Viriato e o Bairro Municipal. Assim, parar ou fazer inversão de marcha não faria qualquer sentido. Esteve bem a Câmara Municipal de Viseu quando confrontada com obstáculos no percurso deliberou a bem da cidade adaptar-se às novas orientações contornando os obstáculos por forma a perder o menor tempo possível na concretização da estrutural recuperação destas importantes zonas urbanas. Preservar a SRU, é preservar os seus objetivos, é preservar a sua dinâmica, é preservar toda esta área urbana que mantém viva nos dias de hoje um honroso passado histórico da cidade e que no futuro irá ser cada vez mais importante como o nosso cartão de visitas.-----

Senhor Presidente, relativamente a este assunto o PSD considera que esteve muito bem no seu conteúdo, na forma e até na metodologia ou seja uma boa decisão com reconhecida estratégia, e gostaria de terminar como comecei, elogiando a forma transparente dos procedimentos utilizados culminando com a abertura deste debate nesta Assembleia. Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **CINQUENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. O acórdão do Tribunal de Contas que recusou o visto ao contrato de aquisição pelo Município de Viseu da participação do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) na Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.A., SRU – Viseu Novo, porque na medida em que a Viseu Novo apresentava resultados negativos nos últimos cinco anos, e cito o acórdão “o que obriga a realização de transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social” (...) “o Município estar a assumir uma despesa que não era (nem pode ser) da sua responsabilidade, na parte respeitante à proporção do capital social do IHRU.IP e, nessa medida, é uma despesa ilegal, porque não permitida”. Fim de citação do acórdão. Para além do mais o acórdão denuncia ainda o que foi escondido a esta Assembleia, a inclusão no objeto social da SRU da exploração de parques de estacionamento que foi aprovado em Assembleia Geral da Viseu Novo, SRU em 23 de novembro de 2015, após a aprovação nesta Assembleia da aquisição da participação do Estado pela IHRU, foi uma manifesta ilegalidade no mínimo uma deslealdade para com este órgão.-----

Acontece que o Bloco de Esquerda, de resto, em que eu deixei lavrado em Declaração de Voto na sessão de 25 de setembro de 2015, da Assembleia Municipal, onde apresentámos o único voto contra à pretensão do executivo de aquisição da participação detida pelo IHRU na Viseu Novo – SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.A., e defendemos na altura que a Viseu Novo SRU devia ser dissolvida, liquidada e internalizada no Município de Viseu, que deveria passar a ser diretamente a entidade gestora, respeitando em todo este processo os direitos dos trabalhadores da Viseu Novo SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.A, promovendo a sua internalização no Município de Viseu.-----

Nada disto foi feito e portanto, o executivo insiste na ilegalidade.-----

Mais uma vez como dizia se provou que o Bloco de Esquerda tinha razão, assim como também já tinha alertado o executivo para a manifesta ignorância jurídica revelada pela Câmara, na aplicação da legislação com os dossiers Expovis e Águas de Viseu que, que eu saiba, ainda não estão concluídos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **SESSENTA – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Obrigada Senhora Presidente.-----

Sobre a matéria deste ponto da Ordem de Trabalhos, creio que não há muito a dizer. O Acórdão do Tribunal de Contas é por demais elucidativo e arrasador. Não precisamos de dizer mais nada, está lá a desmontagem exaustivamente documentada na lei, de todas as certezas absolutas do Senhor Presidente, quando na Assembleia de 25 de Setembro de 2015, aqui foi questionado, por Deputados da oposição relativamente à legalidade da Viseu Novo SRU.-----

Dizia na altura o Senhor Presidente, que se a Viseu Novo SRU estivesse ilegal e cito da ata: “O Tribunal de Contas já tinha mandado até uma carta à Câmara para que a extinguissemos”. Fim de citação. Foram premonitórias as suas palavras. O Tribunal escreveu mesmo à Câmara e que carta! Não é que a Viseu Novo SRU estava mesmo ilegal! E por razões que justamente aqui foram trazidas nomeadamente pelo Deputado Vieira que ainda agora lembrou essa ocasião.-----

O Tribunal de Contas veio afinal demonstrar que a Viseu Novo SRU, não é “autossustentável”, como foi afirmado. Que não pode explorar os parques de estacionamento ou outros equipamentos. Que a Viseu Novo SRU, não pode legalmente ser “carregada com mais funções”, tendo de se limitar ao objeto concreto da sua atividade, circunscrito à reabilitação de áreas urbanas delimitadas. Que as contas apresentadas pela Viseu Novo, padecem de vícios de forma e de conteúdo. Que a SRU não podia ter pago a parte dos prejuízos que cabiam ao IHRU.-----

Quando solicitado para sancionar uma operação de aquisição “altamente vantajosa”, cito, para o município, como então informou o senhor Presidente, o Tribunal de Contas “desarmou os costilos” à Câmara e deitou por terra o negócio.-----

Se o artigo 79º da Lei 50/2012 fosse alterado, isso viria legalizar algumas desconformidades, argumentou a Câmara perante o Tribunal de Contas. Ao que este respondeu que as Leis não se aplicam por antecipação ou de acordo com o entendimento que cada um faz delas.-----

Perante estes infaustos acontecimentos, e doravante, sempre que a Câmara nos apresentar um Regulamento, um Estatuto de associação, matérias relacionadas com a criação das Águas de Viseu, etc., teremos sempre de nos questionar se o que vamos votar está de acordo com a Lei. É que não é a primeira vez que isto acontece. Já todos esquecemos a burlesca constituição da Associação “Beira Amiga” que foi votada nesta Assembleia, sem o necessário visto do Tribunal de Contas. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Renovo os meus cumprimentos. Dizer perante esta situação da Viseu Novo, SRU a análise a montante é que a SRU fez um trabalho meritório sobretudo na reabilitação e recuperação do casco urbano da cidade. Veja-se o caso da Rua Direita e das obras que recentemente lá foram efetuadas e que permitem hoje a uma série de casais terem ali alojamento. Por isso é assim: A Sociedade de Reabilitação efetivamente fez um trabalho prestimoso sobretudo na requalificação do nosso Centro Histórico e que não pode ser aqui escamoteado. Em relação à matéria legal e do acórdão, há aqui 3 pontos que, eu não sou da área, não tenha esta análise de filigrana é o meu senso que ditará esta opinião, em relação à questão do acórdão do Tribunal de Contas temos aqui 3 pontos em análise. Os três já foram aqui referidos, um deles é a transformação do objeto social da empresa para a exploração dos parques de estacionamento algo que foi recusado pelo Tribunal de Contas. O segundo ponto tem a ver também com a cedência das 4500 ações do Instituto de Reabilitação Urbana para o

Município que também foi recusado pelo Tribunal, e o terceiro ponto que aqui tínhamos em questão, tem a ver com os prejuízos acumulados durante os três anos, situação que toda a gente sabe que as SRUs dificilmente darão lucro, isto também é uma questão que já foi aqui falada e defendida, e chegámos à conclusão que as Sociedades de Reabilitação Urbana dificilmente darão lucro. Posto isto, resta-nos aqui, e, em meu entendimento teremos aqui dois caminhos a seguir: Um deles, a Câmara está a fazer, parece-me aquilo que é possível, que é tratar das desconformidades que foram elencadas, o outro será certamente, ou será a extinção da SRU e a sua substituição por uma outra entidade, a criação de uma nova entidade, ou será aguardarmos por uma alternativa legislativa, serão estas a meu ver, uma mudança legal que permita a viabilidade da SRU, é uma questão de aguardarmos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Agradeço todos os contributos que foram dados, e dizer obviamente que neste processo, qual é que foi a nossa preocupação? Por um lado vamos à raiz do problema, as SRUs, e em todos os relatórios de contas da SRU desde que ela foi criada há sempre uma cláusula que aparece no final, sobretudo depois da Lei 75/2013 que é dizer que, se entende que as SRUs estão excecionadas, isto é, estão excecionados do prejuízo, daquilo que a Lei diz que havendo uma empresa municipal que tenha prejuízo durante três anos consecutivos tem que ser extinta, portanto, desde sempre houve um entendimento que as SRUs estavam excecionadas, é o entendimento por exemplo da SRU do Porto, que tem prejuízos muito mais elevados do que a de Viseu e era a SRU de Coimbra que o meu colega Manuel Machado optou por extinguir e deixar de ter este instrumento para a sua reabilitação do Centro Histórico e portanto, convém desde logo falar nesta questão. Segundo, a matéria foi, o que a Autarquia a SRU, o IHRU, e os três departamentos jurídicos, portanto, isto foi analisado juridicamente pelos serviços jurídicos da Câmara, foi analisado juridicamente pelos serviços jurídicos do IHRU e pelos serviços jurídicos da Viseu Novo, SRU, portanto, estes três serviços jurídicos analisaram e entenderam, e isto está escrito, que teríamos que ultrapassar as situações que estavam na base do visto do Tribunal de Contas, e assim fizemos, fazer a alteração do pacto social deixando de constar a questão do estacionamento, segunda questão, reverter a compra a custo zero da participação do IHRU, e depois por último conformar a atuação futura da SRU numa perspetiva de autossustentabilidade, e que estaremos no caminho certo é a prática do próprio Tribunal de Contas, porque entretanto já nos visou dois contratos, isto é, já depois deste acórdão, nós submetemos ao Tribunal de Contas dois contratos programa entre o Município de Viseu e a SRU, e os dois mereceram parecer, não foi tácito, foi parecer expresso positivo, portanto, até ver, nós estamos a trabalhar dentro daquilo que consideramos o normal e portanto, achando que os pontos de vista que estamos a debater aqui, são exatamente, aliás, em entrosamento com a SRU do Porto e sabendo também que o Governo está a fazer a alteração legislativa que tem que fazer e que neste caso concreto, pode com propriedade dizer que sempre foi este o entendimento e deve ser entendido assim, ao contrário daquilo que está a dizer o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho e aqui já é a minha costela jurídica, mas não posso falar aqui como jurista porque não é nessa qualidade que aqui estou, portanto, aquilo que nós fazemos aqui, o conhecimento, é com a convicção de que estamos a fazer o que está correto, a SRU é absolutamente imprescindível para o desenvolvimento do objeto que temos, sanámos as questões que vinham no visto do Tribunal de Contas, depois disso até já vimos visados dois contratos programa, temos lá mais para serem visados, seguramente que virão nos próximos dias, portanto, estamos a fazer o nosso percurso na convicção de três pareceres jurídicos um do IHRU, outro da SRU e outro também do próprio Departamento Jurídico da Câmara, portanto, são três

entidades que convergem na mesma leitura da Lei. O Presidente da Câmara leva estes assuntos com a convicção de 3 pareceres que convergem no mesmo sentido, se eles convergissem noutro sentido o Presidente da Câmara agiria exatamente de uma forma diferente não deixando de considerar que é importante a existência da SRU, se ela não tivesse razão de existir acabávamos com ela, mas ela faz todo o sentido, nunca foi tão importante termos uma SRU como neste momento face a toda a dinâmica que temos vindo a ter no Centro Histórico, e há os resultados que estão aí à vista que atingimos, agora, respeito as várias opiniões designadamente a opinião jurídica do Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho que é um Advogado em funções, eu não estou neste momento em funções porque estou no exercício deste cargo, e também Advogado como o meu estimado colega, respeito a sua opinião, eu também tenho a minha e não estou a alicerçar-me na minha, estou-me a alicerçar naquilo que foi 3 pareceres jurídicos diferenciados na convicção de que estou a ser... aliás, aquilo que procuro todos os dias é agir dentro daquilo que é a legalidade estrita, sempre, portanto, que isto não seja uma arma de arremesso, há de facto um entendimento histórico que as sociedades têm que ter prejuízo e em todos os Relatórios de Contas ficou expresso, e em todas as circunstâncias cada uma das entidades, o que diz a Lei é que têm que repor os prejuízos correspondentes ao ano anterior o que fizemos sempre, aliás, a Câmara de Viseu fê-lo sempre escrupulosamente no prazo, o IHRU atrasou-se um pouco, chegou a ter dois anos em atraso e depois acabou por repor, neste caso concreto como havia um acordo feito em que nós iríamos comprar a custo zero, tinha ficado acordado que em relação ao ano de 2015 que o IHRU não iria repor os prejuízos que era de certa maneira uma contrapartida de estarmos a comprar a participação do IHRU a custo zero, ora, como isto não aconteceu, o IHRU também de imediato repôs os prejuízos correspondentes a 2015, portanto, desse ponto de vista as coisas estão absolutamente tratadas com a convicção que estamos a cumprir a Lei.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Não havendo mais questões iríamos passar ao Ponto Cinco, por isso o Ponto Cinco é TOMAR CONHECIMENTO (é só apreciação) DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE A WRC-WEB PARA A REGIÃO CENTRO, AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL S.A.-----

----- **SESSENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente não tenho muito a dizer. Tenho só a dizer que há uns anos mais concretamente, antes mesmo de 2012 a Câmara de Viseu aderiu à WRC, nunca realizou o seu capital, nunca acabou por ter nenhum benefício desta empresa e acabou por ser notificada de que tinha deixado de ser acionista, nós conformámo-nos com essa decisão e pura e simplesmente isto é para deixarmos de ter, enfim, quando apresentamos o relatório das instituições a que pertencemos, esta deixará de constar. Nunca a Câmara lá colocou dinheiro nenhum, nunca beneficiou e deixa de ser sócia desta instituição, é tão simples como isso, provavelmente ainda apareceremos aqui em próximas reuniões da Assembleia Municipal a fazer propostas idênticas porque o princípio que estamos a seguir é:----- Deixarmos de ser sócios daquilo que não nos interessa ser, e sermos sócios só daquilo que somos e ao mesmo tempo ter noção exata de associações que em tempos poderão ter sido criadas, que depois deixaram de ter funcionamento e tentar de alguma maneira também arrumar estas questões que temos aqui pendentes.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há alguma intervenção? Não havendo mais nenhuma intervenção terminámos assim a Ordem de Trabalhos, estavam duas pessoas inscritas da parte do Público mas desistiram, por isso agradeço a todos a colaboração. Terminámos.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de vinte de fevereiro de dois mil e dezassete quando eram dezassete horas e oito minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 5 páginas anexas que vai ser assinada por mim,





\_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----  
-----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**(José Manuel Henriques Mota Faria)**

## ANEXO 1



## SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 14/FEVEREIRO/2017

|                    | €             |                    | €             |
|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| Saldo Inicial      | 31.556.973,75 | Despesas Correntes | 3.499.243,03  |
| Receitas Correntes | 3.334.266,05  | Despesas Capital   | 731.579,20    |
| Receitas Capital   | 107.019,42    | Total das Despesas | 4.230.822,23  |
| Total das Receitas | 3.441.285,47  | Saldo Actual       | 30.767.436,99 |

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

## SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 14 de FEVEREIRO de 2017

|                             | €                   |
|-----------------------------|---------------------|
| Fornecedores                | 1.978.164,81        |
| Outros devedores e credores | 443.593,73          |
| <b>Total</b>                | <b>2.421.758,54</b> |

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

## OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 14 de FEVEREIRO de 2017

|                                | €                    |
|--------------------------------|----------------------|
| Empréstimos obtidos            | 16.982.431,64        |
| Estado e outros entes públicos | 256.017,76           |
| <b>Total</b>                   | <b>17.238.449,40</b> |

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

## ANEXO 2



Sessão Ordinária de 20 de Fevereiro de 2017

## REGISTO DAS VOTAÇÕES

| <b>Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos</b> | <b>PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O MUNICIPIO DE VISEU E VODAFONE PORTUGAL - COMUNICAÇÕES PESSOAIS S.A. - PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS</b><br>nos termos e para os efeitos do disposto<br>no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 20 de fevereiro de 2017, que deliberou<br><u>Aprovar por unanimidade</u><br>Viseu, 20/02/2017 |       |       |        |           |         |
|--|--|--|-------|-------|--------|-----------|---------|
| GRUPO MUNICIPAL  | FREGUESIA  | NOME   | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 PPD/PSD  |  | José Manuel Henriques Mota Faria   |       | X     |        |           |         |
| 2 PPD/PSD  |  | João Fernando Marques Rebelo Cotta   |       | X     |        |           |         |
| 3 PPD/PSD  |  | Manuel Teodósio Martins Henriques  |       | X     |        |           |         |
| 4 PPD/PSD  |  | Pedro Filipe dos Santos Alves  |       | X     |        |           |         |
| 5 PPD/PSD  |  | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes   |       | X     |        |           |         |
| 6 PPD/PSD  |  | José Alberto Ferreira  |       | X     |        |           |         |
| 7 PPD/PSD  |  | Sofia Daniela Pereira Mesquita   |       | X     |        |           |         |
| 8 PPD/PSD  |  | Rui Pedro de Matos Peva  |       | X     |        |           |         |
| 9 PPD/PSD  |  | Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes  |       | X     |        |           |         |
| 10 PPD/PSD   |  | António Vicente Figueiredo   |       | X     |        |           |         |
| 11 PPD/PSD   |  | António Carlos Gomes Tomás da Costa  |       | X     |        |           |         |
| 12 PPD/PSD   |  | António José Coelho Lopes  |       | X     |        |           |         |
| 13 PPD/PSD   |  | Florabela de Almeida Correia Soutinho  |       | X     |        |           |         |
| 14 PPD/PSD   |  | Pedro Osório dos Santos Ferreira   |       | X     |        |           |         |
| 15 PPD/PSD   | BODIOSA  | Rui Manuel dos Santos Ferreira   |       | X     |        |           |         |
| 16 PPD/PSD   | CALDE  | José Fernandes   |       | X     |        |           |         |
| 17 PPD/PSD   | CAMPO  | Carlos Alberto dos Santos Lima   |       | X     |        |           |         |
| 18 PPD/PSD   | CAVERNÃES  | Jorge Anselmo Martins  |       | X     |        |           |         |
| 19 PPD/PSD   | CÔTA   | António de Jesus Tavares da Fonseca  |       |       |        |           | X       |
| 20 PPD/PSD   | FRAGOSELA  | Arnaldo António Correia Gonçalves  |       | X     |        |           |         |
| 21 PPD/PSD   | LORDOSA  | Carlos Manuel Martins Correia  |       | X     |        |           |         |
| 22 PPD/PSD   | MUNDÃO   | Armindo Nuno dos Santos Gomes  |       | X     |        |           |         |
| 23 PPD/PSD   | ORGENS   | Adérito Pais Cardoso   |       | X     |        |           |         |
| 24 PPD/PSD   | POVOLIDE   | José Manuel de Almeida Fernandes   |       | X     |        |           |         |
| 25 PPD/PSD   | RANHADOS   | Luís Filipe Martins Almeida Mendes   |       | X     |        |           |         |
| 26 PPD/PSD   | RIBAFEITA  | Custódio Figueiredo Ferreira   |       | X     |        |           |         |
| 27 PPD/PSD   | RIO DE LOBA  | Carlos Alberto Pereira Gama Henriques  | X     |       |        |           |         |
| 28 PPD/PSD   | SANTOS EVOS  | Fernando José Cardoso Rodrigues  |       | X     |        |           |         |
| 29 PPD/PSD   | S. JOÃO LOUROSA  | Carlos Alberto Ferreira de Almeida   |       | X     |        |           |         |
| 30 PPD/PSD   | S. PEDRO FRANCE  | Fernando Martins Machado   |       | X     |        |           |         |

## ANEXO 2



Sessão Ordinária de 20 de Fevereiro de 2017

## REGISTO DAS VOTAÇÕES

|   |   |  |  |  |       |        |           |         |
|---|---|--|--|--|-------|--------|-----------|---------|
| Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos | PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE O MUNICIPIO DE VISEU E VODAFONE PORTUGAL - COMUNICAÇÕES PESSOAIS S.A. - PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro |  |  | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 20 de fevereiro de 2017, que deliberou <u>Unanimente</u> aprovar por unanimidade. Viseu, 20/02/2017 |       |        |           |         |
|   | GRUPO MUNICIPAL   | FREGUESIA                              | NOME                                     | FALTA  | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 31  | PPD/PSD   | COUTOS DE VISEU                        | Fernando Manuel Leitão de Almeida        |  | X     |        |           |         |
| 32  | PPD/PSD   | U. F. BARREIROS CEPÕES                 | António da Silva Gomes Tavares           |  | X     |        |           |         |
| 33  | PPD/PSD   | REPESES e S.SALVADOR                   | José Domingos Abreu Coelho               |  | X     |        |           |         |
| 34  | PPD/PSD   | U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO              | Aurêlio Pereira Lourenço                 |  | X     |        |           |         |
| 35  | PPD/PSD   | VISEU                                  | Diamantino Amaral dos Santos             |  | X     |        |           |         |
| 36  | PS  |  | António Augusto E. Ribeiro de Carvalho   |  | X     |        |           |         |
| 37  | PS  |  | Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva  |  | X     |        |           |         |
| 38  | PS  |  | António Manuel Antunes Rafael Amaro      |  | X     |        |           |         |
| 39  | PS  |  | Adelaide Joana da Silva Modesto          |  | X     |        |           |         |
| 40  | PS  |  | Cristina Maria Nunes Fonseca             |  | X     |        |           |         |
| 41  | PS  |  | Pedro A. S. Baila Madeira Antunes        |  | X     |        |           |         |
| 42  | PS  |  | José Paulo Vila Chã Cavaleiro            |  | X     |        |           |         |
| 43  | PS  |  | Alberto Gonçalves Ascensão               |  | X     |        |           |         |
| 44  | PS  | SILGUEIROS                             | José Augusto Henriques Mota              | X  |       |        |           |         |
| 45  | PS  | U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ               | José António M. Seabra Figueiredo        |  | X     |        |           |         |
| 46  | CDS/PP  |  | Carlos Fernandes da Cunha                |  | X     |        |           |         |
| 47  | CDS/PP  |  | Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros      |  | X     |        |           |         |
| 48  | CDS/PP  |  | Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz |  | X     |        |           |         |
| 49  | CDU   |  | Maria Filomena de Matos Pires            |  | X     |        |           |         |
| 50  | BE  |  | Carlos Alberto Vielra Castro Rodrigues   |  | X     |        |           |         |
| 51  | Independente  | ABRAVESES                              | Rui Pedro Oliveira de Almeida            |  | X     |        |           |         |
| 52  | Independente  | U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA | José Paulo Moreira Cardoso Meneses       |  | X     |        |           |         |
| Resultado   |   |  |  | 2  | 49    | 0      | 0         | 1       |

a) Declaração de voto

## ANEXO 3



## Sessão Ordinária de 20 de Fevereiro de 2017

## VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos | RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO ESTABELECIMENTO (AVIÁRIO) - ARMANDO MENDES LOUREIRO MARQUES - PROCESSO N.º 53/2016/66612 |   | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 20 de fevereiro de 2017, que deliberou <u>Aprovar com 48 votos a favor e 1 (uma) abstenção</u> |       |        |           |         |
|---|---|---|---|-------|--------|-----------|---------|
|   | nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro               |   | Viseu, 20/02/2017   |       |        |           |         |
| GRUPO MUNICIPAL   | FREGUESIA   | NOME                                      | FALTA   | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 PPD/PSD   |   | José Manuel Henriques Mota Faria          |   | X     |        |           |         |
| 2 PPD/PSD   |   | João Fernando Marques Rebelo Cotta        |   | X     |        |           |         |
| 3 PPD/PSD   |   | Manuel Teodósio Martins Henriques         |   | X     |        |           |         |
| 4 PPD/PSD   |   | Pedro Filipe dos Santos Alves             |   | X     |        |           |         |
| 5 PPD/PSD   |   | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes        |   | X     |        |           |         |
| 6 PPD/PSD   |   | José Alberto Ferreira                     |   | X     |        |           |         |
| 7 PPD/PSD   |   | Sofia Daniela Pereira Mesquita            |   | X     |        |           |         |
| 8 PPD/PSD   |   | Rui Pedro de Matos Peva                   |   | X     |        |           |         |
| 9 PPD/PSD   |   | Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes |   | X     |        |           |         |
| 10 PPD/PSD  |   | António Vicente Figueiredo                |   | X     |        |           |         |
| 11 PPD/PSD  |   | António Carlos Gomes Tomás da Costa       |   | X     |        |           |         |
| 12 PPD/PSD  |   | António José Coelho Lopes                 |   | X     |        |           |         |
| 13 PPD/PSD  |   | Florbela de Almeida Correia Soutinho      |   | X     |        |           |         |
| 14 PPD/PSD  |   | Pedro Osório dos Santos Ferreira          |   | X     |        |           |         |
| 15 PPD/PSD  | BODIOSA   | Rui Manuel dos Santos Ferreira            |   | X     |        |           |         |
| 16 PPD/PSD  | CALDE   | José Fernandes                            |   | X     |        |           |         |
| 17 PPD/PSD  | CAMPO   | Carlos Alberto dos Santos Lima            |   | X     |        |           |         |
| 18 PPD/PSD  | CAVERNÃES   | Jorge Anselmo Martins                     |   | X     |        |           |         |
| 19 PPD/PSD  | CÔTA  | António de Jesus Tavares da Fonseca       |   |       |        |           | X       |
| 20 PPD/PSD  | FRAGOSELA   | Arnaldo António Correia Gonçalves         |   | X     |        |           |         |
| 21 PPD/PSD  | LORDOSA   | Carlos Manuel Martins Correia             |   | X     |        |           |         |
| 22 PPD/PSD  | MUNDÃO  | Armando Nuno dos Santos Gomes             |   | X     |        |           |         |
| 23 PPD/PSD  | ORGENS  | Adérito Pais Cardoso                      |   | X     |        |           |         |
| 24 PPD/PSD  | POVOLIDE  | José Manuel de Almeida Fernandes          |   | X     |        |           |         |
| 25 PPD/PSD  | RANHADOS  | Luis Filipe Martins Almeida Mendes        |   | X     |        |           |         |
| 26 PPD/PSD  | RIBAFEITA   | Custódio Figueiredo Ferreira              |   | X     |        |           |         |
| 27 PPD/PSD  | RIO DE LOBA   | Carlos Alberto Pereira Gama Henriques     | X   |       |        |           |         |
| 28 PPD/PSD  | SANTOS EVOS   | Fernando José Cardoso Rodrigues           |   | X     |        |           |         |
| 29 PPD/PSD  | S. JOÃO LOUROSA   | Carlos Alberto Ferreira de Almeida        |   | X     |        |           |         |
| 30 PPD/PSD  | S. PEDRO FRANCE   | Fernando Martins Machado                  |   | X     |        |           |         |



## ANEXO 3



# Sessão Ordinária de 20 de Fevereiro de 2017

## VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos |  | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 20 de fevereiro de 2017, que deliberou <u>Aprouver com 48 votos a favor e 1 (uma) abstenção</u><br>Viseu, 20/02/2017 |       |       |        |           |
|---|--|---|-------|-------|--------|-----------|
| GRUPO MUNICIPAL   | FREGUESIA                              | NOME  | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO |
| 31 PPD/PSD  | COUTOS DE VISEU                        | Fernando Manuel Leitão de Almeida   |       | X     |        |           |
| 32 PPD/PSD  | U. F. BARREIROS CEPÕES                 | António da Silva Gomes Tavares  |       | X     |        |           |
| 33 PPD/PSD  | REPESES e S.SALVADOR                   | José Domingos Abreu Coelho  |       | X     |        |           |
| 34 PPD/PSD  | U.F.S. CIPRIANO VILSOITO               | Aurélio Pereira Lourenço  |       | X     |        |           |
| 35 PPD/PSD  | VISEU                                  | Diamantino Amaral dos Santos  |       | X     |        |           |
| 36 PS   |  | António Augusto E. Ribeiro de Carvalho  |       | X     |        |           |
| 37 PS   |  | Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva   |       | X     |        |           |
| 38 PS   |  | António Manuel Antunes Rafael Amaro   |       | X     |        |           |
| 39 PS   |  | Adelaide Joana da Silva Modesto   |       | X     |        |           |
| 40 PS   |  | Cristina Maria Nunes Fonseca  |       | X     |        |           |
| 41 PS   |  | Pedro A. S. Baila Madeira Antunes   |       | X     |        |           |
| 42 PS   |  | José Paulo Vila Chã Cavaleiro   |       | X     |        |           |
| 43 PS   |  | Alberto Gonçalves Ascensão  |       | X     |        |           |
| 44 PS   | SILGUEIROS                             | José Augusto Henriques Mota   | X     |       |        |           |
| 45 PS   | U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ               | José António M. Seabra Figueiredo   |       | X     |        |           |
| 46 CDS/PP   |  | Carlos Fernandes da Cunha   |       | X     |        |           |
| 47 CDS/PP   |  | Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros   |       | X     |        |           |
| 48 CDS/PP   |  | Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz  |       | X     |        |           |
| 49 CDU  |  | Maria Filomena de Matos Pires   |       |       |        | X         |
| 50 BE   |  | Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues  |       | X     |        |           |
| 51 Independente   | ABRAVESES                              | Rui Pedro Oliveira de Almeida   |       | X     |        |           |
| 52 Não integra Grupo Municipal                                | U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA | José Paulo Moreira Cardoso Meneses  |       | X     |        |           |
| Resultado   |  |   | 2     | 48    | 0      | 1         |

a) Declaração de voto